

Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

“Habitação saudável nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento na comunidade DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ”

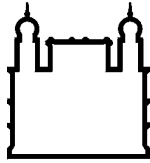
por

Adriana Paula Macedo Ferreira Pereira

Dissertação apresentada com vistas à obtenção do título de Mestre em Ciências na área de Saúde Pública.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Simone Cynamon Cohen

Rio de Janeiro, maio de 2013.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Esta dissertação, intitulada

“Habitação saudável nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento na comunidade DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ”

apresentada por

Adriana Paula Macedo Ferreira Pereira

foi avaliada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof.^a Dr.^a Sylvia Meimaridou Rola

Prof. Dr. Renato da Gama-Rosa Costa

Prof.^a Dr.^a Simone Cynamon Cohen – Orientadora

Catálogo na fonte
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica
Biblioteca de Saúde Pública

P436 Pereira, Adriana Paula Macedo Ferreira
Habitação saudável nas obras do Programa de Aceleração do
Crescimento na Comunidade DSUP, Complexo de Manguinhos,
RJ. / Adriana Paula Macedo Ferreira Pereira. -- 2013.
133 f. : il. ; tab. ; graf. ; mapas

Orientador: Cohen, Simone Cynamon
Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública
Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2013.

1. Programas Governamentais. 2. Pobreza. 3. Promoção da
Saúde. 4. Habitação. 5. Qualidade de Vida. 6. Avaliação de
Programas e Projetos de Saúde. I. Título.

CDD - 22.ed. – 363.5



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA
SERGIO AROUCA
ENSP

A U T O R I Z A Ç Ã O

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, por processos fotocopiadores.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2013.

Adriana Paula Macedo Ferreira Pereira

/Fa

DEDICATÓRIA

*Dedico a todos que me apoiaram e
que acreditaram na minha proposta.*

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer imensamente a todos que participaram de mais esta etapa na minha vida acadêmica e profissional.

De forma especial, a Simone Cynamon Cohen, minha orientadora, que me apresentou o tema da Habitação Saudável durante a Especialização em Promoção de Ambientes Saudáveis e Sustentáveis e que me permitiu diversos momentos de aprendizado.

Aos meus pais e parentes por toda força, apoio e carinho e ao Luis Paulo por toda a colaboração desde o início desta caminhada e pelas intermináveis horas de discussão e reflexão sobre o tema.

Aos companheiros de caminhada do Laboratório de Eco-epidemiologia e Controle da Esquistossomose e Geohelmintoses (LECEG) e do Laboratório de Inovações em Tecnologia, Ensino e Bioprodutos (LITEB), ambos do Instituto Oswaldo Cruz (IOC) e do Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental da Escola Nacional de Saúde Pública (DSSA/ENSP).

A todos os professores do Mestrado Acadêmico em Saúde Pública da ENSP/FIOCRUZ que permitiram uma troca de sabores imponderável.

A todos os professores do Curso de Especialização em Promoção de Ambientes Saudáveis e Sustentáveis do DSSA/ENSP/FIOCRUZ que semearam diversos conhecimentos na minha vida pessoal e profissional, os quais foram molas propulsoras da escolha do tema desta dissertação. Citando de modo especial, o Professor Alexandre Pessoa.

Aos funcionários da Secretaria Acadêmica (SECA) e do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da ENSP por toda atenção e auxílio a mim concedido.

Aos moradores do DSUP e ao Fórum do Movimento Social de Manguinhos (FMS) por me estimularem a desenvolver esta proposta e também por toda a atenção que foi a mim dispensada.

*“A vida não é matéria para se decorar;
cada um precisa dar a sua página”
(Madre Maria Helena Cavalcanti)*

RESUMO

A dissertação aqui apresentada tem como foco central a análise do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em seu eixo infraestrutura urbana e social, tendo como objetivo geral analisar se as obras realizadas na Comunidade DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ, foram capazes de construir ambientes saudáveis, sustentáveis e seguros. A metodologia adotada nesta pesquisa foi de Estudo de Caso embasado no campo teórico-conceitual-metodológico da Habitação Saudável, na Avaliação Pós-Ocupação e na Análise do Conteúdo. Para tanto, se utilizou uma abordagem quali-quantitativa, dividida em duas estratégias. A primeira delas foi a realização de entrevistas semi-estruturadas a informantes-chave para levantar dados sobre o processo das obras nesta área de estudo. Estas entrevistas foram analisadas por meio da técnica de Análise de Conteúdo. A segunda foi implementada por meio da Avaliação Pós-Ocupação (APO), onde foram aplicados questionários para o entendimento do grau de satisfação do usuário; como se deu a apropriação dos espaços habitacionais e do seu entorno e quais foram às modificações realizadas e suas respectivas motivações. Como resultado, primeiramente se descreveu o processo analítico de como se deu o planejamento e execução das obras do PAC, em Manguinhos. Em seguida apresentam-se as impressões da autora em relação ao universo de pesquisa e as respostas dos moradores relacionadas ao perfil sócio-demográfico, as características dos apartamentos e o entorno e infraestrutura, bem como a análise destes dados. Como conclusão deste estudo mostra-se que o PAC, enquanto política pública de infraestrutura urbana e social não foi capaz, na sua totalidade, de construir ambientes saudáveis, sustentáveis e seguros.

Palavras-Chave: Programa de Aceleração do Crescimento, Promoção da Saúde, Habitação Saudável, Habitabilidade, Avaliação Pós-Ocupação.

ABSTRACT

This dissertation introduces as its central focus the analysis of Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (Growth Acceleration Program) in its urban and social infrastructure axis aimed at analyzing whether the works done in Comunidade DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ, were able to build healthy, sustainable and safe environments. The adopted methodology in this research was the Case Study based on theoretical-conceptual and methodological framework of Healthy Housing, Post-Occupancy Evaluation and Content Analysis. Therefore, the qualitative-quantitative approach was used, divided into two strategies. The former was done by semi-structured interviews with key informants to gather data on the works process in this area of study. The interviews were analyzed using the Content Analysis technique. The latter was implemented through the Post-Occupancy Evaluation where questionnaires were applied in order to comprehend the degree of users' satisfaction; how the appropriation of housing spaces and its surroundings occurred; what were the changes carried out and their respective motivations. As a result, firstly, it described the analytical process of how was the planning and execution of PAC works, in Manguinhos. Afterwards, it presented the author's impressions regarding the research universe and the residents' answers related to sociodemographic profile, the characteristics of the apartments, the surroundings and infrastructure, as well as these data analysis. In short, this research demonstrates that PAC as a public policy of urban and social infrastructure was not capable, in its entirety, of building healthy, sustainable and safe environments.

Key words: Growth Acceleration Program, Health Promotion, Healthy Housing, Habitability, Post-Occupancy Evaluation.

SUMÁRIO

Lista de Siglas	5
Lista de Figuras	7
Lista de Tabelas	9
Lista de Gráficos	10
Introdução	11
Justificativa	13
Capítulo 1 – Considerações Teóricas	14
1.1 Habitação.....	14
1.1.1 Breve histórico da habitação popular no Brasil.....	15
1.1.2 Habitação na Cidade do Rio de Janeiro.....	20
1.2 Habitação como espaço de promoção da saúde.....	21
1.2.1 Habitação Saudável.....	23
1.2.2 Ocupação do ambiente construído e aspectos correlatos.....	26
1.3 Avaliação da habitação e do seu entorno.....	27
1.3.1 Avaliação Pós-Ocupação.....	28
Capítulo 2 – Considerações Metodológicas	31
2.1. Tipo de pesquisa.....	31
2.2 Universo da pesquisa – DSUP, um estudo de caso.....	32
2.3 Procedimento amostral, Coleta e Análise dos dados.....	34
2.4 Aspectos éticos.....	37
Capítulo 3 – Resultados e Análise	37
3.1 Conhecendo o processo: o que os documentos relatam e o que os atores dizem.....	38
3.1.1 O que é PAC.....	38
3.1.2 O que foi pensado para Manguinhos.....	41
3.1.3 O que foi executado e construído em Manguinhos.....	49
3.2 A Avaliação Pós-Ocupação.....	61
3.2.1 Impressões da autora sobre o DSUP.....	62
3.2.2. A aplicação dos questionários.....	75
3.2.2.1 Perfil sócio-demográfico dos moradores.....	76
3.2.2.2 Características dos apartamentos.....	86
3.2.2.3 O entorno e a infraestrutura.....	101

CAPÍTULO 4 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	109
Bibliografia.....	114
Anexos.....	121

LISTA DE SIGLAS

AID	Agência Interamericana para o Desenvolvimento
APO	Avaliação Pós-Ocupação
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAIXA	Caixa Econômica Federal
CAJ	Centro de Apoio Jurídico
CAPS	Centro de Apoio Psicosocial
CEDAE	Companhia Estadual de Água e Esgotos
CEP/ENSP/FIOCRUZ	Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz
CFVV	Clínica da Família Victor Valla
CGPAC	Conselho Gestor das obras do Programa de Aceleração do Crescimento
CGTR	Centro de Geração de Trabalho e Renda
CoHab-GB	Companhia Habitacional do Estado da Guanabara
Comlurb	Companhia Municipal de Limpeza Urbana
CRJ	Centro de Referência da Juventude
DSUP	Departamento de Suprimentos
EIT	Empresa Industrial Técnica S.A.
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMOP	Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro
FCP	Fundação da Casa Popular
Ficam	Programa de Financiamento da Construção, Conclusão e Ampliação ou Melhoria de Habitação de Interesse Social
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FMS	Fórum do Movimento Social de Manguinhos
FNHIS	Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
HIS	Habitação de Interesse Social
IAPI	Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Industriários
IBH	Instituto Brasileiro de Habitação
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano

InfoHAB	Centro de Referência e Informação em Habitação
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PDU	Plano de Desenvolvimento Urbanístico
PIB	Produto Interno Bruto
Profilurb	Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados
RBHS	Rede Brasileira de Habitação Saudável
SFH	Sistema de Financiamento Habitacional
SILOS	Sistemas Locais de Saúde
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SMH	Secretaria Municipal de Habitação
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vista área do Complexo de Manguinhos, RJ, ressaltando área correspondente a Comunidade DSUP.....	33
Figura 2 – Principais intervenções do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo de Manguinhos, RJ de acordo com a responsabilidade do ente federado.....	42
Figura 3 - Intervenções planejadas para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo de Manguinhos, RJ, de acordo com a responsabilidade do Governo Estadual.....	43
Figura 4 – Vista aérea do projeto do Parque Metropolitano para as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo de Manguinhos, RJ.....	44
Figura 5 – Planta do Apartamento Tipo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo de Manguinhos, RJ.....	56
Figura 6 – Enchente ocorrida em março de 2013 no DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	59
Figura 7 – Situação atual das áreas livre e de lazer do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	63
Figura 8 – Emprego de pneus nas áreas de lazer do Centro Cívico do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	64
Figura 9 – Os resíduos sólidos e a sujeira na Comunidade do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	65
Figura 10 – Ausência da tampa de uma das caixas de esgoto localizada no térreo da área destinada às unidades habitacionais da Comunidade do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	65
Figura 11 – Área dos fundos dos blocos da Comunidade do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	66
Figura 12 – Instalação de pontos comerciais na Comunidade do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	67
Figura 13 – Planta com a disposição sugerida para instalação de ar condicionado nas unidades habitacionais da Comunidade do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	69

Figura 14 – Localização do aparelho condicionador de ar instalados na sala de um dos apartamentos do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	69
Figura 15 – Uso dos basculantes originais como varal e retirada do basculante original para a instalação de uma janela nos apartamentos da Comunidade do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	70
Figura 16 – Gradeamento dos corredores e fechamento das laterais dos corredores do 1º andar dos apartamentos da Comunidade de DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	71
Figura 17 – Utilização do corredor para estender as roupas e guardar objetos pessoais na Comunidade do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	72
Figura 18 – Barreiras construídas para que as águas das chuvas não entrem nos apartamentos do térreo, Comunidade do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	72
Figura 19 – Transformação de um dos apartamentos em igreja evangélica, Comunidade do DSUP, Complexo de Manguinhos. RJ.....	73
Figura 20 – Vista do canteiro de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Comunidade do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	73
Figura 21 – Alterações de layout em dos apartamentos do DSUP. Complexo de Manguinhos, RJ.....	92
Figura 22 – Construção da sede da Associação dos Moradores do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Frequência de visitas domiciliares nos apartamentos do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	36
Tabela 2 – Naturalidade dos moradores do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	78
Tabela 3 – Ocupação dos moradores do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	79
Tabela 4 – Local da ocupação dos moradores do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ..	80
Tabela 5 – Tipo de emprego dos moradores do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	81
Tabela 6 – Situação dos apartamentos do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	84
Tabela 7 – Tempo de moradia no DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	84
Tabela 8 – Tempo de residência na moradia anterior dos moradores do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	86
Tabela 9 – Qualificação dos moradores do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ, quanto ao apartamento, ao tamanho e a divisão interna.....	88
Tabela 10 – Alterações realizadas nos apartamentos do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	90
Tabela 11 – Problemas relacionados à qualidade do ar nos apartamentos do DSUP, Manguinhos, RJ.....	95
Tabela 12 – Opinião sobre o conforto térmico dos moradores entrevistados do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	95
Tabela 13 – Problemas relatados pelos moradores do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	97
Tabela 14 – Opinião dos moradores sobre a qualidade dos materiais e instalações existentes nos apartamentos do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	98
Tabela 15 – Utilização dos equipamentos comunitários do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	103
Tabela 16 – Tipos de serviços ausentes no DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	103
Tabela 17 – Utilização dos meios de transporte pelos moradores do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	105
Tabela 18 – Qualificação dos moradores perante aos serviços prestados no DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	107

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição da faixa etária dos moradores do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	76
Gráfico 2 – Nível de escolaridade dos moradores do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	77
Gráfico 3 – Estado civil dos moradores do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	79
Gráfico 4 – Renda familiar dos moradores do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	82
Gráfico 5 – Número de moradores por apartamento no DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	83
Gráfico 6 – Tipo de moradia anterior dos entrevistados moradores do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	85
Gráfico 7 – Opinião sobre atendimento das necessidades dos moradores do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	89
Gráfico 8 – Nível de satisfação dos moradores com os apartamentos do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	100
Gráfico 9 – Qualificação das áreas livres pelos moradores do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	101
Gráfico 10 – Nível de satisfação dos entrevistados em morar do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	108
Gráfico 11 – Qualificação da relação de vizinhança dos moradores do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.....	108

INTRODUÇÃO

Para o ser humano, a habitação é um espaço físico que viabiliza diversas funções, tais como: proteção contra as intempéries da natureza, local de descanso, atividades fisiológicas, convívio social, alimentação e, em alguns casos, o trabalho (Pandolfo et al., 2010). Desta forma, o espaço construído se configura, então, como um envoltório.

Estes ambientes construídos, depois de certo tempo de utilização, podem sofrer diversas alterações por parte de seus usuários. Dentre todas as edificações, a habitação é uma das que mais sofre mudanças, pois o usuário interage com este ambiente dia a dia, impregnando ali sua vida e suas aspirações (Tomé, 2009).

A carência e as deficiências qualitativas e quantitativas na habitação, vinculadas aos níveis de pobreza, a iniquidade socioeconômica e a inadequação territorial tornam-se importantes fatores que influenciam direta e indiretamente no estado de saúde da população e atualmente são considerados como determinantes sociais da saúde humana e ambiental (OMS, 2009).

Desta forma, há a necessidade de dar um salto qualitativo em relação aos processos que de alguma maneira influenciam o planejamento, a construção e a manutenção destes espaços. Pois historicamente, o Brasil, tem deixado a questão da habitação à margem das principais deliberações governamentais, tornando-se, todavia, um importante produto de especulação do mercado privado. Esse hiato tem gerado um *déficit* habitacional na ordem de cerca de 6 milhões de unidades habitacionais, que pode atingir cerca de 35 milhões de habitantes (PNAD, 2008).

Dentro deste contexto, o caso das habitações de interesse social (HIS), requer um olhar mais atento, já que os processos de elaboração dos projetos de espaços físicos relacionados a estes tipos de construções não consideram, na maioria das vezes, a participação e as demandas dos usuários (Tomé, 2009). Portanto, torna-se fundamental o estudo aprofundado de como se dá as apropriações desses espaços, bem como as razões sobre as quais os moradores realizam modificações nestes tipos de edificações ofertadas pelo Estado.

Uma das ferramentas utilizadas para esse fim é a Avaliação Pós-Ocupação (APO), importante na medida em que se busca estudar e detectar problemas e soluções que surgem nos ambientes ao longo de seu uso (Romero e Ornstein, 2003).

Desta forma, o objetivo geral deste trabalho foi analisar se as obras do PAC, realizadas na Comunidade DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ, foram, pela perspectiva da Habitação Saudável, capazes de criar ambientes saudáveis, sustentáveis e seguros.

Como objetivos específicos da pesquisa estão:

- 1) Apresentar o contexto histórico da habitação de interesse social e as considerações teóricas-conceituais-metodológicas acerca do tema;
- 2) Conhecer como se deu o processo de intervenção do PAC na área de estudo por meio de levantamento de dados (primários e secundários);
- 3) Descrever os padrões de habitabilidade existentes através da verificação das alterações de uso e *layout* ocorridas dentro das unidades habitacionais e em suas respectivas áreas externas;
- 4) Entender o processo de pós-ocupação por meio da identificação das motivações e necessidades das alterações realizadas pelos moradores;
- 5) Compreender se as demandas dos moradores foram supridas por meio da verificação do grau de satisfação deles perante seus apartamentos, áreas coletivas, serviços e equipamentos existentes no entorno;

A presente dissertação se estrutura em quatro capítulos: (1) O primeiro capítulo apresenta as considerações teóricas acerca do tema do estudo, trazendo um breve histórico da habitação popular no Brasil e na Cidade do Rio de Janeiro, reconhecendo que a habitação é um espaço de promoção da saúde e reforçando a relevância de se avaliar estes espaços e seus respectivos entornos; (2) O segundo capítulo expõe as considerações metodológicas que guiaram o decorrer do levantamento dos dados e das análises realizadas; (3) O terceiro capítulo compreende uma análise do PAC enquanto uma política pública de infraestrutura urbana e social frente aos resultados obtidos; (4) E por fim, o quarto capítulo revela as conclusões e as recomendações delineadas a partir da reflexão promovida pelos capítulos anteriores.

JUSTIFICATIVA

No Brasil, programas de intervenção urbanística e social como o PAC ainda não são analisados perante seus reais impactos ao meio ambiente e aos diversos atores sociais incorporados no processo (Minayo & Miranda, 2002). Neste sentido, existe um hiato no que se refere à análise das políticas públicas habitacionais e suas relações com os campos da Promoção da Saúde e da Habitação Saudável.

Além disso, desde o período que corresponde ao governo Vargas até os dias atuais, a questão da habitação é ditada pela lógica da apropriação privada, que de certa forma influencia na ação do Estado (Botega, 2008).

Estes fatores aliados à ausência ou demora nas respostas às demandas existentes, por parte dos diversos atores sociais envolvidos neste processo, refletem na qualidade do espaço construído ofertado e são determinantes na condição de vida de seus moradores. Apesar do acesso à habitação ter sido reconhecido, desde 1948 na Declaração Universal dos Direitos do Homem e garantido desde 1988, na Constituição Brasileira, ela não é garantida no país. De fato, ainda existe o *déficit* habitacional e de serviços urbanos adequados para a inclusão social e o combate à pobreza no país. Desta forma, as condições das moradias de interesse social brasileiras permanecem bastante precárias (Morais, s. d.).

Perante a este cenário, torna-se importante analisar como ocorre o processo, desde o planejamento das intervenções ao que realmente foi implantado; como os usuários se moldam aos projetos propostos por estas políticas e como se inicia o processo de adaptação às necessidades dos usuários no ambiente construído. Como também se faz premente o estudo das razões que explicam as modificações realizadas pelos ocupantes desses tipos de edificações e do grau de satisfação destes.

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

1.1 Habitação

Ao longo de toda história, desde a época das cavernas até os dias atuais, a habitação traduz um modo de vida e costumes das sociedades e de seus usuários (Tomé, 2009).

Segundo Turner (1991), a habitação pode ser definida como a relação de equilíbrio entre três conjuntos de necessidades humanas: abrigo, acesso e ocupação. Salienta, ainda, que o valor da habitação para o usuário está relacionado com a função do que ela pode lhe oferecer, não se restringindo apenas à aparência da estrutura física. Nesse sentido, o atendimento da necessidade de abrigo está atrelado diretamente à estrutura física do ambiente construído, sendo sua função parcialmente atendida enquanto essa estrutura proteger seu morador contra agentes externos e, internamente, proporcionar o atendimento das suas demandas. Com relação ao acesso, verifica-se que o ambiente construído deve estar localizado de forma a propiciar ao morador o usufruto de alguma forma de mobilidade que permita o fácil convívio social, bem como acesso às diversas instituições e aos diversos serviços. Quanto à necessidade de ocupação, está relacionada ao fato de que a moradia é a base de onde o usuário parte e para onde retorna, após exercer diversas atividades cotidianas. Essa moradia deve aspirar confiança, sendo, para tanto, necessária a garantia de posse, a qual deve ser suficientemente longa e expressa através do pagamento pelo seu uso e manutenção.

Bolaffi (1977) afirma que a casa é um dos principais investimentos para a constituição de um patrimônio e está vinculada, subjetivamente, ao sucesso econômico e a uma posição social mais elevada.

Segundo Fernandes (2003), a moradia realiza três tipos de funções: (1) social, servindo de abrigo para a família, tornando-se um importante fator no desenvolvimento humano; (2) ambiental, pois a inserção no ambiente urbano é fundamental para que estejam assegurados os princípios de infraestrutura e de serviços; (3) e econômica, pois está relacionada às novas oportunidades de geração de emprego e renda. Assim a questão da habitação mobiliza diversos setores da economia e influencia o mercado imobiliário e de bens e serviços.

Para que a habitação exerça corretamente estas funções, Rapoport (1972), afirma que toda habitação deve ser válida social e culturalmente; ser suficientemente econômica

para que o maior número de pessoas possa adquiri-la; deve assegurar a conservação do estado de saúde dos seus ocupantes e deve ter um mínimo de manutenção durante a vida do edifício. E, segundo Abiko (1995), ela deve conter um espaço confortável, seguro e salubre e estar integrada de forma adequada ao entorno e ao ambiente que a cerca.

Desta forma, o conceito de habitação não se restringe apenas à unidade habitacional, mas necessariamente deve ser considerado de forma mais abrangente envolvendo também seu entorno e considerando suas diversas dimensões: física, sanitária, sociocultural e psíquica (Cohen, 2004).

Dentre os tipos de construções ofertados, a habitação popular¹ tem sido historicamente, alvo de muitas divergências. Conforme Abiko (1995), essas construções, tidas como solução de moradia para a população de baixa renda, podem receber diversas denominações: habitação subnormal, habitação de interesse social ou habitação social, habitação de baixo custo e habitação para população de baixa renda². Apesar das diferentes nomenclaturas, todas pecam ao não considerar de forma ampliada os conceitos comentados acima.

1.1.1 Breve histórico da habitação popular no Brasil

Desde o período do Império, a habitação é considerada uma questão problemática no Brasil. Segundo Aragão (2006), nessa época, o país era eminentemente agrário e com população rural constituída, em grande parte, por escravos e seus descendentes, tendo as senzalas como forma principal de abrigo coletivo.

Com o término da escravidão, iniciou-se uma nova configuração, onde começaram a aumentar o número de habitações individuais em povoados, vilas e até mesmo, em menor

¹ Como havia um pragmatismo negativo entorno do termo “habitação popular”, atualmente, o mesmo é denominado como “Habitação de Interesse Social” (HIS) e se configura como um campo de política pública habitacional.

² Habitação subnormal é considerada como aquela que não oferece as condições mínimas de segurança, durabilidade, tamanho, salubridade; HIS ou habitação social é um termo usado pelo extinto Banco Nacional de Habitação (BNH) envolvendo os seus programas para faixas de menor renda, termo este que permanece em uso por instituições e agências na área habitacional; Habitação de baixo custo é designar a habitação barata sem que isto signifique necessariamente habitação para população de baixa renda; Habitação para população de baixa renda é um termo mais adequado que o anterior, tendo a mesma conotação que habitação social (Abiko, 1995).

grau, nas cidades. Porém, essas permaneciam portando características insalubres (Tomé, 2009).

Desde então, a vinda para as cidades foi se tornando algo constante principalmente com a revolução industrial brasileira. A urbanização acelerada gerou a proliferação dos cortiços, dos quartos individuais com cozinha e banheiros comuns, principalmente no Rio de Janeiro, onde em 1869, 4% da população viviam em cortiços, taxa que se multiplicaria por seis, nas três décadas seguintes (FINEP-GAP, 1985).

Com a proclamação da República, marcada por uma acentuada migração campo-cidade e forte imigração estrangeira, essa problemática veio à tona. Datam dessa época, as assinaturas dos Decretos Nº. 843, Nº. 894 e Nº 895, que estabeleciam as normas de operação do Banco de Operários, da Companhia Nacional de Construções e da Companhia Técnico Construtiva e também do surgimento das primeiras empresas criadas com a finalidade de construir habitações populares (Stumpf & Santos, 1996).

Entretanto, Aragão (2006), relata que a primeira grande intervenção governamental no setor urbano, só se concretizou na presidência de Rodrigues Alves (1910/1914), com o empenho do Governo Federal em melhorar as condições de saneamento da Capital da República. Esta movimentação em prol das melhorias impulsionou um grande programa de renovação do centro carioca.

Segundo Stumpf & Santos (1996), no Rio de Janeiro, o plano Pereira Passos delineou ações que provocaram uma grande reurbanização na cidade. Dentre as ações realizadas constava a demolição de três mil cabeças de porcos, cortiços e estalagens, o que acarretou no crescimento das áreas periféricas e a ocupação dos morros. Esse fato ocorreu no mesmo momento em que o processo de industrialização avançava, aumentando a tensão a cerca das habitações.

Nos anos 20 do século passado, foram acentuados os investimentos industriais, principalmente na Região Sudeste, com reflexos evidentes no crescimento dos principais centros urbanos. A política oficial adotou como solução as casas de aluguel pelo Decreto Nº. 4.209/1920 do governo Epitácio Pessoa (Bezerra, 1965). Em Pernambuco, na gestão do governador Loreto, o grande destaque foi, segundo Melo (1990), a criação da Fundação Casa Operária, com a finalidade de edificar habitações para aluguel a famílias pobres.

Segundo Bonduki (1998), durante o governo Vargas (1930 a 1945), a habitação foi considerada como fator econômico na estratégia de industrialização do país já que configurava uma condição básica de reprodução da força de trabalho. E também, foi

entendida como instrumento de formação ideológica, política e moral do trabalhador e, portanto, decisiva na criação do “homem novo” e do trabalhador-padrão que o regime queria forjar, como sua base principal de sustentação política.

Em 1942, por meio do Decreto-lei Nº. 4.508/1942 foi regulamentado o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), criado com a finalidade de financiar a construção de conjuntos residenciais operários. Este Instituto visava atender a mão de obra produtiva, deixando assim, em segundo plano a população marginalizada, que intensificava a ocupação dos morros (Aragão, 2006).

Com o fim do Estado Novo houve uma aceleração no processo de urbanização e o conseqüente agravamento da problemática habitacional das grandes cidades. Como resposta a essa demanda, no Governo Dutra, em 1946, foi criada a Fundação da Casa Popular (FCP), que pretendia proporcionar a aquisição de moradia própria, em zona urbana ou rural, e à qual passaram a se subordinar as operações imobiliárias e as carteiras prediais dos institutos ou caixas de aposentadoria e pensões (Stumpf & Santos, 1996).

No Plano de Metas desenvolvido durante o período do governo Kubischek não há menção sobre problema habitacional, entretanto, nesta época foi criado um fundo de empréstimo para o desenvolvimento pela Agência Interamericana para o Desenvolvimento (AID) – órgão do governo americano para ajuda à América Latina, batizado de Aliança para o Progresso (Stumpf & Santos, 1996).

A AID, em 1961, iniciou a liberação de recursos para a habitação visando atenuar os problemas sociais provocados pelo agravamento da questão habitacional. Esses financiamentos norte-americanos permitiram a criação da Companhia Habitacional do Estado da Guanabara (Cohab-GB) que transferia os favelados para terrenos muito distantes da malha urbana principal.

No governo Jânio Quadros, propôs-se a execução de um plano destinado a ativar a construção de habitações populares, em duas etapas distintas: a primeira, em caráter emergencial, previa construção, pela FCP, de 100 mil novas habitações; a segunda previa a transformação da FCP em uma nova entidade, denominada Instituto Brasileiro de Habitação - IBH (Aragão, 2006).

No entanto, só a partir de 1964, no governo Presidente Castelo Branco, que a questão da habitação passou a ser enfrentada com maior efetividade. Tendo ele eleito a habitação popular como o ‘problema fundamental’. A partir de então, deu-se a criação do

Banco Nacional da Habitação (BNH), paralelamente com a montagem do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) (Stumpf & Santos, 1996).

Para Tomé (2009) o BNH e SFH “*contribuíram positivamente para o desenvolvimento de capacitação técnica de projeto, experiência gerencial e uma reflexão crítica sobre grandes programas habitacionais até então desconhecidos pelas experiências anteriores*”.

Nas décadas de 1970 e 1980, outras frentes de trabalho foram desenvolvidas como oposição à linha do BNH. Este fato estimulou a evolução das ideias do BNH e as seguintes linhas de financiamento foram criadas: Ficam (1977); Profilurb (1979); Programa Integração Rural (1980); Pra Morar (1982) e Programa João de Barro (1984) (Stumpf & Santos, 1996).

Silva e Silva (1989) relata que após 1979 ocorreu uma forte crise econômica que provocou grave deficiência no funcionamento do SFH e também afirma que nesse os inadimplentes do sistema passaram a ser não apenas ex-favelados, mas também a população da classe média que não conseguiu assumir o ônus que a crise econômica do país lhes impôs.

Perante este cenário, deu-se a extinção do BNH, pelo Decreto-lei Nº. 2.291/1986, tendo sido suas operações de financiamento e política habitacional passadas para o domínio da Caixa Econômica Federal (CAIXA). Binotto (1994) salienta que esta mudança fez com que o problema habitacional passasse da esfera de influência social para o âmbito financeiro. Este autor também afirma que tal fato representou um retrocesso em termos de políticas sociais.

Com isso, o sistema habitacional brasileiro passou por sucessivas e intensas crises, que resultaram num alto endividamento desse sistema e a ausência de implementação de novos projetos. Para Gomes et al. (2003), a origem dessas crises foi a inadimplência dos mutuários, já que o aumento crescente das prestações não acompanhava a política salarial, forçando assim, uma paralisação na dinâmica da política habitacional.

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal (Brasil, 1988), em seus artigos 182 e 183 foi decretado o direito à moradia. Este acontecimento foi um importante salto, pelo menos na esfera jurídica, para a retomada do estabelecimento da gestão política urbana brasileira (Tomé, 2009).

Em 1990, no governo Collor, com o confisco das Cadernetas de Poupança, deu-se a estagnação na poupança e no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Com isso,

o Estado reduziu sua participação no mercado de terras, o que dificultou ainda mais o acesso das classes menos favorecidas à moradia, tendo em vista que o acesso à terra passou a ter como referência, principalmente, as leis de mercado (Gomes et al., 2003).

Ao final da década de 90, o governo criou o Programa Carta de Crédito, que permitia o financiamento para a compra ou reforma de residências, de formas individuais ou em associação (Brasil, 2009). Já em 2006, foi criado o Conselho Gestor do Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social (FNHIS) como intuito de dar início a uma nova política habitacional e urbana com a construção do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cujo público-alvo era a população de baixa renda (Brasil, 2005).

Em 2003, como marco institucional gerador de propostas e catalisador dos anseios e metas pré-existentes, foi criado o Ministério das Cidades, onde delinearam-se novos rumos para a política nacional de desenvolvimento urbano (Cohen, 2004).

Segundo Maiolino et al. (2007), até 2006, a questão da habitação popular continuou praticamente sem avanços mais significativos. Já em janeiro de 2007, foi lançado, pelo Governo Federal, o PAC com a finalidade de alavancar o desenvolvimento do país. O investimento previsto para tal programa era na ordem de R\$ 503,9 bilhões. Estes recursos seriam destinados para atuação nas linhas logística (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias); energia (geração e transmissão de energia elétrica, petróleo, gás natural e combustíveis renováveis); e social e urbano (saneamento, habitação, transporte urbano, luz para todos e recursos hídricos) (Brasil, 2007).

No que diz respeito ao eixo infraestrutura social e urbana foi prevista a aplicação de R\$ 170,8 bilhões, entre recursos públicos e privados, com o objetivo de atendimento à demanda de 22,5 milhões de domicílios, no caso do saneamento e quatro milhões de famílias com habitação (Brasil, 2007). Esse recurso, em sua maioria, cerca de R\$ 106,6 bilhões estavam previstos para a construção de casas, compra de terrenos, reforma de imóveis, aquisição de material de construção e urbanização de favelas e assentamentos (Brasil, 2007).

Ao permitir uma ampliação expressiva do acesso da população à moradia, luz elétrica e saneamento básico e redescobrir a função social da terra, já definida constitucionalmente, há quase 20 anos, o conceito de infraestrutura social e urbana foi reintroduzido na política pública.

1.1.2 Habitação na Cidade do Rio de Janeiro

Historicamente, o Rio de Janeiro foi um dos principais palcos da questão habitacional no Brasil. Segundo dados do Projeto GEO CIDADES (2002), ao longo do século XX, registrou-se que 30% da população urbana habitava aglomerados subnormais.

O Instituto Pereira Passos, em 2002, em pesquisa sobre disseminação e consolidação das favelas em áreas de maior adensamento populacional da Cidade do Rio de Janeiro, observou-se que a distribuição de favelas sobre a malha urbana acompanhou os eixos viários (Avenida Brasil, Estrada de Ferro Central do Brasil) e as indústrias (IPP, 2002).

Neste mesmo estudo, os dados indicaram que os mais recentes loteamentos clandestinos se localizavam na Zona Oeste, nas áreas correspondentes aos bairros de Bangu, Realengo, Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz e em menor proporção nos bairros de Jacarepaguá, Barra da Tijuca e Cidade de Deus. Tais resultados indicam o eixo de crescimento urbano em direção a esta zona da cidade.

A disseminação dessas ocupações irregulares vem aumentando por diversos fatores, tais como: preço da terra; falhas no sistema de financiamento para aquisição de moradias; legislação urbanística desatualizada, entre outros, que se juntos se configuram num grande fosso entre o poder público e a habitação popular.

Em relação ao crescimento de comunidades em áreas de favelas e sua demanda por infraestrutura, Duarte et al. (1996), afirmaram que há dois grandes desafios: o *status* de oligopólio do mercado, já que quem consome muitas destas elaborações, para os menos favorecidos, é a classe média e a questão técnica, onde os projetos arquitetônicos e urbanos deveriam considerar a estética e a integração com cidade, permitindo que a favela fosse aceita por todos. Estes desafios se mantêm na agenda da questão habitacional.

A ocupação de vazios urbanos infraestruturados e construção de moradias populares distribuídas pelo tecido urbano existente, bem como a construção de pequenos e médios grupos de habitação e a convivência entre usos compatíveis, em especial entre o residencial, o comercial ou industrial não poluente são consideradas, pelos autores acima, saídas para a questão das favelas cariocas.

Da década de 90 até 2005, a Secretaria Municipal de Habitação (SMH) busca a integração da favela com a cidade formal, considerando-a como bairro. Para isto, denota a moradia para além de uma unidade doméstica, ou seja, transforma o direito à habitação

adequada numa totalidade do direito à cidade, integrando a residência aos serviços de infraestrutura, transporte, lazer e educação, e que competiria, desse modo, ao poder público, basicamente, fornecer e manter tal estrutura (Zaluar & Alvito, 2003).

Cabe ressaltar que mesmo com a iniciativa de inserir a favela nas políticas administrativas da cidade, segundo Fernandes & Costa (2009), a favela continuou a ser tratada por órgãos específicos, que igualmente propunham projetos específicos, como o Programa de Regularização de Assentamentos Populares, o Projeto de Urbanização Comunitária/Mutirão Remunerado e o Programa Favela-Bairro. Porém, muitos desses projetos não consideraram os diversos aspectos que são indispensáveis para a minimização do quadro de exclusão social instaurado no espaço urbano. E também não atenderam favelas de grande porte. Embora, tenham reestimulado o papel dos governos e daqueles que constroem a cidade em relação à moradia.

A partir de 2007, com o lançamento do PAC, três localidades foram reconhecidas como grandes áreas favelizadas no Estado do Rio de Janeiro: Complexo do Alemão; Complexo de Manguinhos e a Rocinha. Como também as favelas Cantagalo-Pavão-Pavãozinho e no Morro do Preventório em Niterói, que estão passando por diversas intervenções (Brasil, 2007).

Em Manguinhos, o principal objetivo das intervenções propostas foi a estruturação sócio-territorial, através da implantação de um conjunto de serviços públicos e elevação da linha férrea, mais especificamente o saneamento integrado e urbanização de assentamentos precários com implantação de rede de abastecimento de água, rede coletora, interceptores e ligações domiciliares de esgoto sanitário, rede de drenagem pluvial, arruamento, calçamento, iluminação pública (Brasil, 2007).

1.2 Habitação como espaço de promoção da saúde

As condições da habitação têm sido reconhecidas como uns dos principais determinantes sociais da saúde humana e ambiental. Sendo assim, a habitação constitui um espaço de construção da qualidade de vida e consolidação do seu desenvolvimento (OMS, 2009).

O conceito ampliado de habitação inclui as dimensões sanitária, sociocultural, econômica e psíquica, com adequação, integração e funcionalidade dos espaços intra e

peridomiciliares, além dos demais espaços de convívio. Esse sistema complexo é identificado por fatores associados ao ambiente, em especial à habitação, ao trabalho, à escola, à unidade de saúde e aos espaços de lazer, entendidos como microambientes, componentes da vida social (Cohen, 2004).

Na escala da habitação, a vulnerabilidade como fator interno de risco, se relaciona não somente com a exposição com respeito ao contexto material, mas, também com as fragilidades sociais e a incapacidade dos dois se adaptarem e está associada à capacidade de resposta e recuperação (OMS, 2009).

A vulnerabilidade constitui um sistema dinâmico que surge como consequência da interação de uma série de fatores e características (internas e externas) que convergem em uma comunidade particular. O resultado dessa interação se traduz na incapacidade de resposta, por parte da comunidade, perante a presença de um risco determinado (Katzman, 2000).

Para tanto, se examina a forma em que os lugares enfrentam sua cotidianidade e defendem o nível de bem-estar alcançado, fazendo uso de recursos materiais (capital físico), educativos, trabalho e cobertura de saúde (capital humano) e de redes, proteção e apoios comunitários e familiares (capital social), considerando que a distribuição desses recursos, e sua utilidade, dependem da forma em que as estruturas de oportunidades do mercado, do Estado e da comunidade definem as condições de acesso e o tipo de retornos que oferecem cada um destas ordens institucionais básicas e os distintos portfólios de ativos familiares (Cohen, 2004).

Elevados níveis de pobreza derivados, em parte, do crescimento urbano desordenado, resultam em eixos de vulnerabilidade mais acentuada e conduz-se aos mais elevados índices de danos e perdas de vidas (Cohen, 2004).

Portanto, há a necessidade de dar um salto qualitativo em relação ao sistema de vigilância convencional existente e se observar os determinantes do processo saúde-doença. O que implica, também, em buscar casos concretos de aplicação dos saberes e a experiência necessária para subsidiar propostas que possam apagar ou mitigar tais hiatos.

1.2.1 Habitação Saudável

No campo da Saúde, a estratégia da Promoção da Saúde, que se traduz como um paradigma de articulação transversal, partindo de uma concepção ampla do processo saúde-doença e seus determinantes, busca dar visibilidade aos fatores de risco à saúde da população e as diferenças entre necessidades, território e culturas presentes no país (Buss, 2003).

Essa estratégia visa à criação de mecanismos que reduzam as situações de vulnerabilidade, incorporando a equidade; a intersetorialidade; a nova “governance”; *empowerment* da população em torno das políticas e construção de alianças; a defesa da causa da saúde (*advocacy*); a capacitação individual e social para saúde, bem como participação e controle sociais na gestão das políticas públicas (BRASIL, 2010a).

E ao se pensar no campo da habitação e do urbanismo, interligando a Saúde, a Promoção da Saúde se apresenta como um relevante reforço no mecanismo de políticas públicas, já que esta permite criar mecanismos de julgamento e legitimação segundo duas posturas: a reativa - no sentido de impedir que as políticas públicas provoquem danos à saúde e seus efeitos sobre a saúde da população e a proativa – no sentido de que as políticas públicas promovam as condições necessárias para a saúde (Buss et al.,1998).

Como postura proativa, surge no Canadá o projeto “Cidades Saudáveis” e na América Latina, os Sistemas Locais de Saúde (SILOS) durante os anos 80. Ambos os projetos objetivavam a intersetorialidade do setor saúde e o fortalecimento da ideia de “Municípios Saudáveis”.

Em 1994, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) identificou atores nas regiões das Américas interessados em promover ambientes saudáveis nos espaços funcionais da habitação. E em 1995, foi criada a *Red Interamericana de la Vivienda Saludable*, integrada atualmente por dezesseis países³, tendo como objetivo principal fortalecer as capacidades nacionais para enfrentamento das problemáticas locais de habitação saudáveis.

No ano 2000, a OPAS lançou a ideia de desenvolver uma iniciativa de habitação saudável no Brasil. A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e a Fundação Nacional de

³ Para mais detalhes acessar o Portal Vivienda Saludable: <http://www.cepis.ops-oms.org>.

Saúde (FUNASA) e OPAS promoveram, em 2002, a Oficina de Moradia e Saúde no I Congresso de Engenharia de Saúde Pública, evento no qual foi constituída a Rede Brasileira de Habitação Saudável (RBHS).

Outro marco muito relevante foi a Conferência das Nações Unidas pelo Meio Ambiente e o Desenvolvimento (RIO 92), os governos federal, estaduais e municipais assumiram o compromisso de implementar a Agenda 21 e avaliar as potencialidades brasileiras, revendo o modelo de desenvolvimento econômico do País.

Segundo a Agenda 21 (1992), a solução dos problemas ambientais estaria relacionada ao nível local ou primário. Devendo-se “pensar globalmente e agir localmente”. Cynamon (1996) afirma que estava lançado um grande desafio e que este poderia resultar em uma nova sociabilidade urbana e em um diferente modelo de desenvolvimento.

O desenvolvimento adequado ocorreria a partir de um processo equitativo, participativo e sustentável (CEPAL, 1991). Desta forma, seria necessário ampliar as oportunidades dos indivíduos fomentando o acesso ao trabalho e à renda, à educação, à saúde, à alimentação e a um ambiente físico limpo e seguro, que englobaria a habitação e seu entorno (Banco Mundial, 1991).

Acompanhando essas mudanças, os campos da habitação, ressaltando-se aqui o da habitação saudável, e do urbanismo, preconizaram, também, a elaboração de projetos que discutissem o conceito de habitação, não somente em sua dimensão física, e sua ampliação para as dimensões sanitária, sociocultural e psíquica com adequação e funcionalidade dos espaços físicos intra e peridomiciliares; prevenção de acidentes e desastres; criação de áreas de convívio para realização de atividades culturais, esporte e de lazer; trabalho de educação ambiental e desenvolvimento econômico com criação de oportunidades de ampliação do mercado de trabalho (Cohen, 2004).

Segundo esta mesma autora:

“O espaço construído para ser um ambiente favorável à saúde necessitaria do reconhecimento e da identificação das complexas relações e da interdependência entre diversos setores na conservação e proteção do meio ambiente, no acompanhamento do impacto que as mudanças no meio ambiente provocariam sobre a saúde e nas conquistas de melhores condições de vida na habitação, no trabalho, na escola, na cidade e no lazer.” (Cohen, 2004, p. 24)

Desta forma, a história de vida e às aspirações da população deveriam ser consideradas, bem como novas formas de pensar e intervir no ambiente e seu entorno deveriam ser elencadas, promovendo assim um novo planejamento em saúde ambiental e habitacional (Cohen, 2004).

Segundo o conceito de habitação saudável, o espaço construído e seu entorno poderiam ser considerados enquanto ambientes inter-relacionados, funcionais, contínuos, adequados ao contexto físico-geográfico e com provimento de infraestrutura (Cohen, 2004).

Assim, a habitação, no sentido de lugar habitável, poderia ser pensada em três dimensões (Souza, 1998): (1) interioridade - noção de interior e exterior; (2) visibilidade - controle da exposição do ambiente construído; (3) e apropriação - maneira como os indivíduos ocupariam seu lugar. Segundo Fisher (1989), *“esta apropriação compreende as formas de interação entre indivíduos e ambientes que expressam a afirmação do ser sobre os lugares, por meio de uma utilização particular do espaço.”*, estando esta relacionada a uma ambiência adequada.

Segundo Cohen (2004), ambiência seria a necessidade de se estar confortável em termos da qualidade técnico-construtiva (conforto térmico, acústico e da luminosidade), considerando as práticas socioculturais locais ou regionais e obedecendo as tipologias construtivas (em relação à fundação, estrutura, vedações, cobertura, instalações hidráulicas, sanitárias e elétricas), sem deixar de vincular as questões de racionalização do produto (que inclui modulação, padronização, normatização, flexibilidade e durabilidade dos materiais e sistemas construtivos empregados).

O conforto ambiental está diretamente relacionado ao conceito de habitabilidade da unidade habitacional. Este conceito diz respeito ao conjunto de aspectos que podem interferir na qualidade de vida e na comodidade dos moradores, bem como na satisfação de suas necessidades físicas, psicológicas e socioculturais, partindo do pressuposto de que a habitação seria entendida em seu sentido macro, de estar inserida na malha urbana, baseada em sua relação com a rede de infraestrutura e a possibilidade de acesso aos equipamentos públicos. Portanto, diz respeito à questão do pertencimento ao território e da inclusão dentro de um amplo contexto urbano (Bonduki, 2002).

Sendo assim, quando se utiliza a metodologia da habitação saudável é fundamental se discernir qual a melhor opção em termos de projeto, desenho, localização, tecnologia e

material construtivo para a escolha de um lugar com condições e qualidade de ser habitável (Cohen, 2004).

Souza (1998) afirma que o processo de criar e modificar os lugares para propostas sociais deveria ser dinâmico e dialético e ressalta três questões básicas: (1) funcional, relativa aos códigos de uso de seus habitantes; (2) simbólica, relativa ao que sua aparência representa dentro da comunidade e finalmente, (3) tecnológica, relativa aos princípios de sua construção, manutenção e uso.

Desta forma, programas de intervenções habitacionais implantados deveriam traduzir uma orientação, um planejamento e uma decisão política que pressupunha a compreensão do contexto sociocultural, histórico, geográfico-ambiental que moldaria e condicionaria sua operacionalização para que se efetivasse o desenvolvimento humano.

Conforme Cohen (1993) seriam necessários o cumprimento dos seguintes requisitos: equilibrada relação de vizinhança; funcionalidade, flexibilidade e racionalidade das soluções do espaço; qualidade das construções; infraestrutura e serviços; e segurança.

Portanto, para se alcançar um *habitat* saudável, sustentável e seguro os padrões de habitabilidade existentes e os fatores de risco à saúde presentes no espaço habitacional e no seu entorno devem ser analisados e enfrentados por intermédio de medidas preventivas e corretivas (Cohen, 2004).

Nesta perspectiva, Teixeira (1997) reforça a necessidade da formação de um comitê de gestão em saúde ambiental local, no intuito de reforçar o poder das comunidades, bem como servir de espaço de discussão entre diversos atores locais, visando maior articulação e integração com as esferas de poder em níveis municipal, estadual e federal.

1.2.2 Ocupação do ambiente construído e aspectos correlatos

O aspecto construtivo das habitações e seus respectivos usos refletem uma estreita relação com a cultura, por isso, apresentam-se diferenciados em relação aos mais diversos povos (Sennett, 2008).

Tomé (2009), afirma que “*mesmo que de maneira imperceptível, o uso molda a arquitetura e se apresenta como reflexo de alterações recíprocas*”. Desta forma, residências localizadas em países diferentes possuirão tipologias distintas, cada uma adequando ao seu povo e buscando atender às suas necessidades.

Rapoport (1972) verifica a importância da compreensão da cultura, de como ela interage com o ser humano e, conseqüentemente, como o uso do espaço habitacional é configurado.

Porém, com advento de novas tecnologias, a cultura de massa desenvolveu-se ofuscando outros tipos de cultura. Submetendo as demais expressões “culturais” a um projeto comum e homogêneo, resultando principalmente na padronização dos bens de consumo. Este fato não deixa de ser influente nos espaços de morar, na maneira que as pessoas habitam e que permeia também os projetos de habitações populares, nos quais um projeto é elaborado de maneira hierárquica e padronizada, ou seja, os projetos são elaborados para uma população sem entender as suas reais necessidades (necessidades físicas e sociais) e sem uma prévia consulta (Tomé, 2009).

Essa hierarquização, provocada pelas políticas públicas de habitação, pelo mercado imobiliário e pelos profissionais da construção civil, multiplica um único projeto para várias famílias, considerando apenas os fatores econômicos e construtivos. Assim, a habitação está inserida na indústria cultural e econômica, como mencionado por Adorno (2002), faz parte de uma regra em que tudo o que é produzido atualmente na sociedade é apenas o simples prolongamento da produção.

Atualmente, grande parte das habitações ou edifícios habitacionais são produzidos em série e não apresentam nenhuma característica de personalização para cada família. Quando estes começam a ser habitados, sofrem diversas modificações para assumir características de seus moradores. As principais alterações estão relacionadas com aumento no nível de conforto e da funcionalidade (Tomé, 2009).

Fathy (1982) destaca a questão da individualidade das habitações, que são refletivas nessas mudanças. Isso porque, cada pessoa tem um conjunto de hábitos de ação, pensamento e reação que assim denomina-se individualidade.

1.3 Avaliação da habitação e seu entorno

As habitações, como também qualquer outro ambiente construído, podem ser avaliadas de maneira quantitativa e qualitativa. A opção por uma destas formas de avaliação ou até mesmo a conjugação das mesmas está intimamente relacionada com o objeto e com o objetivo a ser avaliado (Neves, 1996).

Para que sejam possíveis tais estudos, a APO surge como ferramenta que auxilia na qualificação do ambiente construído (Roméro & Ornstein, 2003).

1.3.1 Avaliação Pós-Ocupação

Em grande parte dos países desenvolvidos, os produtos ofertados para os consumidores, inclusive o ambiente construído, passam por um processo de avaliação. Esse processo visa avaliar o controle de qualidade e o atendimento das necessidades dos usuários perante seus bens e serviços (Ornstein & Roméro, 1992).

Segundo Roméro & Ornstein (2003), a qualidade está relacionada aos aspectos que satisfazem às necessidades do usuário, isto é, ao desempenho satisfatório do produto durante sua vida útil.

Isso também ocorre com relação aos produtos da construção civil. Todavia, na maioria das vezes, as empresas vinculadas a esse ramo se apropriam de certificados inseridos em outros setores da indústria e do comércio. Geralmente, essa certificação ocorre no processo de produção do edifício, no intuito de verificar diferentes maneiras de melhorar a construção e utilização dos materiais, resultando em uma economia e organização do trabalho. Porém, ao considerar a elaboração de estudos mais específicos sobre a qualidade da moradia, poucas são as pesquisas que avaliam o grau de satisfação dos usuários e, de tal modo, a qualidade das edificações ao longo do seu uso (Tomé, 2009).

Na busca por estratégias avaliativas, Preiser & Ostroff (2001) consideram que a APO é uma ferramenta de pesquisa que trabalha diretamente com o fator de qualidade do ambiente construído, consistindo num processo de avaliação dos edifícios após a sua construção e ocupação por um determinado tempo. Outra importância destacada por estes autores é o fato de focalizar os usuários dos edifícios e suas necessidades, valorizando sua opinião e percepção a respeito das consequências das decisões de projeto e seus resultados sobre o desempenho do local avaliado.

Conforme Ornstein (1995), a origem da APO vem desde os primeiros estudos acerca das relações entre ambiente e comportamento, que surgiram concomitantes às questões sociais, urbanas e principalmente ambientais, a partir de problemas do impacto do comportamento humano no meio em que vive.

Quanto aos objetivos da APO, os dois principais são: (1) minimizar ou corrigir problemas detectados, através do estabelecimento de programas de manutenção e de conscientização do público usuário e (2) utilizar os resultados destas avaliações sistemáticas (estudos de casos) para realimentar o ciclo do processo de produção e uso dos ambientes semelhantes, buscando otimizar o desenvolvimento de projetos futuros (Ornstein & Roméro, 1992).

Assim, surgem diversos trabalhos utilizando esta ferramenta como uma maneira de se avaliar edificações, visando diagnosticar os fatores positivos e negativos do ambiente construído (Roméro & Ornstein, 2003). Países como França, Inglaterra e Estados Unidos, têm como parte do cotidiano em seus processos projetuais a utilização da APO.

Para Ornstein (1986), no caso específico do Brasil, a APO torna-se fundamental nos principais setores que abrangem parcela considerável das habitações brasileiras: nas residências unifamiliares e conjuntos habitacionais concebidos arquitetonicamente por técnicos especializados, e na autoconstrução, ou arquitetura informal, realizada pela própria população, sem orientação técnica.

No caso das HIS, no Brasil, há uma grande quantidade de estudos relacionados a essas construções, como os realizados pelo Centro de Referência e Informação em Habitação (InfoHAB).

Os resultados da APO, quando aplicados, permitem que os erros encontrados possam não mais se reproduzir em projetos semelhantes no futuro. Porém, através das pesquisas de APO aplicadas em larga escala, verifica-se que existe a separação entre a teoria e a prática, ou seja, os resultados destas pesquisas não são aplicados na melhoria dos projetos semelhantes e nos edifícios analisados (Tomé, 2009).

Conforme Reis e Lay (1995), as pessoas percebem os atributos do seu ambiente físico e os avaliam, baseadas em certos parâmetros de comparação, especialmente aqueles definidos pelo que elas acreditam estar ao seu alcance. Desta forma, quando se avalia o ambiente sob o ponto de vista dos usuários, busca-se verificar o grau de satisfação que estes têm do ambiente construído para criar parâmetros de qualidade da edificação.

O conceito de satisfação tem sido muito utilizado em pesquisas como critério para examinar as relações entre o usuário e os vários aspectos do ambiente habitacional. Geralmente considera-se que o conceito de satisfação, como um indicador ou critério de avaliação do ambiente residencial por parte do usuário, pode determinar a habitabilidade dos ambientes residenciais (Onibokun, 1973).

Segundo (Lay & Reis, 1993), esse conceito pode ser utilizado de duas maneiras: (1) para determinar o nível de satisfação com um determinado aspecto do desenho da unidade habitacional, com o objetivo de avaliar o desempenho de tal aspecto do ponto de vista do usuário; (2) e para determinar a correlação existente entre o nível de satisfação com um aspecto de desenho da habitação e o nível de satisfação com a unidade habitacional, com o objetivo de indicar o grau de importância que o referido aspecto tem para a satisfação do morador com a sua habitação.

Uma vez que o usuário está intimamente ligado ao ambiente construído e um se relaciona com o outro de maneira a estabelecer algumas influências, Ornstein (1995) propõe que as interações entre o ambiente e o comportamento sejam reunidas em quatro grupos: ambiente construído, condições de conforto, tipo de trabalho e relações pessoais.

Ao estudar a relação do ambiente construído e do comportamento humano se faz premente a análise e a avaliação sobre até que ponto os ambientes influenciam positivamente nas atividades desenvolvidas, ou seja, em que medida o desempenho do ambiente construído influencia o comportamento do usuário, e também, como este se molda àquele desempenho, modificando ou não esse ambiente no decorrer de seu uso, dando origem assim a um novo padrão de ambiente construído (Moraes, 2004).

Essas alterações muitas vezes vêm reforçar as qualidades das edificações, mas também podem desconfigurar as características elaboradas no projeto arquitetônico original. Quando as mudanças são no interior dos apartamentos, em geral, beneficiam os moradores, porém podem trazer danos se não são bem executadas. Já as intervenções que ocorrem nas áreas externas e comuns do edifício podem, negativamente, interferir na vida de uma grande quantidade de pessoas, sendo elas moradoras ou apenas transeuntes (Tomé, 2009).

Em 2003, Roméro & Ornstein observaram que as mudanças sofridas pelo ambiente construído foram diferentes entre as áreas comuns e as particulares dos edifícios. Esses autores verificaram que os espaços públicos ou áreas verdes do conjunto foram imediatamente vandalizados, mas os apartamentos em si, foram primorosamente tratados. A partir destes resultados, surge uma importante indagação: Por quê dessa diferença brutal de comportamento dos moradores se os espaços abertos também são parte das habitações?

Para Newman (1996), o motivo refere-se ao fato de que os moradores mantêm controladas, unicamente, aquelas áreas que são claramente demarcáveis e identificáveis como de sua propriedade, sendo assim, desconsideram as áreas coletivas, o que gera

praticamente a ausência de manutenção dos espaços exteriores em conjuntos habitacionais populares.

Um dos maiores problemas que afetam o desempenho de conjuntos habitacionais tem, segundo Reis & Lay (1995), origem na inadequação de sua proposta arquitetônica. As condições e relações espaciais determinadas pelo *layout* destes edifícios estabelecem variações que limitam o grau de adequação ambiental e influenciam a maneira como os espaços externos dos conjuntos são percebidos, avaliados e usados pelos seus residentes.

Frente a estas proposições, a edificação deveria melhor se adequar às suas exigências e necessidades, porém a deflagração destes problemas deve-se, inicialmente, ao fato de que a relação entre o arquiteto e o contratante é inexistente quando se trata de pessoas de classes sociais mais carentes (Vilarouco, 2001).

Este processo deveria captar a percepção dos desejos dos usuários e de seus familiares, entretanto, o que se vê na prática é um total alijamento dessas aspirações, passando a vigorar apenas a vontade do corpo técnico, que determina como deve morar o cidadão menos favorecido.

CAPÍTULO 2 – CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

2.1 Tipo de pesquisa

Quanto aos objetivos, conforme Gil (1991), se traduz como uma pesquisa exploratória, por tentar traçar maior familiaridade com o problema, pois foram realizadas entrevistas perante um estudo de caso – o PAC na Comunidade DSUP e também como descritiva, pela utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados (aplicação de questionários).

Sua forma de abordagem foi quali-quantitativa. Segundo Ponte et al. (s.d), a vantagem em se trabalhar com a combinação destas duas vertentes se dá no aproveitamento no que há de melhor em cada uma delas, já que se pode utilizar em parte do trabalho a visão positivista, e em outra a visão fenomenológica.

Enquanto a pesquisa quantitativa se baseia em variáveis mensuráveis, proposições prováveis e onde o pesquisador não deve envolver-se com o objeto de estudo visando o máximo de objetividade possível; a pesquisa qualitativa considera que há uma relação

dinâmica entre o mundo real e o sujeito, onde a subjetividade do sujeito não pode ser traduzida em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas neste processo e o pesquisador é o instrumento-chave e tende a analisar seus dados indutivamente (Ponte et al., s.d.).

2.2 Universo da pesquisa – DSUP, um Estudo de Caso

Goode & Hatt *apud* Minayo (2007) definem o Estudo de Caso como “*meio de organizar dados sociais, preservando o caráter unitário*”. Sendo um método de abordagem compreensiva que envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento.

Segundo Minayo (2007):

“Este é útil para gerar conhecimento sobre características significativas de eventos vivenciados, tais como intervenções e processos de mudança. (...) Evidenciam ligações causais entre intervenções e situações da vida real; o contexto em que uma ação ou intervenção ocorreu ou ocorre; o rumo de um processo em curso e maneiras de interpretá-lo; o sentido e a relevância de algumas situações-chave nos resultados de uma intervenção.” (Minayo, 2007, p. 164)

Quanto aos seus objetivos, Minayo (2007) considera que podem ser:

“(a) compreender os esquemas de referência e as estruturas de relevância relacionadas a um evento ou fenômeno por parte de um grupo específico; (b) permitir um exame detalhado de processos organizacionais ou relacionais; (c) esclarecer os fatores que interferem em determinados processos; (d) apresentar modelos de análise replicáveis em situações semelhantes e até possibilitar comparações, quando se trabalha com tipificações.” (Minayo, 2007, p. 164)

Este tipo de estudo, atualmente, é bastante empregado para compreender o impacto de determinadas políticas numa realidade concreta; descrever um contexto no qual será aplicada determinada intervenção; avaliar processos e resultados de propostas pedagógicas ou administrativas e explorar situações em que intervenções determinadas não trouxeram resultados previstos (Minayo, 2007).

No presente estudo, a unidade de análise foi o DSUP, comunidade que atualmente integra com mais outras 12 comunidades o denominado Complexo de Manguinhos⁴, localizado na zona norte da capital do Rio de Janeiro (**FIGURA 1**).



Figura 1 – Vista área do Complexo de Manguinhos, RJ, ressaltando área correspondente a Comunidade DSUP.
Fonte: Google earth

Manguinhos é considerado território de exceção, que segundo Fernandes e Costa (2009), “*sempre sofreu com a dessimetria e com o descompasso entre a formulação e a prática das políticas públicas*”, mesmo tendo abrigado diversos projetos de habitação e acolhido inúmeras pessoas da cidade, do país e do mundo.

Neste território vivem cerca de 48.000 pessoas e atualmente ele ocupa a sétima posição entre piores no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Grande parte de sua extensão é classificada, pelo IBGE, como “subnormal”. Seu cotidiano sempre foi muito marcado pelo violento controle social, pela violação de diversos direitos, pela dificuldade no acesso a bens, infraestrutura e serviços, bem como a criminalização do território (Lima & Bueno, 2010).

A área aonde hoje existe o DSUP, pertenceu ao 1º Departamento de Suprimento (1º DSUP) do Exército Brasileiro. Em 2008, esta área que mede aproximadamente 10.000 m²,

⁴ O Complexo de Manguinhos é composto pelas localidades: Parque Oswaldo Cruz/Morro do Amorim/Amorim; Parque Carlos Chagas/Varginha; Parque João Goulart; Vila Turismo; Centro de Habitação Provisória 2 (CHP2); Vila União; Conjunto Néelson Mandela; Conjunto Samora Machel; Comunidade Mandela de Pedra; Conjunto Samora II/ Embratel; Comunidade Vitória de Manguinhos/Conab; Comunidade Embratel/Nova Mandela; DSUP.

recebeu as primeiras intervenções do PAC no Complexo de Manguinhos. Entre 2009 e 2010 foram entregues 568 apartamentos, distribuídos em 7 blocos de 4 andares cada.

Além dos prédios, foram construídos no espaço denominado Centro Cívico: uma Biblioteca Parque, o Centro de Referência da Juventude, a Unidade de Pronto-Atendimento 24h (UPA 24H), Clínica da Família Victor Valla, também foram inauguradas uma unidade da Farmácia Popular, a Casa da Mulher, um espaço com a Academia Carioca, Centro de Geração de Renda, Centro de Apoio Jurídico e o Canteiro do PAC Social (Brasil, 2010b).

2.3 Procedimento amostral, Coleta e Análise dos dados

Com relação ao objetivo específico 1

Para apresentar o contexto histórico da HIS e as considerações teóricas-conceituais-metodológicas acerca do tema foram pesquisados documentos oficiais e publicações científicas. As informações subsidiaram a formulação do capítulo anterior, bem como dos capítulos posteriores.

Com relação ao objetivo específico 2

Para realizar o levantamento dos dados, primários e secundários, relacionados com o PAC em Manguinhos foram pesquisados documentos por meio de busca utilizando a internet, assim como em visitas a órgãos públicos e privados. Também foram realizadas seis entrevistas semi-estruturadas com informantes-chave que participaram ou participam, direta ou indiretamente, deste processo.

As entrevistas foram realizadas mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Informante-Chave - TCLEIC (**ANEXO I**) e com o acompanhamento da Ficha de Roteiro de Entrevista ao Informante-Chave (**ANEXO II**).

Segundo Minayo (2007) a entrevista semi-estruturada permite ao entrevistado que ele discorra sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada. Ela também afirma que a existência de um roteiro serve como um apoio para conduzir a sequência da entrevista, principalmente para investigadores menos experientes.

A análise dos dados se deu por meio da técnica de Análise de Conteúdo, que segundo Bardin (2011) designa-se como:

“Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.” (Bardin, 2011, p. 48)

Optou-se por utilizar estritamente a Análise de Conteúdo de abordagem qualitativa já que esta corresponde a um procedimento mais intuitivo, mais maleável e mais adaptável a índices não previstos (Bardin, 2011). Neste caso em particular, interessa saber como os sujeitos se referem ao processo em estudo, como estes produzem sentido e, se de alguma forma, eles apresentam indícios, sejam positivos ou negativos, perante a questão levantada por este projeto – O PAC, no DSUP/Manguinhos, construiu ambientes saudáveis, sustentáveis e seguros?

Com relação aos objetivos específicos 3, 4 e 5

Inicialmente, cabe uma explicação do motivo de apresentar este subitem com os três últimos objetivos de maneira conjunta, pois estes configuram a APO que foi realizada.

Para enumerar as alterações de uso e *layout* ocorridas dentro das unidades habitacionais e em suas respectivas áreas externas (objetivo 3); identificar as motivações e necessidades das alterações realizadas pelos moradores (objetivo 4) e avaliar o grau de satisfação destes usuários perante seus apartamentos, áreas externas, serviços e equipamentos existentes no entorno (objetivo 5) foram realizadas visitas aos apartamentos pertencentes à área de estudo. Neste momento, foram feitas entrevistas fechadas por meio da aplicação do questionário de APO (**ANEXO IV**) em amostra de apartamentos selecionados, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Morador - TCLEM (**ANEXO III**).

O procedimento amostral adotado foi a amostragem sistemática. Segundo Marconi & Lakatos (2011) este tipo de amostragem requer uma ordenação de forma que cada elemento seja identificado por sua posição. Para um intervalo de confiança igual a 95% e uma margem de erro de 8% foi programada a visita em 142 apartamentos.

A amostragem foi planejada/executada da seguinte forma: dividiu-se o universo da pesquisa (568 apartamentos) pelo número da amostra (142). O número obtido foi 4. Sendo assim, as entrevistas deveriam ocorrer de 4 em 4 apartamentos. A partir deste resultado, foi sorteado o primeiro apartamento a ser cadastrado e o ordenamento subsequente, seguindo a ordem crescente dos números dos apartamentos e dos seus respectivos blocos.

Tabela 1 – Frequência de visitas domiciliares nos apartamentos do DSUP, Complexo de Mangueiros, RJ.

BLOCO	TOTAL DE APARTAMENTOS	APARTAMENTOS A SEREM VISITADOS	APARTAMENTOS VISITADOS n (%)
1	96	24	17 (71)
2	56	14	11 (79)
3	112	28	20 (71)
4	32	8	6 (75)
5	120	30	24 (80)
6	120	30	19 (63)
7	32	8	7 (88)
TOTAL	568	142	104 (73)

Durante a aplicação do questionário foram considerados: as características sociodemográficas da família; a funcionalidade, flexibilidade e racionalidade das soluções do espaço; a qualidade das construções; a infraestrutura, serviços e segurança. Muitos destes apontamentos partiram do olhar do morador, mas na maioria (77%) das residências visitadas, o morador permitiu a entrada do entrevistador para que este também pudesse realizar uma breve análise e registrar, por meio de fotografia digital, alguns destes aspectos.

A análise dos dados obtidos se deu com base nas plantas *as built*, elaboradas pela equipe da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (EMOP) e pelos Manuais do Proprietário confeccionados pelo Trabalho Social do PAC.

Os dados obtidos foram tabulados em um banco de dados gerado pelo software *Microsoft Excel* e posteriormente foram analisados estatisticamente pelo software *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)* versão 17.0.

2.4 Aspectos éticos

O presente estudo obedece às recomendações da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (CNS, 1996) e, neste sentido, assegurará os referenciais da Autonomia, Não-maleficência, Beneficência e Justiça que compõem os referenciais da Bioética.

A fim de ratificar o compromisso com os direitos e deveres aos sujeitos envolvidos nesta pesquisa bem como à comunidade científica, o projeto que originou esta dissertação foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Escola Nacional em Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (CEP/ENSP/FIOCRUZ) sob o número de processo: 03715412.8.0000.5240.

Todas as gravações das entrevistas, bem como, suas transcrições e os questionários, ficarão arquivados dentro do prazo determinado pelo CEP/ENSP/FIOCRUZ.

CAPÍTULO 3 – RESULTADOS E ANÁLISE

Neste capítulo são apresentados os resultados do levantamento de dados primários e secundários realizados por meio de pesquisa documental, de entrevistas com os informantes-chave e da APO realizada nos apartamentos do DSUP.

Primeiramente, aborda-se como se deu o processo do PAC em Manguinhos a partir do que os documentos, notícias e trabalhos acadêmicos relatam e também a partir do ponto de vista, do lugar de fala, de alguns atores que participam ou participaram, de forma direta ou indireta, deste processo. Entende-se aqui que processo compreende três fases: o planejamento, a execução e o que foi construído ou *as built* e reitera-se que é fundamental conhecer as dinâmicas que compõem essa história.

Posteriormente, os resultados da APO são explicitados. Inicia-se com uma breve análise partindo do olhar da pesquisadora na tentativa de enfatizar as características do cenário pós-ocupação e por fim, são apresentadas e discutidas as respostas dos moradores ao questionário aplicado.

3.1 Conhecendo o processo: o que os documentos relatam e que os atores dizem

Nesta seção apresenta-se o que é o PAC e como as intervenções que ocorreram no Complexo de Manguinhos foram planejadas e executadas de forma crítica. A intenção presente neste trabalho não é exaurir todas as etapas e os respectivos resultados dos projetos urbanísticos, mas apresentar alguns aspectos que representam indícios relevantes que podem embasar a análise proposta.

3.1.1 O que é PAC?

O PAC foi anunciado em 22 de janeiro de 2007 pelo Governo Federal, tendo como mote inicial a retomada de investimento público, com a definição do “*investimento como prioridade do Governo Federal e começando a criar um ambiente favorável ao crescimento, aumentando a confiança da sociedade no futuro e despertando o espírito empreendedor do empresariado*”. Os objetivos eram acelerar o ritmo de crescimento da economia; aumentar o emprego e a renda e diminuir as desigualdades sociais e regionais; manter os fundamentos macroeconômicos (inflação, consistência fiscal e solidez nas contas externas) (Brasil, 2007b)

Este Programa foi dividido em cinco eixos fundamentais: (1) Investimento em Infraestrutura; (2) Estímulo ao Crédito e ao Financiamento; (3) Melhora do Ambiente de Investimento; (4) Desoneração e Administração Tributária; (5) Medidas Fiscais de Longo Prazo; Consistência fiscal (Brasil, 2007c)

Este estudo parte do Eixo Investimento em Infraestrutura que se subdivide em 3 linhas específicas: (1) Logística (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias); (2) Energia (geração e transmissão de energia elétrica, petróleo, gás natural e combustíveis renováveis); (3) Social e Urbano (saneamento, habitação, transporte urbano, luz para todos e recursos hídricos). Entretanto, seu *locus* principal é a linha (3).

No lançamento do PAC, a previsão de recursos destinados a estas linhas totalizavam mais de R\$503,9 bilhões, sendo o investimento mais alto para o Eixo de Infraestrutura Energética (R\$274,8 bilhões), seguido do Eixo Infraestrutura Social e Urbana (R\$170,8 bilhões) e por último o Eixo Infraestrutura Logística (R\$58,3 milhões) (Brasil, 2007c)

Com esse aporte de recursos, o governo federal visava estimular a *“eficiência produtiva dos principais setores da economia, a modernização tecnológica, acelerar áreas já em expansão e ativar áreas deprimidas, aumentar a competitividade e integrar o Brasil com o Brasil, com seus vizinhos e com o mundo”* e considerava que os investimentos em infraestrutura poderiam *“superar os gargalos da economia e estimular o aumento da produtividade e a diminuição das desigualdades regionais e sociais”* (Brasil, 2007d).

Segundo o site do próprio Programa, o PAC *“contribuiu de maneira decisiva para o aumento da oferta de empregos e na geração de renda, e elevou o investimento público e privado em obras fundamentais”*, já que ajudou a dobrar os investimentos públicos (de 1,62% do PIB – Produto Interno Bruto - em 2006 para 3,27% em 2010) e teve papel *“fundamental para o país durante a grave crise financeira mundial entre 2008 e 2009, garantindo emprego e renda aos brasileiros, o que por sua vez garantiu a continuidade do consumo de bens e serviços, mantendo ativa a economia e aliviando os efeitos da crise sobre as empresas nacionais”* (Brasil, 2009a).

Trindade (2012) apresenta a discussão que se tem em torno da própria ideologia do nome do PAC que não se apresenta como um programa de desenvolvimento e sim com um programa de crescimento, emanado de uma mensagem eminentemente política.

Com relação ao eixo que se torna o ponto principal deste trabalho, que a partir daqui será denominado como PAC Social e Urbano, foi desenvolvida uma linha intitulada *“Saneamento e a Urbanização das Favelas”* ou mais comumente conhecido como PAC Favelas. No caso do Rio de Janeiro, as intervenções do PAC Favelas foram planejadas para atender o Complexo do Alemão, o Complexo de Manguinhos, Rocinha, Cantagalo-Pavão-Pavãozinho e o Morro do Preventório, em Niterói.

O PAC trabalha com recursos tripartite (federal, estadual e municipal), sendo que a coordenação geral ficou a cargo de um Comitê Gestor (CGPAC), coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, e tendo como membros o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Do ponto de vista da contratação e execução do PAC Favelas dois órgãos merecem destaque: o Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal (CAIXA). Ao Ministério das Cidades, conforme a Lei nº 10.683/2003⁵, cabe *“realizar o planejamento, regulação, normatização e gestão da aplicação de recursos em políticas de desenvolvimento urbano, urbanização, habitação, saneamento básico e ambiental, transporte urbano e trânsito”*. E

⁵ Lei nº 10.683/2003 disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.683.htm

também este possui a atribuição de “*estabelecer um conjunto de normas operacionais com o objetivo de disciplinar o processo de aprovação e execução das operações inscritas em seus programas e ações, como expressão da política nacional de desenvolvimento urbano e em conformidade com a legislação vigente*”.

Já a CAIXA é a encarregada da operacionalização dos Programas/Ações do Ministério das Cidades, conforme a Lei nº 11.124/2005⁶. Ela analisa a documentação apresentada pelos proponentes; celebra os contratos de repasse e os Termos de Compromisso em nome da União; zela para que os requisitos para contratação das iniciativas, estabelecidos pelo Gestor, sejam fiéis e integralmente observados; acompanha e atesta a execução físico-financeira dos objetos contratuais; analisa as prestações de conta parciais e finais e adota as providências cabíveis; instaura a Tomada de Contas Especial, na forma da lei, e mantém o Gestor informado sobre o andamento das operações propostas/contratadas, por meio do encaminhamento periódico de informações gerenciais e do atendimento às solicitações extraordinárias de informação a respeito dessas operações (Brasil, 2008)

Os Governos Estadual ou Municipal (proponentes das intervenções) são responsáveis pela apresentação do Termo de Compromisso e de seu respectivo Plano de Trabalho. Estes devem estar de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e devem responder às demandas e necessidades sociais e de infraestrutura urbana, conforme diretrizes das políticas do Governo Federal estabelecidas para o PAC. Além disso, devem estimular a participação dos beneficiários em todas as etapas do projeto, obedecendo aos princípios dispostos no art. 37 da Constituição Federal - legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (Trindade, 2012).

Para uma gestão com maior controle dos gastos públicos, a CAIXA tem a responsabilidade de verificar a adequação da execução ao plano de trabalho e de realizar medições de obras (andamento das obras, a adequação ao plano de trabalho e a adequação dos materiais às especificações técnicas do projeto). Só após a estas avaliações é que os recursos são liberados, porém conforme Trindade (2012), no caso de Manguinhos, pode-se “*observar que esse rígido controle dos gastos foi extremamente flexibilizado*”.

⁶ Lei nº 11.124/2005 disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/111124.htm

Uma das grandes diferenças do PAC quando comparado a projetos anteriores, como por exemplo, o Favela-Bairro⁷, é a origem dos recursos. Antes os empréstimos eram realizados junto a organismos internacionais e no PAC os recursos são oriundos do Tesouro Público, da união, do estado e do município. Essa característica provavelmente permitiu outro diferencial do PAC, que foi a execução de intervenções em favelas de grande porte (favelas com mais de 2500 domicílios e com uma população estimada de mais de 10.000 habitantes).

Com relação a esta comparação entre PAC e outros projetos/programas anteriores, um dos técnicos responsáveis em planejar algumas obras do PAC na Cidade do Rio de Janeiro, considera que:

“...o grande mérito do Programa é vir a ser uma continuidade amplificada do Favela-Bairro e de tudo o que tinha sido feito até a esse momento. No Favela-Bairro se trabalhava basicamente da comunidade para dentro e como máximo havia a praça de articulação Favela-Bairro, que era o que conectava a comunidade com o entorno ou com a cidade. Isso depois se revelou que era pouco e que era muito mais necessário considerar a relação da favela com o entorno no qual estava inserida e isso o PAC permitiu pensar e permitiu pensar grande” (Fala do Arquiteto Responsável pelo Projeto do PAC Manguinhos).

Em 2011, o PAC entrou na sua segunda fase e o governo federal afirma em seu site que o PAC 2 se apresenta “*com o mesmo pensamento estratégico, aprimorados pelos anos de experiência da fase anterior, mais recursos e mais parcerias com estados e municípios, para a execução de obras estruturantes que possam melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras*” (Brasil, 2011).

3.1.2 O que foi pensado para Manguinhos

Em 2007 as obras de Saneamento Integrado e Urbanização do PAC em Manguinhos foram anunciadas e seriam executadas pelo Governo Estadual e pelo Governo

⁷ O Favela-Bairro representou uma inovação no sentido de seu próprio nome. Mas de fato, não houve a integração da favela com o bairro onde está inserido (Cohen, 1993).

Municipal. A cargo do Governo Estadual caberia a área com realce azul e o ao Município, a área laranja (**FIGURA 2**).



Figura 2 – Principais intervenções do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo de Manguinhos, RJ de acordo com a responsabilidade do ente federado.

Fonte: EMOP

As intervenções do Governo do Estado do Rio de Janeiro tinham um orçamento inicial previsto para R\$ 235,0 milhões e contemplariam: (1) A elevação da via férrea com a construção de um viaduto com 2 km de extensão, de uma plataforma com 225 m de ponte estaiada e de estrutura com 45 pórticos (**FIGURA 3A**); (2) A construção de uma estação intermodal, com a edificação de 3 pavimentos com 4.500 m², pátio coberto de acesso à plataforma de embarque, plataforma de acesso com bilheterias e sanitários, plataforma de embarque com área destinada à instalação de comércio e serviços (**FIGURA 3B**); (3) Construção de um parque metropolitano, com uma área de lazer, comércio, serviços, habitação, ciclovia com 5.150 m de extensão, anfiteatro, comércio popular com quiosques para alimentação e boxes para comércio e serviços, lazer Infanto-juvenil e estacionamento (**FIGURA 3C**); (4) Centro Cívico com biblioteca, Centro de Referência da Juventude (CRJ), Centro de Geração de Trabalho e Renda (CGTR), Centro de Apoio Psiquiátrico (CAPS), Centro de Apoio Jurídico (CAJ), Unidade de Pronto Atendimento (UPA), escola de ensino médio (**FIGURA 3D**); (5) Centros Habitacionais com a construção de 546 novas unidades habitacionais (44 m², sala dois quartos, banheiro, cozinha e pátio com área para expansão), indenização 265 unidades, aquisição de novas moradias 1.060 unidades, total

de relocações 1.871; (6) Ligações com eixos com a ligação da Linha Amarela e Avenida Brasil; (7) Centro Esportivo com o campo soçaite com grama sintética, quadra poliesportiva descoberta, piscina 50 x 25 m, piscina 12,5 x 12,5 m, pistas de skate, área verde e edificações de apoio à área esportiva com vestiários.

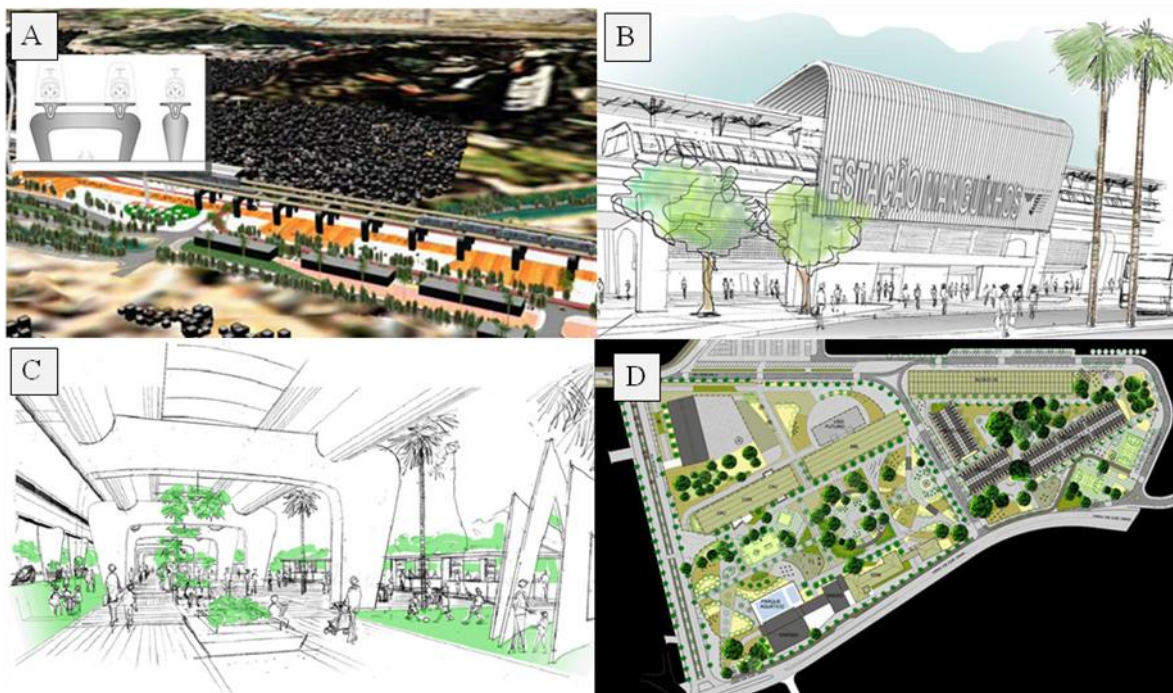


Figura 3 – Intervenções planejadas para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo de Mangueiras, RJ, de acordo com a responsabilidade do Governo Estadual.

Fonte: Site do Atelier Metropolitano (<http://www.jauregui.arq.br/>)

Analisando o vídeo de lançamento do Programa⁸ e a **Figura 4** observa-se que há uma preocupação com o embelezamento das vias principais. Estas intervenções não foram propostas para as demais vias e áreas internas do Complexo, o que parece ter a intenção de apenas criar uma vitrine e esconder a realidade do local. Esta afirmação é ratificada por Trindade (2012) quando ela diz que algumas “lideranças comunitárias entenderam que a construção de edifícios serviria para esconder a favela que ficaria por trás deles e assim não ‘enfeiariam’ o projeto geral do PAC”.

⁸ Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SZJMnHT-XaU>.



Figura 4 – Vista aérea do projeto do Parque Metropolitano para as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo de Manguinhos, RJ.

Fonte: Site do Atelier Metropolitano (<http://www.jauregui.arq.br/>)

A principal intervenção para o sistema viário era a ligação com a Avenida Brasil através de uma ponte na região do Canal do Cunha, mas também havia a extensão de vias existentes, entre elas a reestruturação da Rua Leopoldo Bulhões devido a elevação da linha férrea. A Rua Uranos deveria ser prolongada formando um binário viário com a Rua Leopoldo Bulhões e toda a reestruturação do sistema viário local previsto no projeto compreenderia um total de 107.652 m². As novas vias previstas seriam construídas nas margens do Canal do Cunha, Canal Faria-Timbó e Rio Jacaré, essas vias auxiliariam na demarcação de divisão entre os territórios e impediria o retorno das ocupações ribeirinhas.

O projeto da ponte no Canal do Cunha previa utilização de parte do terreno da Fiocruz na margem do Canal, mas não havia registro de cessão ou autorização da utilização deste espaço por parte da referida instituição. Conforme Trindade (2012), a Fiocruz não foi informada desta especificidade e houve uma alteração no projeto de construção: a ponte seria construída no terreno da Refinaria de Manguinhos, margem oposta à Fiocruz, a fim de cumprir a ligação com a Avenida Brasil.

Já a Prefeitura do Rio de Janeiro teria um aporte de recursos em torno de R\$ 93,3 milhões e ficaria responsável pela execução de obras de: (1) infraestrutura com iluminação pública, drenagem, abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo; (2) urbanização (sistema viário, lazer e paisagismo, mobiliário urbano e comunicação visual);

e ainda intervenções mais específicas como: (1) Na Vila União a edificação de uma creche de 3 pavimentos prevista para atender a 170 crianças e remoção de 266 domicílios situados na margem do Rio Jacaré, na margem do Canal Faria-Timbó, na faixa de transmissão da Light, sobre as adutoras da Companhia Estadual de Água e Esgotos (CEDAE) e nas áreas previstas para implantação de elevatórias de esgoto, áreas de lazer e creche; (2) Na Vila Turismo a edificação de uma creche de 2 pavimentos prevista para atender 170 crianças, um Posto de Saúde da Família e a remoção do galpão situado na Avenida dos Democráticos; (3) No Mandela de Pedra (Nelson Mandela e Samora Machel) a construção de uma creche com 2 pavimentos para 170 crianças, de um Posto de Saúde da Família e a remoção de 850 domicílios para viabilizar a construção da Via Canal, retirando famílias das margens do Canal de Manguinhos e Rio Jacaré, em área de risco, e para a construção da creche e do posto de Saúde da Família; (4) no CHP2 as intervenções teriam as mesmas definições gerais em urbanização e infraestrutura, porém não foi possível verificar suas especificidades pelas dificuldades em acessar os documentos vinculados ao projeto.

Vale a pena ressaltar que a origem do PAC em Manguinhos é diversa. Apresentam-se aqui as versões apresentadas por Trindade (2012):

“(1) segundo integrantes do governo do Estado do Rio de Janeiro durante um sobrevoo de helicóptero sobre a cidade o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, perguntou ao Governador, Sérgio Cabral, que área era aquela que sobrevoavam e alarmado pela miséria e precárias condições de vida. Após a resposta de Sérgio Cabral de que sobrevoavam o Complexo de Manguinhos e também próximo o Complexo do Alemão o Presidente Lula afirmou que o PAC deveria ser trazido para tais comunidades; (2) lideranças locais explicam a destinação de recursos do PAC para Manguinhos como resultado das lutas históricas travadas pelos moradores e apontam como evento chave o seminário *Redução da vulnerabilidade socioambiental na Região Maré Manguinhos na Cidade do Rio de Janeiro*, ocorrido em 18 de dezembro de 2006; (3) segundo técnicos da Caixa Econômica Federal ... a exigência de respostas rápidas para o anúncio imediato dos projetos do PAC levou à escolha de localidades que já contavam com projetos, anteprojetos ou, no caso de Manguinhos, ao menos relatório diagnóstico do Plano de Desenvolvimento Urbanístico, desenvolvido entre os anos de 2003 e 2004”. (Trindade, 2012, p: 88 e 89)

O Plano de Desenvolvimento Urbanístico (PDU) foi coordenado pela Prefeitura e desenvolvido pelo Consórcio PAA Agrar, representado pelo arquiteto Jorge Jaurégui.

Conforme técnicos da Prefeitura, este Plano era para ser um plano para 20 anos onde a grande questão era resolver os problemas básicos das comunidades da região.

“Qual era o principal problema lá? Cada chuva bota água pra dentro, enche debaixo daquelas torres, daquela coisa toda. Então nós temos que resolver o problema de drenagem, problema de saneamento, o problema das habitações, o nível, cota de soleira de cada casa. Aquilo não foi construído a toa. Foi abandonado. A Prefeitura nunca entrou lá. As casas, tem casas que tão lá enterradas, você pega casas mais antigas e vê que o terreno hoje está na metade da parede dela. O terreno subiu e a casa afundou. Então o objetivo era resolver os problemas básicos” (Fala do Engenheiro Coordenador do PDU)

O Relatório de Diagnóstico do PDU ressalta que a resolução destes problemas:

“(...) constituirão parte importante da articulação da escala local com a escala metropolitana. Ao mesmo tempo, contribuirão fortemente para a reconfiguração da paisagem existente, ajudando a definir uma nova ‘aura’ para a região”. (CONSÓRCIO PAA AGRAR, 2004, p: 130)

O PDU não foi totalmente concluído por falta de pagamento por parte da Prefeitura, que na época era gerida pelo Prefeito César Maia, e todos os documentos ficaram sobre posse da concessionária.

Em 2007, com o lançamento do PAC, a EMOP contratou o arquiteto Jorge Jaurégui para projetar as intervenções que seriam executadas em Mangueiros e o material produzido durante o desenvolvimento do PDU serviu de base para estas intervenções, pois ele foi supostamente vendido pela concessionária responsável pela sua criação. Este fato é ressaltado por um técnico da Prefeitura quando ele comenta que *“A PAA Agrar com esse desenho (ela ficou com o desenho, pois não recebeu)...ai falou é meu não tenho que prestar contas pra Prefeitura e ficou com aquilo. Quando o Cabral começou com o PAC eles apresentaram e os caras compraram”*.

Compreende-se o processo de elaboração do projeto a partir do relato do arquiteto responsável pela obra:

“(...) quando se inicia um projeto sempre primeiro visita-se o lugar, o diálogo com os moradores para poder realizar o que eu chamo de

leitura do lugar que é poder mapear o centro de vida dessa comunidade que a gente vai trabalhar. Uma vez que está feito isso, um diagnóstico físico aonde eu tenho um mapa no qual...eh...registros, pontos: associação de moradores, centro cultural, campo de futebol, tudo que é relativo à vida comunitária, como as pessoas usam o território e como esse território está marcado por intervenções que já preexistem no projeto. Tudo isso é necessário assim como o trabalho do médico, para mim. O trabalho do arquiteto tem que fazer a radiografia do lugar pra poder saber onde estão as doenças, os problemas que terão que ser solucionados pelo projeto ou equacionados pelo menos. Então esse é um aspecto. Leitura e estrutura do lugar, a forma de leitura e estrutura do lugar, escuta da comunidade e tradução disso num esquema de tradução simples que...eh...vai dar o ponto de referência para começar depois a fazer essa articulação em que eu falava, entre o físico, o social, o ecológico e segurança do cidadão com questões do sujeito contemporâneo. Isso é, digamos, o grande campo no qual se insere o projeto.” (Fala do Arquiteto Responsável pelo projeto do PAC Manguinhos)

A primeira reunião com os moradores e o Governo do Estado ocorreu no mês de agosto de 2007 quando foram apresentadas as primeiras plantas de intervenção em papel, com a ressalva que era um primeiro projeto que ainda sofreria modificações. Neste mesmo encontro, houve a promessa de criação de um Comitê Gestor para acompanhamento das obras e projetos (exigência dentro do PAC). Segundo Trindade (2012), o então Vice-Governador e Secretário de Estado de Obras, Luiz Fernando de Souza Pezão, durante a reunião afirmou que: *“Esse é o primeiro projeto. E nós vamos estar permanentemente aqui. Então, vamos ver as primeiras plantas pra começar essa discussão. Podem ficar tranquilos que não vem ninguém aqui enfiar nada pela goela dos outros”*⁹.

Em setembro deste mesmo ano, ocorreu uma audiência pública onde foi apresentada a maquete eletrônica das obras e os aspectos fundamentais das obras em Manguinhos (Trindade, 2012).

Muitas dúvidas e anseios surgiram perante a essas apresentações. Conforme um dos técnicos da FIOCRUZ, *“os projetos do PAC sempre foram colocados numa caixa preta, obstaculizada, aonde os moradores constantemente reivindicam saber, por exemplo, qual era a área útil da habitação.”* (Fala do Engenheiro e técnico da Fiocruz)

⁹ O vídeo desta reunião está disponibilizado na internet: <https://www.youtube.com/watch?v=INbyQ-v8NuU>.

“A discussão de ter acesso aos projetos, primeiro é um direito. As pessoas não podem migrar das suas casas sem saber qual é o destino. E o Fórum constantemente exigia isso e eu pessoalmente reivindicava isso inclusive publicamente em reuniões na comunidade aonde o governo apresentava projetos que nada mais era que vistas da via principal com caráter de *marketing* e que não apresentava de fato quais as interferências, nas casas aonde eles iriam e num nível de detalhe e escala necessária para compreender quais seriam as melhorias e o que eles estariam abrindo mão e aonde eles iriam. Nós nunca tivemos esse projeto na sua inteireza, o que não significa só planta, significa planta, especificação técnica, detalhamento de projeto.”

Esses fatos demonstram que houve um levantamento de características da população, da localidade para poder se projetar as intervenções propostas, porém não houve uma discussão profunda com os moradores e os diversos atores que atuam na área para saber se as propostas atenderiam, de fato, as demandas da população local.

Outro ponto importante a ser destacado, quanto ao que foi pensado para Manguinhos, é a ausência de espaços comerciais, segundo o arquiteto responsável pelo projeto *“o pavimento térreo previa unidades de uso múltiplo, misto, comercial e residencial e por uma questão de legislação cega que não permite o comercial, foi feito só habitacional no pavimento térreo.”* (Fala do Arquiteto Responsável pelo projeto do PAC Manguinhos). Isso demonstra uma posição contrária do arquiteto quanto à legislação, pois esta não permite a construção de unidades habitacionais com áreas de uso múltiplo. Atualmente essa ausência reflete num dos principais aspectos negativos relatados pelos moradores do DSUP, já que até hoje não há nesta localidade um espaço destinado ao uso comercial e que os leva a usar, de forma irregular, suas residências como “vendinhas”, “biroscas”¹⁰.

Conforme o edital de licitação de obras, as novas unidades habitacionais seriam construídas na Embratel, no DSUP e ao longo do Parque Metropolitano e seriam construídos dois tipos de unidades de relocação: (1) Edificação de Tipo A, composta por unidades de habitação de Tipo 1 e 2; (2) Edificação de Tipo B, também composta por unidades de habitação de Tipo 1 e 2.

¹⁰ Este assunto será discutido nos subcapítulos posteriores.

“A edificação da Unidade de Relocação Tipo A, a ser implantada ao longo do Parque Metropolitano e no Centro Cívico, compreende as Unidades de Habitação Tipo 1 e 2. A Unidade de Habitação Tipo 1 tem área útil de 44m² e se desenvolve no pavimento térreo. O seu programa abrange sala, dois quartos, banheiro, cozinha e pátio com área para expansão.

A Unidade de Habitação Tipo 2 tem acesso por uma circulação externa acessada por escadas lateralmente dispostas aos conjuntos de edificações. Ela possui 44m² de área útil dispostos em dois pavimentos com sala, dois quartos, banheiro, cozinha e pátio com área para expansão. O outro tipo de Unidade de Relocação é a Tipo B, implantada no terreno da Embratel e no local que hoje está localizada a [parte da] comunidade de Mandela de Pedra.

A Unidade de Relocação Tipo B também compreende duas unidades de Habitação: Tipo 1 e Tipo 2.

A Unidade de habitação Tipo 1 tem área útil de 44m² em dois pavimentos e acesso pelo nível térreo. O programa abrange sala, dois quartos, banheiro, cozinha, área de serviço, pátio e área para expansão.

A Unidade de Habitação Tipo 2 tem acesso por uma circulação externa acessada por escadas implantadas junto ao conjunto de edificações e possui 44m² de área útil em dois pavimentos com sala, dois quartos, banheiro, cozinha.” (Memorial descritivo de edital de licitação, p: 66)

Estas unidades habitacionais configurariam condomínios residenciais tipo vila, incluindo um espaço de uso comum na parte externa com área de lazer e estacionamento.

3.1.3 O que foi executado e construído em Manguinhos

Em outubro de 2008 foi aberta a concorrência nacional a seleção das empresas para os três grandes projetos do PAC Favelas no Rio de Janeiro – Manguinhos, Alemão e Rocinha. No Complexo de Manguinhos, o consórcio constituído pelas empresas: Construtora Andrade Gutierrez S.A, Empresa Industrial Técnica S.A (EIT) e Camter Construções e Empreendimentos S.A, foi o vencedor pelo valor total de R\$ 232.009.048,29 (Pivetta et al, 2011)¹¹.

¹¹ Também pode ser verificado no site:

<http://www.revistaconstrucaoenegocios.com.br/materias.php?FhIdMateria=231>

A EMOP, subordinada à Secretaria Estadual de Obras, tornou-se a gestora do projeto. E as empresas consorciadas ganhadoras da licitação, passaram a se denominar Consórcio Manguinhos.

As obras iniciaram-se em com a reforma do pavilhão principal do quartel do DSUP, que se tornaria a Escola Estadual Compositor Luiz Carlos da Vila, e dos galpões que seriam transformados no que hoje são a Biblioteca Parque, o CRJ, o Canteiro do PAC Social e o CGR após a visita do Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, em março de 2008.

Posteriormente foram iniciadas as atividades do Trabalho Social do PAC, coordenado pela Casa Civil do Estado do Rio de Janeiro, que tem a missão de *“garantir a participação da comunidade na resolução dos efeitos causados pelas obras e discutir formas de aproveitar as oportunidades geradas pelas obras”*, com o objetivo de *“estimular a participação de todos na construção de uma nova realidade para a comunidade”*. Se configura como um *“trabalho de informação, apoio e desenvolvimento comunitário, com o fortalecimento da população para que se tornem atores principais de uma transformação local, profissional e pessoal”* (Trabalho Social do PAC, s.d.)¹².

O Trabalho Social do PAC apresenta duas linhas de atuação: Gestão de Impactos e Desenvolvimento Sustentável. A Gestão de Impactos tem como finalidade minimizar os impactos negativos e maximizar os impactos positivos na comunidade; informar e atualizar sobre as obras do PAC; solucionar possíveis transtornos causados pelas obras. O Desenvolvimento Sustentável tem como objetivo desenvolver as habilidades dos moradores; aumentar a criação de trabalho e renda local; maior atitude de responsabilidade e preservação ambiental; herança para todas as gerações na comunidade.

Um dos produtos gerados por essa equipe foi o Plano de Desenvolvimento Sustentável de Manguinhos. Nesse Plano, pode-se verificar que os levantamentos foram realizados após o início das obras e/ou em uma época que os moradores já estavam até ocupando os apartamentos construídos pelo PAC, revelando um descompasso no ideário declarado, já que nesse documento é afirmado que o Trabalho Social visa *“enfrentar a lógica das ações definidas ‘de fora pra dentro’ ou também chamadas de ‘pacote pronto’”* (Trabalho Social do PAC, s.d. p: 112).

¹² Folheto entregue para os moradores do Complexo de Manguinhos.

Em 2008 foi iniciada a obra de elevação da linha férrea do ramal Central do Brasil/Gramacho-Saracuruna sobre a Rua Leopoldo Bulhões. Segundo o PDU esta intervenção:

“(…) inserida num contexto de revitalização e requalificação da área de Manguinhos, junto com a possibilidade de remoção ou redução do ‘efeito barreira’ representado pela presença da ferrovia poderá vir a ser bem mais solicitada, não apenas pelo tráfego de veículos particulares, mas também por linhas do sistema de transporte público por ônibus, devidamente integrado e com o sistema de Trens Urbanos (integração física, operacional e tarifária) (CONSÓRCIO PAA AGRAR, 2004, p: 27).

Analisando o PDU pode-se verificar que a elevação da linha férrea não se traduzia como uma prioridade técnica e muito menos se revelava como uma demanda da população, ela apenas representava uma aspiração futura para os últimos anos do projeto desenvolvido pela Prefeitura.

O coordenador responsável pelo PDU confirma que havia uma conversa que a linha férrea seccionava aquela área e que à época do diagnóstico do Plano começou-se a pensar no que poderia ser feito para resolver essa questão. Ele relatou que:

“(…) no ano de 2004, o Jauregui chega com um papel manteiga enrolado e começa a desenrolar. Nós tínhamos uma mesa de reunião grande, ele começa a desenrolar e acaba a mesa, bota duas cadeiras e aí ele me apresenta um desenho da linha férrea elevada, com anfiteatro, quiosques, quadras e o diabo a quatro pra elevar a linha férrea.” (Fala do técnico da Prefeitura)

Nesse mesmo relato, o engenheiro afirma que essa parte do projeto - a elevação da linha férrea - era para se dar somente após 20 anos decorrentes de outras intervenções que seriam primordiais àquela região como as relacionadas a saneamento e habitação.

Essa intervenção foi uma das mais contestadas por diversas instâncias, principalmente porque além de não representar as reais necessidades da população, estaria orçada em quase 40% dos valores globais das obras em Manguinhos¹³.

O investimento inicial previsto para esta obra era de R\$ 121,9 milhões, sendo R\$ 74,9 milhões da União e R\$ 46,9 de contrapartida (Ente Estadual). Em abril de 2009, o

¹³ Segundo Trindade (2012) os balanços do Governo Federal referentes às obras de Manguinhos sofreram um acréscimo de 101,83%, entre os anos de 2007 a 2010.

Governo do Estado elevou este valor para R\$ 167,02 milhões, justificando que este incremento estaria relacionado a acréscimo de serviços, em particular a revisão da sinalização do elevado da linha férrea (Trindade, 2012).

Além deste aspecto, é importante ressaltar a questão da linha de transporte de cargas, pois esta não foi elevada até o momento. Esse fato revela que esta intervenção não foi implementada em sua totalidade e que em Manguinhos ainda há o risco de ocorrer acidentes, já que alguns trens ainda passam pela antiga linha férrea e os moradores ainda continuam a atravessar por esses trilhos. Destaca-se que a concessionária de Trens Urbanos (Supervia) criou horários especiais na hora do *rush* para o ramal Central do Brasil – Japeri passar pela linha não elevada aumentando o fluxo normal.

Além da elevação da linha férrea foi projetada uma nova estação ferroviária, sendo esta apresentada como ligação intermodal¹⁴, porém não está efetivada nenhuma integração entre os transportes públicos na região, como referido no Memorial Descritivo e até o momento não foi identificado demais especificidades como linhas de ônibus participantes ou qualquer outro projeto de implementação do serviço.

A elevação da via férrea proporcionou a criação de uma extensa área livre, nela é prevista o desenvolvimento de um Parque Metropolitano, que consiste num coletivo de equipamentos sociais proporcionando atividades de lazer, cultura e esporte. No projeto há menção da instalação de anfiteatro, áreas arborizadas com quiosques, espaços de recreação com patinação, skate, além dos brinquedos tradicionais e também existe a descrição de espaços de musculação e quadras poliesportivas espalhadas pela região. Porém, o que se observa é que esta grande área livre, até o momento, não contém tudo o que foi projetado.

Segundo o arquiteto responsável pelo projeto:

“(…) eu sinto muito realmente o fato de que se tenham terminado as obras e não tenham completado o que estava no projeto. É como um quadro, um pintor, se você começa a pintar e se interrompe pela metade, nunca pode se compreender como uma obra total porque ficou na intenção. O projeto contemplava a construção desse passeio público que pra mim era a principal obra junto com o Centro Cívico e esse passeio público não está completado...E foi utilizado um mobiliário urbano claramente deficitário, um mobiliário urbano de baixíssima qualidade. Os quiosques são horríveis, claro e não está incorporado totalmente todo o tratamento verde, o tratamento que

¹⁴ O memorial descritivo refere-se como “Terminal de Integração Intermodal” um terminal que liga diversos modais, tais como: metrô, trem, ônibus, bicicletas, transporte complementar regulamentado.

estava projetado para fazer um passeio público sombreado, verde, grandes vasos pendurados nos pórticos, era o sentido daquele pórtico. Um passeio público com verde, com bancos, com mobiliário urbano, com quiosques super bem desenhados que não foram construídos, foram colocados os quiosques que encontraram no mercado, que são horríveis, de baixíssima qualidade, era melhor não colocar nada.”

Quanto às remoções, estas foram calculadas a partir de uma estimativa utilizando uma foto aérea do Complexo e posteriormente houve um aprofundamento no censo domiciliar, porém ressalta-se novamente que este iniciou-se após o início das obras. A maioria das remoções ocorreu (e ainda ocorrem, pois as obras do PAC em Manguinhos ainda estão em processo em algumas comunidades) com o intuito de possibilitar a abertura de vias, construção de edificações e de áreas de lazer, embora algumas remoções ocorreram em áreas de risco sendo estas, realizadas porque também estavam relacionadas com a construção da Via Canal.

Em Manguinhos, as áreas de risco configuravam principalmente as proximidades dos rios. Em geral, as moradias localizadas nestas áreas eram compostas de madeira e construídas sobre estacas, sofriam constantes alagamentos e configuravam uma das regiões mais miseráveis do Complexo. As desapropriações foram realizadas pelo Governo Estadual e as indenizações foram em torno de R\$9.000,00 por moradia. Trindade (2012) afirma que não houve direito de escolha a outra forma de indenização como a possibilidade de realocação em unidade habitacional diversa.

O que se percebe é uma grande tensão acerca deste tema, muitos moradores relataram ter sofrido pressão psicológica para abandonarem seus lares o mais rápido possível a fim de que as obras pudessem avançar o mais breve possível. Essa sensação ainda perpassa o cotidiano de muitos moradores na área denominada Beira Rio, já que os que não quiseram sair são obrigados a conviver com o seu entorno repleto de entulho, grande concentração de poeira e até mesmo falta de luz e água, muitas vezes justificada pelo rompimento das tubulações e instalações afetadas pelo tráfego intenso de tratores e caminhões. Diante dessa situação, diversas famílias apelaram a Justiça, pois além de estarem expostas a estes problemas, estas julgam que os valores determinados pela EMOP estão muito abaixo do que aquele bem representa para seus proprietários.

Com relação ao Centro Cívico do DSUP, inaugurado em 2009, o Plano de Desenvolvimento Sustentável de Manguinhos afirma que este possui 35,5 mil m² e concentra os seguintes equipamentos sociais:

A Biblioteca Parque, inaugurada em abril de 2010, conta com 2,3 mil m² de área.

“Sendo um espaço multicultural e de convivência, que oferece à população, além de empréstimos de livros e filmes, salas de leitura e estudo, espaço infantil, jardim de leitura, serviços para portadores de necessidades especiais, catálogo bibliográfico online e um espaço para reuniões e fóruns comunitários em uma sala denominada Meu Bairro.” (Plano de Desenvolvimento Sustentável de Manguinhos, s.d., p: 90)

Ainda no espaço referente à biblioteca há um cineteatro com 200 lugares, porém até o momento este ainda não é utilizado em seu potencial total, pois ainda faltam algumas finalizações da obra.

O Colégio Estadual Compositor Luís Carlos da Vila conta com 4.805 m² de área construída e possui a capacidade para atender a 1500 alunos. A unidade escolar conta com 19 salas de aula, laboratórios de informática e de ciências e sala multimídia, auditório e biblioteca. Oferece turmas de Ensino Médio nos três turnos do dia e a noite, Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O Parque Aquático tem uma piscina semiolímpica, uma piscina infantil, uma arquibancada coberta; e o Centro Esportivo possui uma quadra poliesportiva, vestiários, banheiros e uma parte administrativa; ambos são anexos do Colégio.

O CRJ é um espaço destinado à qualificação profissional de jovens e à formação do cidadão. Possui cursos variados (como gastronomia, web design) e atividades de tempo livre (como artes marciais, oficina de DJ, dança).

Outro equipamento é a Casa da Mulher que tem o objetivo de assistir e orientar as mulheres da comunidade de Manguinhos. Tanto a Casa da Mulher quanto o CRJ são administrados pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos humanos.

Quanto à área de saúde, foram instalados os containers referentes à CFVV que integra o TEIAS – Território Integrado de Atenção à Saúde¹⁵– e uma UPA 24h que tem

¹⁵ O objetivo do TEIAS é promover o acesso às ações e aos serviços de saúde, além de garantir melhorias nas condições de vida da população do bairro Manguinhos, no Rio de Janeiro. Mais informações acessar o site: http://www.fiotec.fiocruz.br/institucional/index.php?option=com_content&view=article&id=367:teias-manguinhos-territorio-integrado-de-atencao-a-saude&catid=65&Itemid=184&lang=pt

capacidade de atender 450 pessoas/dia e possui consultórios de pediatria, clínica médica e odontológica, farmácia, laboratório para a realização de exames e salas de raio-X, sutura, medicação e nebulização. Esta unidade é equipada para atender casos de urgência de baixa e média complexidade, contando com 26 leitos, uma sala amarela para observação de pacientes menos graves e um aparelho de ultrassonografia.

Outro componente da área de saúde que estava previsto inicialmente era um CAPS, destinado ao atendimento de pacientes com transtornos mentais, severos e persistentes. Em toda a região de Manguinhos, inclusive na Fiocruz, foi passado um abaixo assinado para a criação do CAPS, porém esta instalação não foi concretizada.

O CAJ e o CGTR foram inaugurados em dezembro de 2009 em instalação adaptada de antigo galpão do exército, porém não constam informações sobre estes dois equipamentos no Plano de Desenvolvimento de Manguinhos.

Com relação às unidades habitacionais, em 2007, foi divulgado que seriam construídas 546 novas unidades habitacionais, porém após diversas discussões entre a CAIXA, Ministério das Cidades e Governo do Estado, este número foi elevado para 1774. E até o momento, o quantitativo de novas unidades é de 1736.

Trindade (2012) afirma que *“a participação do movimento comunitário nas muitas reuniões com o Governo Estadual, questionando o quantitativo de novas unidades habitacionais, algumas delas com presença de técnicos da CAIXA, significaram também uma forma de pressão que concorre ao aumento deste quantitativo”*. Porém, esta mesma autora explica que *“o aumento no número de novas habitações a serem construídas, disposto no edital de licitação, foi também acompanhado de um aumento para 1.936 no quantitativo de remoções”*¹⁶.

Uma Casa Modelo foi erguida temporariamente no terreno do DSUP e segundo Trindade (2012) era *“destinada à visitação e para apaziguar os ânimos, inseguros quanto às remoções a serem efetivadas”*. Conforme técnico da EMOP:

¹⁶ Em relação às remoções, o Governo Estadual atua frente a 3 modalidades: (1) Modalidade aquisição, ou compra assistida, que se refere quando a família que tem sua moradia removida localiza uma casa no estado do Rio de Janeiro, no valor designado pelo governo e esse avalia as condições de habitabilidade e compatibilidade com os valores disponíveis e, caso cumpra com os requisitos, a casa é adquirida, em nome do morador removido; (2) Modalidade indenização, a moradia a ser removida é avaliada em termos do tamanho do terreno e das benfeitorias realizadas e um valor é fixado; (3) Modalidade relocação aonde se é pago ao proprietário da moradia um “aluguel provisório”;

“Talvez a ideia da casa modelo, nem era assim um exemplo, porque eu acho que a ideia da casa modelo era mostrar como as pessoas poderiam morar com qualidade, com mais qualidade, mas aquilo nunca representou que eles iriam para casas porque mesmo você não tem espaço pra construir só casas. Devido às áreas disponíveis para você construir, você tem que botar as pessoas em prédios. Então essa ideia foi meio distorcida no começo. Eles criaram uma expectativa, mas o projeto nunca foi pra eles morarem em casas que tinha quintal, que talvez fosse uma coisa até ideal, mais ideal, mais próximo do que todo mundo idealiza. Mas a ideia da casa modelo foi só mostrar como eles poderiam morar com qualidade, com banheiro, com cozinha, com os quartos. Agora eu acho que isso foi um pouco distorcido até talvez pelos próprios moradores ou talvez não tenha sido uma ideia feliz fazer uma casa modelo para isso. Porque na verdade era uma pequena casinha que existia no DSUP que foi adaptada.”

Na realidade, o que foi construído nos terrenos da Embratel e do DSUP foram apartamentos contendo sala, 2 quartos, cozinha agregada a área de serviço, sacada no quarto dos fundos, banheiro (somente com o vaso sanitário e chuveiro) e lavabo aberto. Estes apartamentos foram entregues com piso em cimento e com revestimento de azulejos somente na área do box e sobre as pias e tanque.

A metragem dessas unidades habitacionais são inferiores ao que estava previsto no projeto original (36,85 m² no apartamento tipo) (**FIGURA 5**). Já os apartamentos do térreo, destinados aos PNEs e localizados nos cantos dos blocos, possuem 41,80 m², e rampa de acesso.



Figura 5 – Planta do Apartamento Tipo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo de Manguinhos, RJ.

Fonte: Manual do Proprietário – Trabalho Social do PAC

Além de apresentarem esta diferença no tamanho dos apartamentos, justificada por alguns atores pelo aumento quantitativo das unidades habitacionais, estes não possuem características que possibilitem expansão, conforme descrito no Memorial Descritivo do Edital de Licitação. E os edifícios de três e quatro andares foram padronizados para quatro andares.

Dentro deste contexto, Trindade (2012) ressalta que o responsável pelo projeto das obras do PAC Manguinhos afirmou que as unidades habitacionais deveriam ser dimensionadas segundo as necessidades e tamanho das famílias e que para estas intervenções o censo domiciliar deveria ocorrer em etapa bastante anterior às obras.

O sistema construtivo adotado nas edificações do PAC em Manguinhos foi o pré-moldado. Além disso, nos edifícios do DSUP 1 foram utilizados tijolos de encaixe sem argamassa, porém esse mesmo material não foi utilizado no DSUP 2 e na Embratel, principalmente porque ocorreram infiltrações nos apartamentos com as chuvas e com o decorrer do uso e da apropriação dos moradores estes começaram a rachar¹⁷.

Até o momento não foram construídas as unidades do Parque Metropolitano e segundo alguns moradores e líderes locais uma parte destas unidades destinadas ao Parque foi deslocada e construída na área do DSUP, aqui designadas como DSUP 2.

Muitas foram as modificações ocorridas no processo de obras em relação às novas unidades habitacionais. Dos projetos iniciais, divulgados na licitação, a única coisa que permaneceu foi a conceituação dos condomínios residenciais, contando com áreas de lazer e estacionamento.

Todos os aspectos relatados até o momento neste subcapítulo estavam relacionados com as intervenções referentes ao ente Governo do Estado, a seguir apresentam-se dados no âmbito do Governo Municipal.

As intervenções realizadas pelo Município se concentraram nas áreas de infraestrutura e urbanização e quando se compara os projetos originais e o que foi construído verifica-se que as creches foram deslocadas, passando a serem localizadas nas áreas de entrada das comunidades ou até mesmo fora do limite destas áreas e os postos de saúde previstos não foram construídos. As empresas ganhadoras das licitações destas intervenções foram: (1) No Parque João Goulart e Vila União, a Geomecânica S/A

¹⁷ Segundo técnicos da EMOP, esses tijolos foram produzidos na Fábrica de Tijolos do Presídio Industrial Esmeraldino Bandeira, instalado dentro do Complexo Penitenciário de Gericinó, na Zona Oeste do Rio, utilizando mão de obra carcerária.

Tecnologia de Solos, Rochas e Materiais; (2) Na Vila Turismo foi Silo Engenharia Ltda.; (3) e na Mandela de Pedra, Spil Serviços Técnicos de Engenharia Ltda. Trindade (2012) afirma também que a empresa Mapa Construções Ltda. foi contratada para a elaboração de Projetos Básicos (viário, drenagem pluvial, esgotamento sanitário e distribuição de água para as comunidades de CHP2, Vila Turismo, João Goulart e Vila União).

Dentro do contexto das obras municipais, uma questão abordada por Trindade (2012) e ratificada por um técnico da Fiocruz e por um técnico da própria Prefeitura foi o destino do esgoto de Manguinhos. Este deveria ser lançado na rede e enviado para a Estação de Tratamento de Esgoto Alegria, no Caju, porém as ligações necessárias para tal lançamento não foram implantadas em sua totalidade, já que o tronco coletor mais próximo de Manguinhos termina no encontro entre a Avenida Brasil e o Canal do Cunha. As obras do PAC não executaram nenhuma intervenção nesta área até o momento e reconhecendo que a rede no local é incipiente, apresenta-se a seguinte reflexão: Onde o esgoto de Manguinhos está sendo lançado?

Meses após os moradores ocuparem os apartamentos, em abril de 2010, houve uma forte chuva e todos os apartamentos do 1º andar do DSUP 1 ficaram inundados. Os moradores do 2º andar também foram impactados por esta chuva, pois o esgoto voltou pela tubulação – refluxo. Sem contar as inúmeras infiltrações que surgiram em diversas unidades.

Em março 2013, mais uma vez estes indivíduos reviveram esta situação (**FIGURA 6**). Cabe ressaltar que muitos moradores alertaram aos gestores sobre o lugar escolhido ser um local sujeito a alagamentos, conforme apresentado, em 2010, no documento intitulado: *Manifesto do Fórum do Movimento Social de Manguinhos para o Desenvolvimento Equitativo e Sustentável para a 4ª Conferência da Cidade do Rio de Janeiro*.

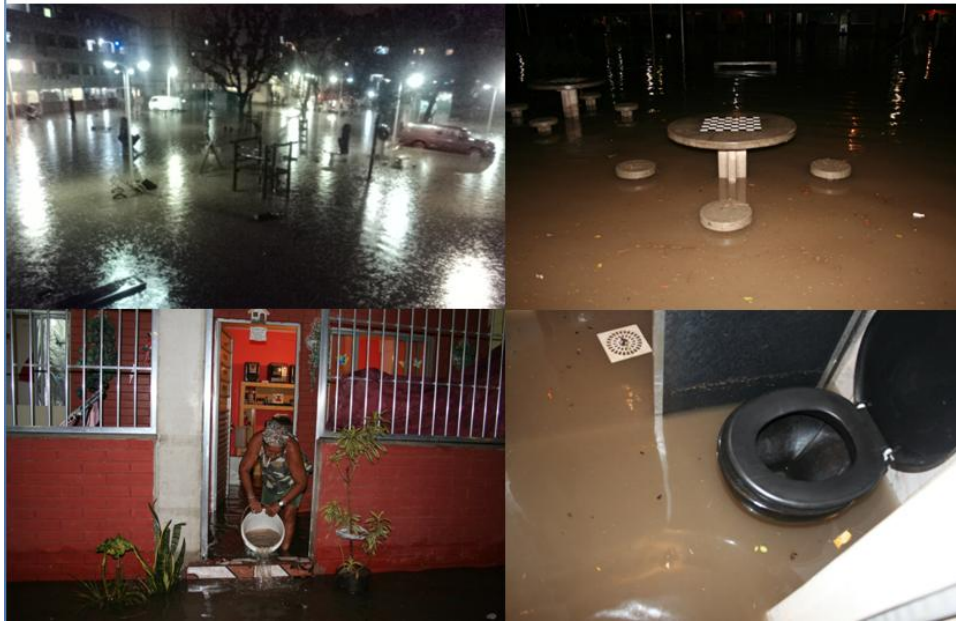


Figura 6 – Enchente ocorrida em março de 2013 no DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.

Outro importante documento produzido pelo Fórum do Movimento Social de Manguinhos (FMS), frente aos problemas produzidos e gerados no decorrer das intervenções do PAC Manguinhos, foi o *Dossiê-Manifesto de Avaliação Propositiva 11 Meses de PAC Manguinhos pelo Respeito ao Princípio da Gestão Democrática do Estatuto da Cidade*. Produzido em 2009, ele aponta a existência de um consenso técnico, político e social que afirma que as prioridades, saneamento e habitação, não estavam sendo consideradas como a máxima do Programa, além de relatar desrespeito à subjetividade dos moradores da região e graves erros de economia-política, de engenharia de produção e de gestão pública e privada, considerando que estas falhas serviriam de combustíveis para a manutenção das desigualdades no território. Em suas considerações finais, este material apresenta recomendações para que haja a recuperação da possibilidade de efetividade dos investimentos utilizados pelo PAC em Manguinhos.

Cabe aqui ressaltar a produção do Relatório *Trocando o pneu com o carro andando: uma etnografia do processo de intervenção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo de Manguinhos*, elaborado por Freire & Souza (2010) e que apresenta uma análise das percepções e expectativas dos moradores em relação às ações do PAC, além de mostrar uma compreensão geral sobre o processo do PAC e a configuração espacial e social do Complexo de Manguinhos. Esta publicação também auxiliou a discussão proposta neste subcapítulo.

Dentro deste contexto de compreensão do que de fato o PAC Manguinhos representou (ou representa) para a população, foi questionado aos informantes-chave quais os pontos positivos e negativos estes poderiam apontar perante este processo. O fato do PAC Manguinhos ter retirado diversas famílias de áreas de risco ou de áreas de extrema insalubridade e miséria e ter os realocado em espaços com infraestrutura e maior facilidade de acesso a serviços se revelou como um dos principais aspectos positivos apontados. Em contrapartida, os aspectos negativos foram diversos, tais como: a não participação democrática dos moradores no planejamento e nas decisões das intervenções; a qualidade construtiva das unidades habitacionais e dos materiais adotados, bem como dos serviços e obras relacionados a saneamento; e a falta de manutenção das áreas construídas. Também foi relatado por técnicos do Trabalho Social do PAC que o domínio do poder paralelo na região, antes da pacificação, não permitiu que diversas atividades propostas fossem realizadas em sua totalidade. Além disso, é importante ressaltar que o fato dos moradores atuais não representarem mais, em sua maioria, os reais proprietários dos apartamentos foi considerado como um dos aspectos negativos por técnicos da EMOP e do Trabalho Social do PAC, motivo pelo qual justifica-se as grandes distorções do que se pode ou não pode fazer nestas áreas, já que muitos destes moradores não participaram de todo o processo proposto por estas equipes.

Lopes & Martins (2010) consideraram que um *“fator positivo consiste na geração de rendas para os mais pobres, uma vez que as mãos de obra para as implementações urbanísticas são empregadas por moradores das comunidades, assim podem elevar a renda de muitos trabalhadores, principalmente àqueles que hoje em dia estão sendo prejudicados principalmente pelo processo de desemprego estrutural”*.

O que de fato ocorre é que quando se projeta uma intervenção urbanística e/ou arquitetônica, três instrumentos são primordiais: o Estudo Preliminar, o Projeto Básico e o Projeto Executivo¹⁸, mas nas obras do PAC Manguinhos desconhece-se a existência dos projetos executivos e a licitação das obras que seriam executadas pelo Governo do Estado, ocorreu apenas com um projeto básico, baseado no PDU. Trindade (2012) afirma que os

¹⁸ Segundo a NBR 13531/1995, o Estudo Preliminar consiste na concepção e na representação do conjunto de informações técnicas iniciais e aproximadas, necessárias à compreensão da configuração da edificação, podendo incluir soluções alternativas; o Projeto Básico é uma etapa opcional destinada à concepção e à representação das informações técnicas da edificação e de seus elementos, instalações e componentes, ainda não completas ou definitivas, mas consideradas compatíveis com os projetos básicos das atividades técnicas necessárias e suficientes à licitação (contratação) dos serviços de obra correspondentes; e o Projeto Executivo é a etapa destinada à concepção e à representação final das informações técnicas da edificação e de seus elementos, instalações e componentes, completas, definitivas, necessárias e suficientes à licitação (contratação) e à execução dos serviços de obra correspondentes.

técnicos da CAIXA disseram que este “*sequer chegava a constituir um projeto, configurando-se como um anteprojeto básico*”. Outro detalhe que esta autora ressalta foi a flexibilização, no ano de 2008, no Manual de Instruções para aprovação e execução dos programas e ações do Ministério das Cidades inseridos no Programa de aceleração do Crescimento, perante casos excepcionais como em obras de grandes vultos, a não apresentação do projeto executivo.

Provavelmente este fato foi um dos principais motivos que levaram a inúmeras alterações do que foi planejado até o que foi construído nas obras do PAC em Manguinhos e que sempre motivaram muitas discussões, dúvidas, manifestações. Outra modificação foi a inclusão das famílias e do terreno da CCPL no PAC, que até a licitação não fazia parte do escopo de obras. A inclusão da CCPL nas obras parece ter resultado da insistência e interferência direta da associação de moradores que, além de estar presente nos encontros gerais com o Governo Estadual, apresentava de modo específico sua reivindicação em repetidas solicitações de reuniões e visitas constantes aos órgãos de governo.

O eixo que está sendo analisado neste estudo tem enfoque na construção de um amplo projeto urbanístico e social, porém vê-se claramente que o “social” está em segundo plano, em relação ao planejamento urbanístico e que este deveria estar no mesmo patamar de igualdade. Este fato também ocorre no tocante ao planejamento habitacional. Sendo assim, o PAC Favelas continua reproduzindo o mesmo erro que outros programas habitacionais cometeram no passado, pois o enfoque deveria ser não somente a construção da HIS, bem como a melhoria das moradias já existentes. Além disso, a demanda da população não foi atendida na sua totalidade, pois muito se enfatizou nas obras dos equipamentos públicos, mas pouco se valorizou com relação à necessidade de maior e melhor qualidade habitacional.

3.2 A Avaliação Pós-Ocupação

A pesquisa de campo, para realizar a APO, teve que ser suspensa em seu início devido a diversas incursões da Polícia no Complexo de Manguinhos e no Jacarezinho com o objetivo de planejar as ações da implantação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) e das ações de recolhimento dos usuários de crack pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Toda essa movimentação no território gerava uma sensação de insegurança, tanto para os moradores quanto para os que ali trabalhavam ou circulavam e, além disso, muitos moradores se recusavam a conversar com a equipe com medo de que algum comentário fosse indevido ou que “*os caras*” vissem e achassem suspeito.

Manguinhos era um território abandonado pelo poder público e dominado pelo poder paralelo e que sofria e, infelizmente, ainda sofre muito com as consequências da epidemia do crack. Nesse cenário, no mês de outubro de 2012 foi instalada a UPP e apesar das discussões existentes sobre os aspectos negativos e positivos desta nova estratégia de segurança pública, afirma-se que seria muito difícil realizar este estudo se este evento não tivesse ocorrido.

Esta seção inicia-se com algumas percepções e uma breve análise de quem chega ao DSUP e posteriormente são apresentadas as respostas dos moradores ao questionário de APO com suas respectivas discussões.

3.2.1 Impressões da autora sobre o DSUP

Desde a inauguração do DSUP passaram-se cerca de três anos. O DSUP 1 começou a ser ocupado no final de 2009 e o DSUP 2 em abril de 2010. Durante esse período, o processo de uso e ocupação das edificações e do Centro Cívico como um todo ocasionou diversas alterações em todo o empreendimento.

A primeira mudança percebida ao se observar o DSUP é a grande degradação das áreas coletivas (**FIGURA 6**). As praças apresentam-se muito sujas, depredadas e abandonadas. Isso pode ser sintoma da falta de apropriação dos novos moradores combinada com a ausência de manutenção que deveria ser realizada pelo poder público.

Os brinquedos estão em situação precária, porém as crianças continuam os usando, o que representa uma relevante ameaça para as mesmas (**FIGURA 7**). Este fato pode sugerir o aumento do risco de acidentes nas áreas de lazer, visto que as crianças são consideradas como “grupo diferente” por portarem uma estatura, força e campos visuais reduzidos e uma cabeça grande e pesada que as faz perder o equilíbrio com mais facilidade (Menezes & Eloy, 2009)



Figura 7 – Situação atual das áreas livres e de lazer na Comunidade do DSUP, Complexo de Manginhos, RJ.

Também foi verificada a circulação de animais vadios, como cachorros e gatos, e foi constatada a presença de fezes nas areias destas praças, o que acarreta a disseminação de diversas patologias tais como: micoses, parasitoses intestinais, entre outras.¹⁹ Além disso, essa mesma areia empregada nas praças entope as bocas de lobo do local, dificultando ainda mais a drenagem das águas pluviais.

Em visitas após período de chuvas identificou-se que as áreas de lazer viram verdadeiros lamaçais, prejudicando a circulação dos moradores, aumentando o risco de quedas e diminuindo o uso destes espaços (**FIGURA 6**).

Com o tempo boa parte da grama existente na inauguração do empreendimento foi se deteriorando devido às chuvas e a falta de manutenção, acarretando na presença de bolsões de areia com terra e conseqüentemente na propagação da lama para as áreas de circulação de pedestres. Exemplo disso pode ser encontrado na quadra de esporte onde inicialmente existia um piso de grama sintética que se exauriu com o tempo de uso e a exposição às intempéries. Numas destas visitas, alguns adolescentes deixaram de jogar futebol nesta quadra e ocuparam um dos poucos espaços gramíneos ainda preservados.

¹⁹ Existem diversos estudos que comprovam que é muito comum a contaminação dessas áreas por parasitas, porém não foi encontrado, até o presente momento, um estudo realizado na área analisada.

Nessas mesmas áreas observa-se que alguns bancos e mesas foram arrancados e/ou quebrados, revelando mais um sintoma da dificuldade de apropriação dos espaços coletivos (**FIGURA 7**). Em alguns pontos há vergalhões enferrujados expostos, que podem causar ferimentos ou lesões e inclusive levar à contaminação de tétano; e pedaços de concreto que aumentam o risco de quedas. Mascarenhas *et al* (2009) ao descreverem os atendimentos de emergência por violências e acidentes, principalmente as lesões de menor gravidade que não implicam mortes ou internações, dentro da Rede de Serviços Sentinelas de Vigilância de Violências e Acidentes (Rede VIVA), afirmam que as quedas representam o maior número de atendimentos.

Outro aspecto que chama a atenção é o emprego de pneus, que são excelentes reservatórios para os ovos do mosquito *Aedes aegypti*, nestas mesmas áreas (**FIGURA 8**).



Figura 8 – Emprego de pneus nas áreas de lazer do Centro Cívico do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.

Além do problema com os pneus, muitos moradores despejavam seu lixo a céu aberto. Com a chegada da UPP, a Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) começou a atuar na área. Segundo a Comlurb, o modelo adotado foi criado especialmente para atender às comunidades pacificadas, nele os garis têm executado a varrição das áreas coletivas, mas esta não contempla os corredores e as escadarias dos blocos ²⁰. Mesmo assim, ainda é possível encontrar sacos de lixo e sujeira espalhados na localidade, principalmente nos fundos dos blocos, pois é uma prática comum eliminar alguns dejetos

²⁰ A Comlurb instalou cerca de dez contêineres que fazem parte de um sistema de coleta de origem italiana da empresa THEMAC. Segundo esta empresa, esses contêineres metálicos são mais resistentes, pois apresentam vida útil entre 10 e 12 anos, maior capacidade para comportar os resíduos (2.400 e 3.200 litros) e têm melhor condição sanitária, já que são fechados e a prova de vazamento. Mas estes equipamentos ainda estão em fase de testes. <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=3324817>

pela varanda e pelo basculante da cozinha. Essa postura favorece o aparecimento de vetores como baratas, moscas, formigas, pombos e ratos, que carregam diversos micro-organismos que inclusive podem ser patogênicos para os seres humanos e para os animais (FIGURA 9).



Figura 9 – Os resíduos sólidos e a sujeira na Comunidade do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.

Outra irregularidade encontrada é que muitas tampas das caixas de gordura estão deterioradas ou foram retiradas, o que além de deixar os dejetos expostos, tornam o local insalubre e configuram uma real ameaça de acidentes, já que principalmente crianças e idosos podem sofrer quedas nestes lugares. O que se observa também é que estes espaços estão se tornando locais de despejo irregular de resíduos (FIGURA 10).

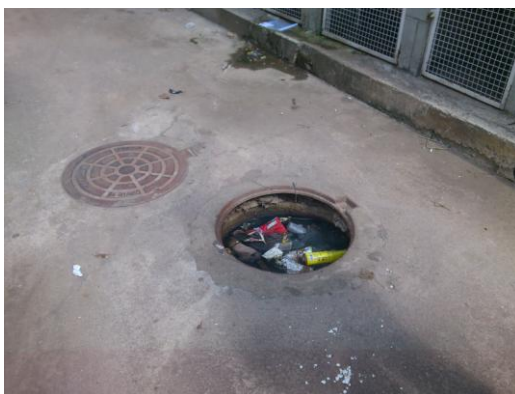


Figura 10 – Ausência da tampa de uma das caixas de esgoto localizada no térreo da área destinada às unidades habitacionais da Comunidade do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.

Um aspecto, que é fundamental abordar, é a visão que se tem dos fundos dos blocos. Sempre tem água empossada, esgoto vazando, amontoado de objetos nas sacadas, além das diversas mangueiras que são utilizadas pelos moradores para obter água, sem contar o desperdício de água que se tem, pois muito moradores tiram as boias das caixas d'água para tentar resolver o problema da irregularidade no abastecimento de água, e quando a caixa está cheia a água começa a extravasar. Esse fato é tão recorrente que alguns moradores alongaram o cano de saída da caixa, pois esse é um dos motivos de discussão entre os moradores. Em alguns pontos, os canos estão bem na direção da sacada e se os moradores estiverem com alguma coisa na sacada, vai molhar tudo, sem contar que ainda pode a água pode entrar pelo quarto adentro (**FIGURA 11**).



Figura 11 – Área dos fundos dos blocos da Comunidade do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.

Uma crítica pontual a execução das obras do PAC Manguinhos trata da ausência de espaços comerciais presentes dentro dos empreendimentos habitacionais. No projeto está prevista a construção de uma área com alguns quiosques, mas até o final deste trabalho a mesma ainda se apresentava como um grande canteiro de obras. Essa ausência criou uma demanda de mercado, pois havia um grande contingente populacional em um espaço sem acesso ao consumo. É previsível que algumas pessoas que vendiam bebidas, alimentos, entre outros produtos, antes da realocação, continuassem com suas atividades, mas também é possível que outras pessoas tenham aproveitado a demanda de mercado e

desenvolvessem as atividades de comércio naquele espaço. Esse fenômeno pode ser observado tanto nos espaços de uso coletivo quanto nas próprias residências, é importante ressaltar que este tipo de uso é proibido e foi motivo de incursões das forças de segurança pública (**FIGURA 12**). Contudo há uma dúvida sobre se essa prática também cabe na esfera de apropriação do espaço, pois assim como ela pode ser fruto de uma motivação intrínseca ela também pode ser iniciada pela motivação extrínseca provocada pela própria demanda de mercado. Um caso que chamou atenção foi a transformação de um apartamento em açougue²¹.



Figura 12 – Instalação de pontos comerciais na Comunidade do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.

Outra modificação relevante são as alterações nas fachadas. No DSUP 1, observa-se que em todos os blocos os tijolinhos estão pintados de diversas formas e com diversos tons de vermelho e nos blocos do DSUP 2 também já foram empregadas diversas tonalidades, inclusive existem algumas figuras grafitadas em algumas paredes dos blocos. Diferentemente das “vendingas”, a alteração nas fachadas tem um caráter estético e funcional que parte do gosto individual do morador, essa mudança tende a promover a identificação do morador com sua habitação, modificando um espaço individual padronizado em um espaço seu, com suas características pessoais.

²¹ Esse uso foi noticiado na reportagem *Imóveis do PAC viram lojas, bares, até açougue*, do Jornal O Globo, no ano de 2010.

Num condomínio privado existem padrões estéticos específicos que não podem ser alterados individualmente, somente a partir de convenções coletivas, porém estes empreendimentos são formulados para um grupo que será criado *a posteriori*, e que no momento da concepção e da construção do empreendimento não se sabe as características pessoais inerentes a estes indivíduos. Nos empreendimentos habitacionais do PAC Manguinhos existe uma inversão desta lógica, o grupo está formado *a priori* do empreendimento, que deveria ser construído para atender as demandas específicas deste grupo, e esta intervenção só existe por causa deste público que é composto por sujeitos e não por indivíduos, pois devem ser conhecidas suas carências, demandas, aspirações e características. Se em algum momento houve modificações neste aspecto é porque a singularidade daquele grupo não foi respondida, e essas alterações são movimentos posteriores para alcançar as singularidades não identificadas pelo poder público. Toda e qualquer modificação nesse nível trata-se do processo de apropriação do espaço enquanto habitat singular.

Na maioria dos apartamentos foram instalados aparelhos de ar condicionado. Essa instalação é um símbolo de contradição e de falta de comunicação entre os diversos entes envolvidos. Os representantes da EMOP dizem que não se pode instalar esse tipo de aparelho nos prédios, alguns moradores dizem que só pode no DSUP 2 e o Trabalho Social do PAC diz que essa questão foi uma demanda da população e que foi acordado posteriormente com a empreiteira e que se poderia instalar um aparelho condicionador de ar por apartamento, porém esta instalação deveria se dar no quarto dos fundos, conforme a **Figura 13**. Isso não aconteceu e raramente algum apartamento apresenta este aparelho instalado no local recomendado (**Figura 14**). Geralmente ele foi instalado na parede do quarto da frente, que dá para o corredor externo, isso aumentou a prevalência de fissuras, trincas e rachaduras^{22 23} nestas paredes, pois os tijolos que as compõem estão se quebrando devido as estruturas de encaixes sofrerem avarias. Outro aspecto da instalação do ar

²² Segundo a ABNT em sua norma NBR 15.575, que dispõe sobre a Norma de Desempenho de Edifícios Habitacionais de até Cinco Pavimentos, as fissuras são aberturas ocasionadas por ruptura de um material ou componente, com abertura inferior ou igual a 0,5 mm; as trincas, expressão coloquial qualitativa aplicável a fissuras, são aberturas maiores ou iguais a 0,6 mm; e as rachaduras apresentam aberturas mais pronunciadas, da ordem de 5 mm.

²³ Cabe aqui ressaltar que este trabalho parte da perspectiva do olhar do morador e é totalmente pautado nos campos da Promoção da Saúde e da Habitação Saudável. E é por este motivo que o termo “rachadura” será considerado da forma mais genérica já que é desta forma que os moradores identificam quaisquer tipos de ruptura.

condicionado sem previsão e orientação técnica refere-se ao risco de incêndio que pode ser provocado por sobrecarga no sistema elétrico, principalmente pela constatação de residências com dois aparelhos instalados.

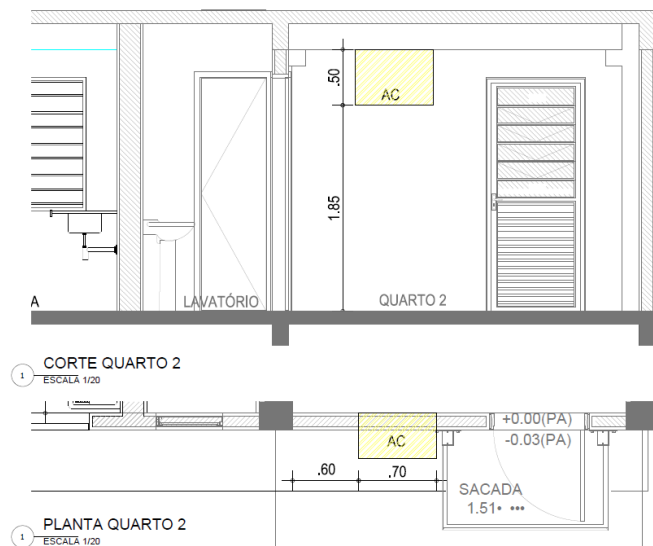


Figura 13 – Planta com a disposição sugerida para instalação de ar condicionado nas unidades habitacionais da Comunidade do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.



Figura 14 – Localização do aparelho condicionador de ar instalados na sala de um dos apartamentos do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.

Em alguns apartamentos pode-se notar que os basculantes da cozinha/área de serviço são utilizados como varais para pendurar as roupas (**FIGURA 15**). Alguns moradores optaram por retirá-los e instalaram janelas (**FIGURA 15**). Estas, por sua vez, não são padronizadas, cada proprietário está alterando conforme seu gosto e possibilidade.

De fora é possível prever que os apartamentos com as adaptações realizadas através de janelas ou de novos basculantes são capazes de melhorar a ventilação e a iluminação interna das habitações.



Figura 15 – Uso dos basculantes originais como varal e retirada do basculante original para a instalação de uma janela nos apartamentos da Comunidade do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.

Habitualmente os empreendimentos habitacionais na cidade do Rio de Janeiro, sejam eles para diversos públicos, possuem o corredor de acesso aos apartamentos na parte interna da edificação. Nas obras do PAC Manguinhos esse padrão não foi replicado, os corredores são externos. Num primeiro momento analisa-se a questão da privacidade (um dos principais elementos da habitação saudável), pois as janelas da sala e de um dos quartos ficam voltados para esse corredor; para mitigar o calor estas janelas costumam ficar abertas, logo há um conflito entre a escolha do conforto térmico e sua própria privacidade. Isso provoca diversas implicações, o fechamento da janela ou a obstrução visual por cortinas impedem a entrada de luz e vento, e podem provocar o aumento do consumo de energia elétrica com o uso excessivo de ventiladores, ar condicionados e iluminação artificial. Contudo, tem-se a impressão que os corredores externos têm como um dos objetivos a possibilidade de controle sobre o que acontece naquele lugar, como o Panóptico, descrito por Jeremy Bentham e desenvolvido por Foucault²⁴. Ou seja, os corredores externos facilitam a vigilância daquele território, tanto do Estado, quanto daqueles que apenas perpassam por aquele local e até mesmo pelos sujeitos que ali

²⁴ Panóptico é uma alegoria de uma prisão estruturada de forma circular, onde um observador central seria capaz de vigiar o comportamento de todos os reclusos. Mais detalhes consultar: Foucault, M. Vigiar e Punir. Petrópolis: Vozes, 1977.

residem, podendo acarretar numa estrutura onde todos são passíveis de serem vigiados e possíveis de perderem sua privacidade.

Outra especificidade do corredor externo é a facilidade de acesso, pois não foi projetado uma forma de limitar o acesso de não-moradores, além da privacidade já brevemente analisada no parágrafo anterior, tem-se uma falha de segurança visto que observa-se a instalação de diversos portões e grades que não fazem parte do projeto original (**FIGURA 16**). Como uma faca de dois gumes, eles aumentam a segurança diminuindo o livre acesso, mas geram dificuldades de fuga em caso de acidentes e em alguns lugares impossibilitam o acesso aos hidrantes de combate à incêndios (decreto estadual não pode ter barreira física impedindo acesso aos hidrantes) (**FIGURA 16**). Nos apartamentos do primeiro andar e nos apartamentos do canto, o gradeamento foi utilizado como forma de ampliar o espaço interno da habitação, incorporando o corredor externo e o transformando em área privativa e interna, em alguns lugares ocorreu a superação do simples gradeamento com a derrubada e construção de paredes para ampliação de cômodos, como a sala; em outros a criação de espaços comerciais (**FIGURA 16**).



Figura 16 – Gradeamento dos corredores e fechamento das laterais dos corredores do 1º andar dos apartamentos da Comunidade de DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.

Os corredores externos são utilizados para secar as roupas e guardar pertences pessoais, alguns chegaram a virar garagens para motos. Isso é demonstra um reflexo da falta de espaço interno das habitações (**FIGURA 17**).

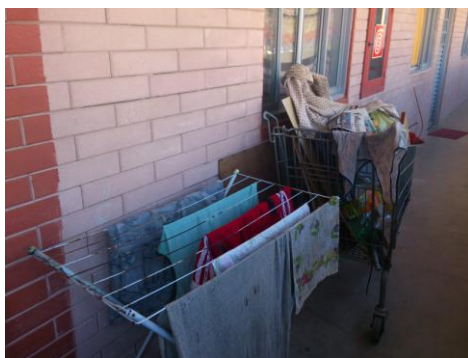


Figura 17 – Utilização do corredor para estender as roupas e guardar objetos pessoais na Comunidade do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.

Nos corredores incorporados do 1^a andar no DSUP 1 foram construídas barragens para impedir a entrada de água devido aos constantes alagamentos na região durante as chuvas, é importante ressaltar que os apartamentos do 1^a andar geralmente são destinados a pessoas portadoras de necessidades especiais e idosos, logo a barreira física construída prejudica a acessibilidade destes moradores e aumenta o risco de acidentes relacionados a queda da própria altura (**FIGURA 18**).



Figura 18 – Barreiras construídas para que as águas das chuvas não entrem nos apartamentos do térreo, Comunidade do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.

Curiosamente foi constatado durante as visitas que dois dos apartamentos destinados a PNE e idosos foram transformados em igrejas evangélicas, o que é ilegal. Mesmo sem a entrada nestes espaços é visível a modificação do ambiente interno com a derrubada de paredes, além da mudança da fachada externa. Isso faz com que a habitação não cumpra sua função social e retrata a falta de espaços ecumênicos no local (**FIGURA 19**).



Figura 19 – Transformação de um dos apartamentos em igreja evangélica, Comunidade do DSUP, Complexo de Manguinhos. RJ.

É prevalente na região de Manguinhos o uso de ligação clandestina de TV por assinatura. Para evitar que o mesmo ocorresse no DSUP, algumas operadoras de TV por assinatura criaram pacotes acessíveis para a população residente. Por não ter estrutura de cabeamento o acesso se deu através de antenas via satélite. Logo um dos primeiros impactos ao se entrar no DSUP é a poluição visual, dada a quantidade de antenas instaladas na parte externa dos apartamentos.

Apesar de já entregues os apartamentos, as obras não acabaram, no canteiro de obras que fica atrás da biblioteca não há barreiras físicas que impeçam a entrada de pessoas, principalmente crianças que brincam indiscriminadamente entre vergalhões, entulhos, tijolos e areia, lembrando que a areia pode ser fonte de contaminação de micro-organismos patogênicos, além do risco de acidentes inerente ao ambiente descrito (**FIGURA 20**).



Figura 20 – Vista do canteiro de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) na Comunidade do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.

Entre os equipamentos sociais, um dos mais preservados é a biblioteca, durante as visitas a pintura externa estava sendo retocada e sempre havia movimentação de crianças e adolescentes no local, principalmente com o intuito de acessar a internet. Contudo, o mesmo não pode ser dito dos outros equipamentos, o CRJ aparentemente é mal aproveitado, pois poucas foram as vezes que se verificava movimento nas tardes, o movimento maior era percebido a noite nas aulas de artes marciais. Em termos de funcionalidade dos espaços, um dos tatames está instalado no corredor de circulação do 1º andar, uma área que provavelmente não foi prevista para esta função, pois não é muito arejada, resultando no odor de suor no espaço.

Dentre as vezes que a farmácia popular foi visitada, esta apresentava pouco movimento. Esse fato contrasta com uma possível demanda local por medicamentos mais baratos. Posteriormente, através dos relatos dos moradores, alguns disseram que o horário de funcionamento da farmácia não é compatível com a disponibilidade de horário dos moradores, pois a maioria trabalha durante o período de horário comercial.

A CFVV e a UPA 24H são estruturas de contêiner e sempre estão movimentadas. O arquiteto responsável pelo projeto considera que estes equipamentos não possuem nenhuma qualidade urbanística e arquitetônica e comprometem todo o urbanismo do centro cívico.

A Academia da Terceira Idade está vinculada à CFVV, mas os horários de utilização são limitados e não atende às demandas da população residente e em todos os momentos que passava por ela não havia ninguém fazendo atividade física.

A Escola Estadual Compositor Luiz Carlos da Villa possui uma piscina semi-olímpica, mas nos dias visitados não foi verificado o seu uso; e havia a informação de que algumas crianças entravam nela através de um buraco aberto na cerca. Outro detalhe que chama atenção é que essa Instituição oferece o ensino médio, enquanto a comunidade apresenta real necessidade para o ensino fundamental. Alguns moradores relataram que ela já oferecia aula do EJA no turno da noite, confirmando os dados que constam no Plano de Desenvolvimento Sustentável de Manguinhos.

A Casa da Mulher apresenta pouco movimento e durante as entrevistas com moradores havia dúvidas sobre a importância deste equipamento. Muitos acreditavam que o espaço servia apenas pra fazer denúncias de agressão a mulheres.

O Canteiro do PAC Social e o Centro de Apoio e Geração de Renda são lugares com déficit de manutenção. O Canteiro atualmente não atende as famílias do DSUP, pois

no momento ele atende a outras comunidades do Complexo que estão passando por processo de realocação/indenização e o Centro de Apoio e Geração de Renda é subutilizado, os moradores não conhecem suas funções e acabam indo para outros espaços da cidade realizar atividades que poderiam resolver próximo a sua residência.

O Apoio Jurídico não está totalmente instalado, pois os promotores se sentiam ameaçados pela presença dos traficantes, com a instalação da UPP é possível que este cenário se altere.

“ (...) O Canteiro Social era para ser um centro de atendimento jurídico num momento antes da pacificação, mas o argumento era que por serem advogados, defensores públicos o acesso aqui seria meio complicado. Eles ficaram temerosos. Então acreditasse que quando acabar o social, a defensoria publica deve assumir esse espaço aqui com assistência jurídica.” (Fala do Técnico do Canteiro Social do PAC).

3.2.2. A aplicação dos questionários

Do mês de outubro de 2012 a janeiro de 2013, foram visitados 104 apartamentos aonde o questionário de APO (ANEXO IV) foi aplicado. As entrevistas, na maioria das vezes, ocorreram durante a semana após as 17h, momento no qual muitos moradores começavam a retornar para as suas residências após a jornada de trabalho. A tentativa de encontrar os moradores seguia até às 21h. Após este horário, o movimento nas áreas comuns era bem menor. Muitos sujeitos se recolhiam para os seus apartamentos e os mantinham bem fechados e por questões de segurança, já que áreas coletivas dos blocos não possuem iluminação adequada ou até mesmo nenhuma iluminação, o trabalho era encerrado. Também foram realizadas entrevistas aos sábados e domingos, no turno da manhã e da tarde, no intuito de encontrar o maior número possível de moradores em suas respectivas residências.

Cabe ressaltar, que dos 142 apartamentos a ser visitados, em apenas 2 os moradores se recusaram a participar do estudo. Em uma das recusas, havia um ponto de venda de produtos alimentícios. Em relação aos outros 38 apartamentos não visitados, foram feitas diversas tentativas de contato, porém na maior parte do tempo estes moradores não ficam em suas residências.

As respostas aqui apresentadas partem da visão dos próprios moradores sobre seu *habitat* e seu respectivo entorno. Aproveitam-se alguns dados advindos das entrevistas semi-estruturadas, realizadas com outros atores, para complementar a análise deste objeto.

3.2.2.1 Perfil sóciodemográfico dos moradores

Dos 367 moradores que foram cadastrados, 54% são mulheres e 46% são homens, o que confirma a tendência nacional, verificada pelo Censo 2010 que afirma que 51% da população é composta por mulheres e 49% por homens (IBGE, 2010).

A faixa etária destes moradores bem como a escolaridade dos mesmos estão representadas, respectivamente, nos **Gráficos 1 e 2**.

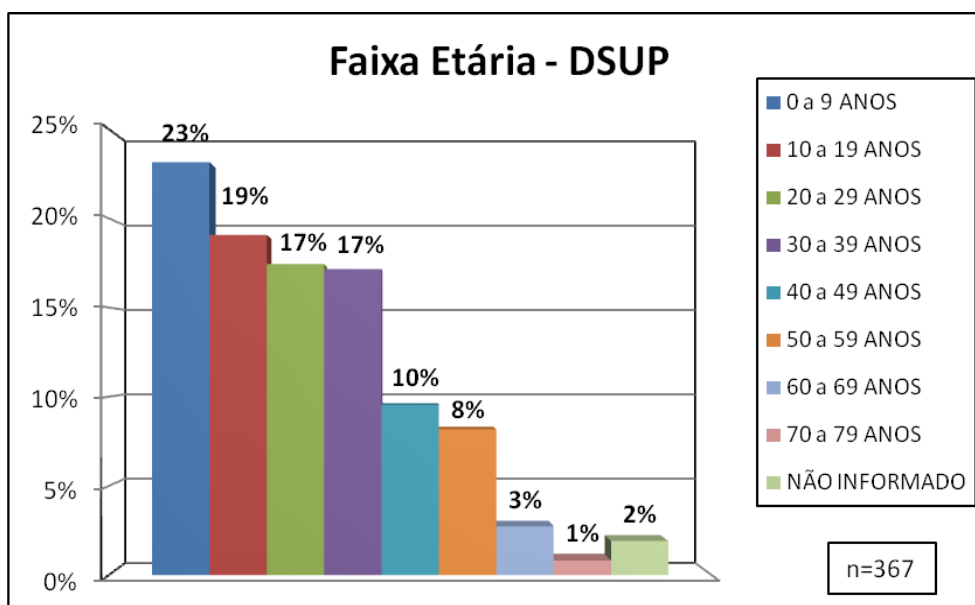


Gráfico 1– Distribuição da faixa etária dos moradores do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.

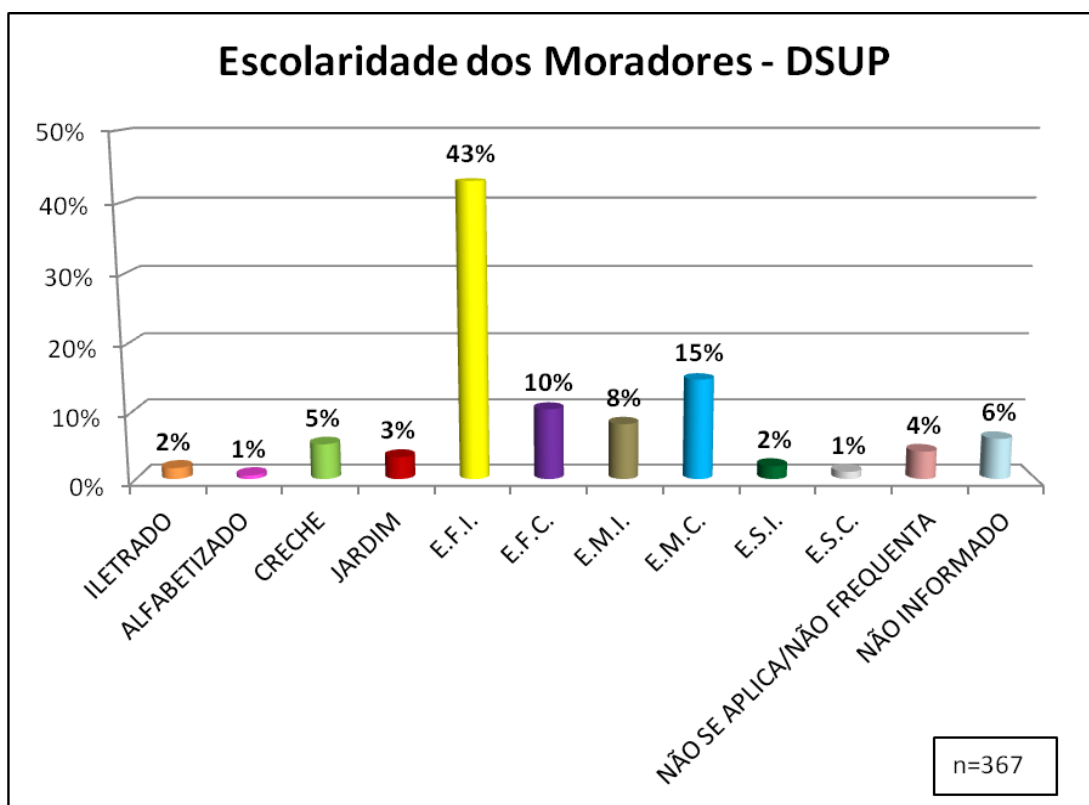


Gráfico 2 – Nível de escolaridade dos moradores do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.

A presença de crianças e jovens é bastante expressiva no DSUP, mas por outro lado verificou-se que a quantidade de idosos não é prevalente. Segundo informações dos entrevistados, 43% dos habitantes possuem ou estão cursando o ensino fundamental.

Numa das visitas ocorreu que algumas crianças abordaram a entrevistadora a fim de saber se a mesma era Fiscal do Conselho Tutelar, nesse momento foi verificado que os mesmos estavam em casa sem o acompanhamento de um responsável, o que configura abandono de incapaz²⁵. Isso provavelmente não é um fato isolado, pois é grande o número onde pai e mãe trabalham e ficam ausentes de casa durante todo o horário comercial.

Esta característica indica a necessidade de estratégias voltadas para o público mais jovem, tanto no que se refere às atividades de cultura, esporte e lazer, quanto atividades relacionadas ao ambiente escolar. E chegou a ser comentada por um morador: “...Nós temos mil, mil e duzentas, crianças circulando no espaço do DSUP sem nenhum projeto para a faixa etária deles e aí o que ocorre é a depredação.”

²⁵ Crime previsto no art. 133 do Código Penal em vigor.

A maioria dos moradores (78%) são naturais do Estado do Rio de Janeiro, mas outra boa parte é oriunda do Nordeste do Brasil (17%) (**TABELA 2**). Cabe ressaltar que muitos que se declararam como naturais do Rio de Janeiro possuem ascendência nordestina, sendo assim vital a valorização desta a cultura neste território.

Tabela 2 – Naturalidade dos moradores do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.

ESTADO	NÚMERO DE MORADORES	
	n	%
RIO DE JANEIRO	290	78
PARAÍBA	19	5
PERNAMBUCO	14	4
BAHIA	6	2
ESPÍRITO SANTO	6	2
RIO GRANDE DO NORTE	5	1
MARANHÃO	5	1
MINAS GERAIS	4	1
CEARÁ	4	1
PIAUI	4	1
SÃO PAULO	3	1
SERGIPE	3	1
ALAGOAS	2	1
NÃO INFORMADO	2	1
TOTAL	367	100

Ao se questionar sobre o estado civil dos moradores observou-se que 82% são solteiros (**GRÁFICO 3**), contudo boa parte desses vive com companheiro(a). Em algumas declarações, os moradores afirmaram que o fato de se declarar solteiro aumenta as chances de receberem benefícios de programas de transferência de renda do Governo e até mesmo para receber mais de um imóvel do PAC.

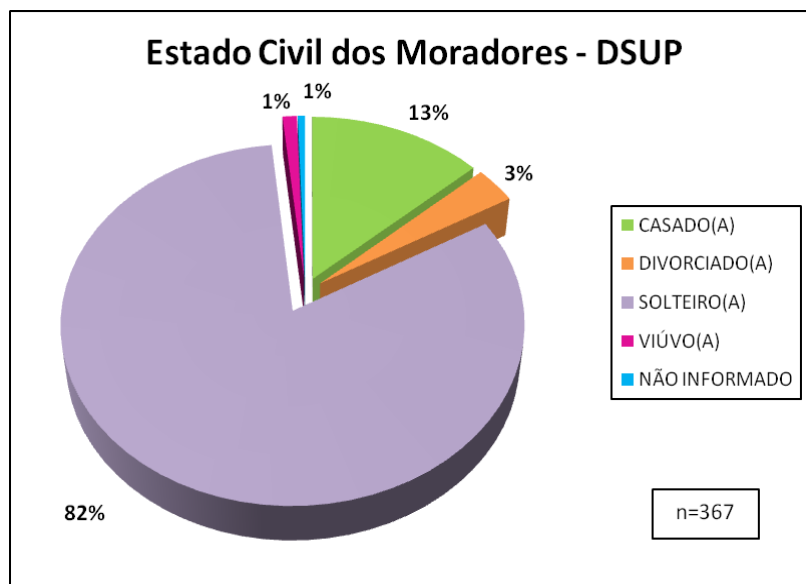


Gráfico 3 – Estado civil dos moradores do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.

Quanto à ocupação, os dados são apresentados na **Tabela 3**, revelando que 35% dos moradores são estudantes. A categoria “NÃO SE APLICA” se refere: a crianças sem idade para frequentar a educação formal e que poderiam estar em creches, porém não as frequentam; jovens menores de 18 anos que nunca trabalharam e atualmente nem estudam e nem trabalham; e donas de casa.

Tabela 3 – Ocupação dos moradores do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.

OCUPAÇÃO	NÚMERO DE MORADORES	
	n	%
ESTUDANTE	129	35
CARTEIRA ASSINADA	87	24
NÃO SE APLICA	65	18
TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA	49	13
DESEMPREGADO	22	6
OUTROS	6	2
APOSENTADO	5	1
NÃO INFORMADO	4	1
TOTAL	367	100

Ao se questionar sobre o local da ocupação tem-se que boa parte dos moradores trabalham no próprio Bairro de Manguinhos, destacando como locais de trabalho a própria Fiocruz e o comércio da região. A categoria “NÃO SE APLICA” agrupa pessoas que estão atualmente desempregadas, donas de casa, aposentados, crianças que não frequentam instituição de ensino ou creches (**TABELA 4**).

Tabela 4 – Local da ocupação dos moradores do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.

LOCAL DE TRABALHO/ESTUDO	NÚMERO DE MORADORES	
	n	%
ZONA NORTE*	109	30
MANGUINHOS	103	28
ZONA SUL	19	5
DIVERSAS REGIÕES	18	5
CENTRO	10	3
ZONA OESTE	7	2
NITEROI	1	0
SÃO PAULO	1	0
NÃO SE APLICA	94	26
NÃO INFORMADO	5	1
TOTAL	367	100

*com exceção de Manguinhos.

Os empregos relatados durante a entrevista foram categorizados conforme o que o IBGE utiliza em sua Pesquisa Mensal de Empregos (IBGE, 2013). A maioria dos trabalhadores do DSUP atua na área de prestação de serviços (**TABELA 5**).

Tabela 5 – Tipo de emprego dos moradores do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.

CATEGORIA	FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS	
	n	%
INDÚSTRIA EXTRATIVA, DE TRANSFORMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELETRICIDADE, GÁS E ÁGUA	2	1
CONSTRUÇÃO	27	13
COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS E COMÉRCIO A VAREJO DE COMBUSTÍVEIS	39	19
SERVIÇOS PRESTADOS A EMPRESA, ALUGUÉIS, ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS E INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	51	25
EDUCAÇÃO, SAÚDE, SERVIÇOS SOCIAIS, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL	10	5
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	52	25
OUTROS SERVIÇOS (ALOJAMENTO, TRANSPORTE, LIMPEZA URBANA E SERVIÇOS PESSOAIS)	25	12
TOTAL	206	100

A renda das famílias do DSUP está apresentada no **Gráfico 4**. Em comparação com os dados apresentados no Relatório de Diagnóstico do PDU (2005) que mostrava que 18% das famílias tinham rendimento de até um salário mínimo e cerca de 30% recebiam entre um e dois salários mínimos. Essa constatação indica que provavelmente algumas políticas de transferência de renda na região têm surtido efeito.

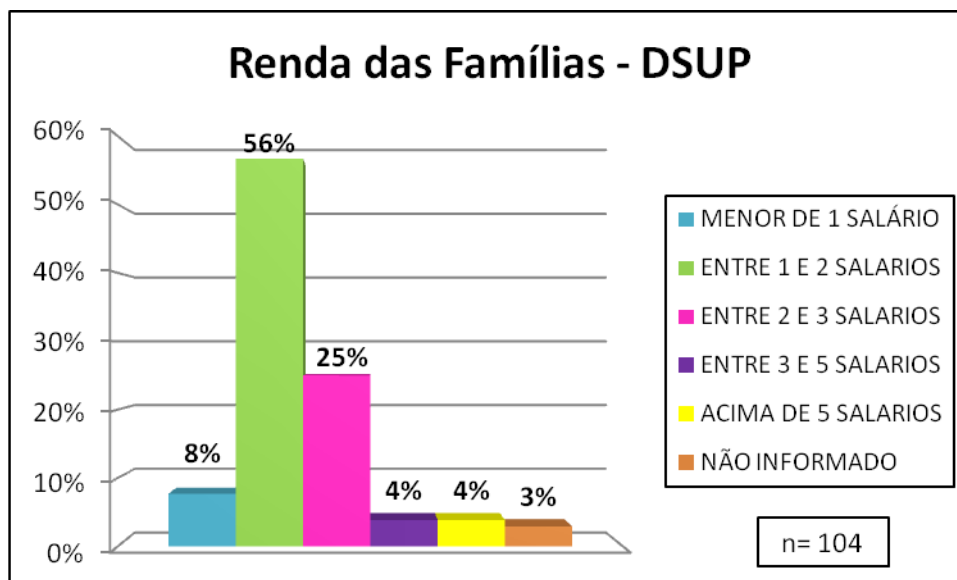


Gráfico 4 – Renda familiar dos moradores do DSUP, Complexo de Manginhos, RJ.

Quanto ao recebimento de algum tipo de benefício social, 45% dos apartamentos visitados possui algum residente que recebe algum tipo de benefício. Dentre os benefícios citados, 29 moradores afirmaram receber Bolsa-Família, 4 Cartão Família Carioca; 5 Aluguel Social, 1 Cartão Brasil Carinhoso²⁶. Além destes, 5 moradores afirmaram receber aposentadoria, 2 seguro desemprego e 4 pensão, benefícios estes concedidos pelo INSS.

²⁶ Esses benefícios configuram-se, em sua maioria, como benefícios de programas de transferência de renda. O objetivo do Bolsa-Família, programa de âmbito federal, é combater a fome e reduzir as desigualdades sociais. Ele unifica em um só os programas Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás. <http://www.caixa.gov.br/voce/social/transferecia/index.asp>; O Cartão Brasil Carinhoso, também de âmbito federal, tem o objetivo de retirar da miséria todas as famílias com filhos entre 0 e 6 anos, reforçando a transferência de renda e fortalecendo a educação, com aumento de vagas nas creches e cuidados adicionais na saúde, incluindo a suplementação de vitamina A, ferro e medicação gratuita contra asma. <http://www.mds.gov.br/brasilemmiseria/brasil-carinhoso>; O Cartão Família Carioca tem o objetivo de garantir uma renda mensal complementar às famílias do programa Bolsa Família. <http://www.rio.rj.gov.br/web/cvl/exibeconteudo?article-id=2248211>; O Aluguel Social consiste em pagar ao titular da moradia um “aluguel provisório” de R\$ 250,00 por mês até a conclusão da nova moradia, salvo justificadas alterações pela Secretaria Estadual de Habitação na qual este valor pode ser acrescido em até 50% (Decreto Nº 41.148/2008).

O número mais frequente de moradores por apartamento são quatro, apresentando uma média de ocupação de 3,5 moradores por apartamento (**GRÁFICO 5**). Segundo técnico da FIOCRUZ, o valor ideal de metro quadrado por habitante seria de dez metros. Se os apartamentos do DSUP apresentam menos de 37 m², isto significa que mais da metade (51%) dos moradores está habitando uma unidade habitacional que não condiz com a sua composição familiar. Este fato pode gerar diversas implicações relacionadas a habitabilidade, já que afetam variáveis como conforto, saúde, privacidade e segurança.

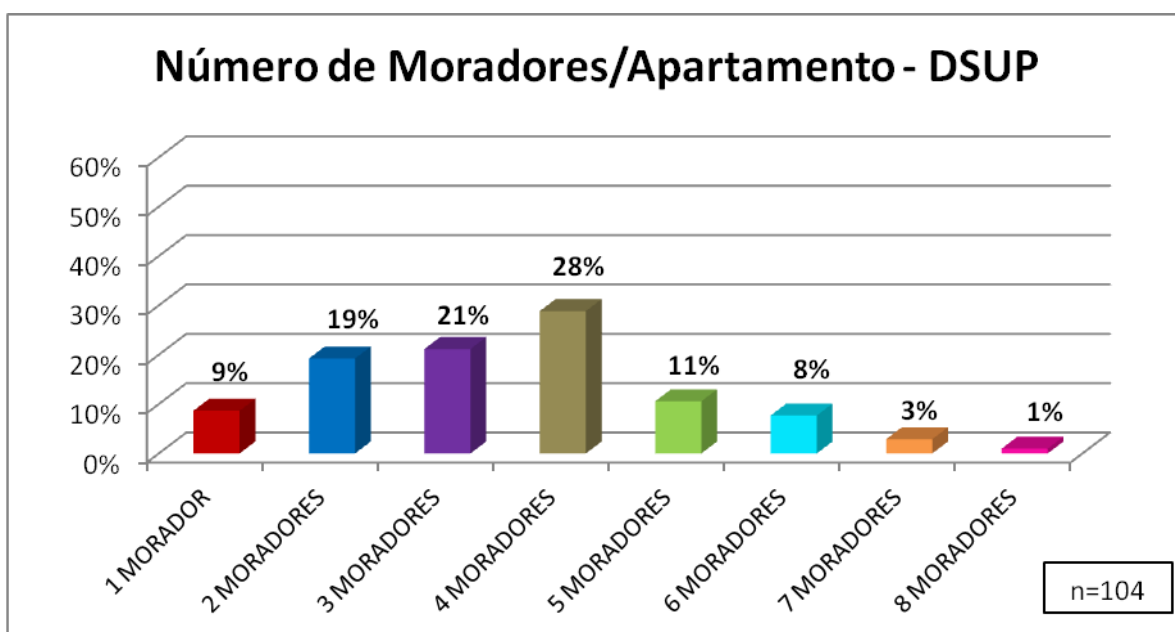


Gráfico 5 – Número de moradores por apartamento no DSUP, Complexo de Manginhos, RJ.

Quando questionados da situação do apartamento, 79% dos entrevistados responderam que seus apartamentos são próprios (**TABELA 6**). Segundo alguns técnicos do Trabalho Social do PAC, já é reconhecido oficialmente que mais de 45% das famílias que residem atualmente no DSUP não são as famílias originárias. Em algumas ocasiões os entrevistados afirmavam que algum de seus parentes era o proprietário do apartamento, mas ao serem questionados sobre os dados pessoais deste parente percebia-se que destes pouco sabiam.

Outro dado relevante, porém não tão frequente foram os casos em que os entrevistados afirmaram estar alugando ou terem comprado o imóvel (3%), esta situação é considerada irregular conforme o Decreto N° 7.499, de 16 de junho de 2011, além de ter

vido frisada no documento: “Caderno de Dúvidas Frequentes” que foi elaborado pelo Trabalho Social do PAC e entregue aos proprietários dos apartamentos.

Tabela 6 – Situação dos apartamentos do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.

SITUAÇÃO	NÚMERO DE FAMÍLIAS	
	n	%
PRÓPRIO	82	79
EMPRESTADO	18	17
ALUGADO	2	2
COMPRADO	1	1
OUTROS	1	1
TOTAL	104	100

Em relação ao tempo de moradia observou-se que 24% dos moradores do DSUP 1 e 27% do DSUP 2 afirmam morar em um tempo posterior ao da entrega, o que pode ser indicativo de algum tipo de irregularidade em termos de posse do imóvel (**TABELA 7**).

Tabela 7 – Tempo de moradia no DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.

TEMPO DE MORADIA	LOCALIDADE*			
	DSUP 1		DSUP 2	
	n	%	n	%
MENOS DE 1 ANO	5	6	2	8
ENTRE 1 E 2 ANOS	6	8	5	19
ENTRE 2 E 3 ANOS	8	10	19	73
ACIMA DE 3 ANOS	59	76	-	-
TOTAL	78	100	26	100

* As localidades do DSUP foram apresentadas separadamente em DSUP1 e DSUP 2 pois apresentam datas de entregas distintas.

Ao se analisar o tipo de moradia anterior foi levantado que 51% dos moradores do DSUP moravam em casas e, além disso, 43% viviam em barracos (**GRÁFICO 6**). Essa constatação afeta a percepção que o morador tem sobre sua nova residência e pode confundir a noção de ideal como que lhe foi oferecido. Mesmo alguns apartamentos apresentando diversas manifestações patológicas, aqueles que moravam num barraco tendem a não reclamar, pois tiveram uma melhora evidente em relação ao seu domicílio anterior²⁷.

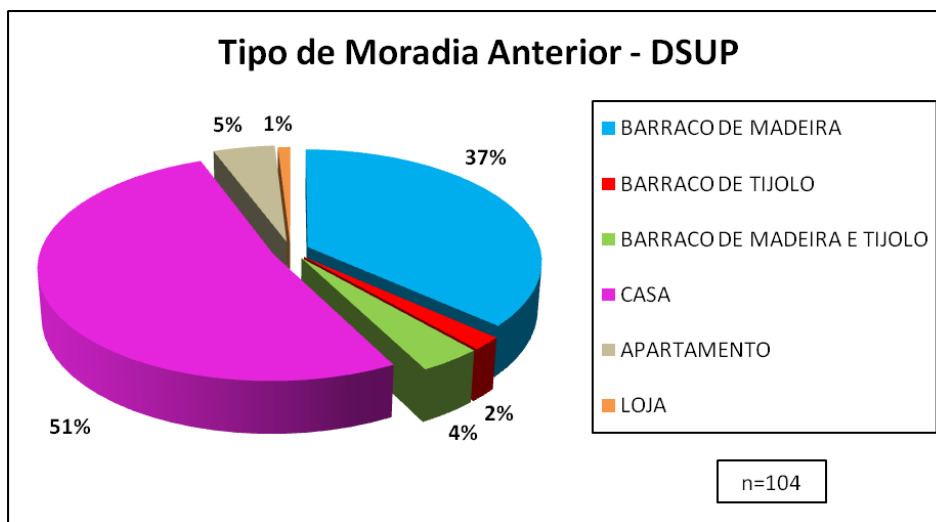


Gráfico 6 – Tipo de moradia anterior dos entrevistados moradores do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.

Com relação ao bairro que moravam anteriormente, trinta e quatro (34) entrevistados disseram que moravam no Mandela; trinta e três (33) no Embratel; sete (7) “lá no Manguinhos”, expressão geralmente utilizada para se referir a localidade que fica a região do Parque João Goulart, do Centro de Habitação Provisória 2 (CHP2) e da Vila Turismo; quatro (4) no Jacaré/Jacarezinho e no Arará; dois (2) no Beira Rio, em Benfica, no Complexo do Alemão e na CONABH; um (1) no Canal do Cunha, CCPL, Samora Machel, Varginha, Bonsucesso, Sampaio, Borel, Tijuca, Costa Barros, Guadalupe, Pinheiro, Humaitá e Glória.

Quarenta e três por cento dos entrevistados afirmaram que o tempo de residência na moradia anterior era de um a cinco anos (**TABELA 8**).

²⁷ Essa análise será retomada quando for abordado o subcapítulo “Características do Apartamento”.

Tabela 8 – Tempo de residência na moradia anterior dos moradores do DSUP, Complexo de Manginhos, RJ.

TEMPO DE MORADIA	NÚMERO DE FAMÍLIAS	
	n	%
MENOS DE 1 ANO	1	1
1 A 5 ANOS	46	43
6 A 10 ANOS	18	17
11 A 15 ANOS	10	10
16 A 20 ANOS	13	13
21 A 30 ANOS	10	10
31 A 40 ANOS	3	3
NÃO INFORMADO	3	3
TOTAL	104	100

3.2.2.2 Características dos apartamentos

Os entrevistados foram questionados quanto à qualificação que os mesmos fazem perante seus apartamentos em relação ao ambiente construído, ao tamanho e a divisão interna, bem como se estas residências conseguem atender as necessidades de seus habitantes respondendo a sua função principal, que é a de ser uma moradia.

Foram questionadas quais as principais alterações executadas e suas respectivas motivações; e também foram feitas perguntas vinculadas a conforto ambiental (incomodo com ruído, necessidade de iluminação artificial, possibilidade de ventilação cruzada, qualidade do ar, conforto térmico) e a dificuldade na realização de tarefas.

Outros aspectos levantados foram quais os problemas os apartamentos têm apresentando durante o uso e como os moradores consideram a qualidade dos materiais e instalações empregados no empreendimento. Além disso, foi verificado como estes gerem seus próprios resíduos.

Por fim foi questionado novamente, de forma estratégica, já que foram feitas diversas perguntas e que poderiam levar os entrevistados a refletir e a mudar de opinião conforme fosse relatando suas falas, qual o grau de satisfação do morador quanto a seu apartamento.

Como a maioria das perguntas era fechada, ou seja, apresentavam possibilidade de respostas previamente definidas pela equipe de pesquisa, havia um espaço para anotação de todos os comentários que fossem emitidos durante as entrevistas, possibilitando assim uma maior riqueza de dados. Em alguns itens desta seção estes comentários foram analisados em conjunto com as questões fechadas e apresentados conforme sua frequência e/ou categoria.

Qualificação do apartamento, do tamanho dos cômodos e da divisão interna

Com relação à qualificação do apartamento, verificou-se que a maioria, 49% dos entrevistados, o classifica como bom (**TABELA 9**). Dentre os comentários analisados 45% apresentavam um cunho negativo, 36% positivo e 19% fizeram comentários que continham aspectos positivos e negativos ao mesmo tempo. Os aspectos negativos mais frequentes foram os relacionados com a presença de infiltrações e rachaduras, qualidade da construção, ausência de quintal, tamanho do apartamento e falta de privacidade; no que tange os aspectos positivos destaca-se o fato de sua maioria sempre serem comparadas a situação de moradia anterior, entre eles a salubridade, o conforto, a acessibilidade, a sensação de posse e a tranquilidade. Houve um número considerável de moradores que citaram aspectos negativos e positivos concomitantemente, como por exemplo: *“Melhorou 100%. Aonde a gente morava passava rato, mas tem vazamento do banheiro de cima. A obra foi muito mal feita. Entupiu tudo e ai subiu água de esgoto na cozinha.”*

Quanto ao tamanho dos cômodos, 36% dos entrevistados disseram que o mesmo é razoável e 34% que é bom (**TABELA 9**). Setenta e quatro por cento dos comentários foram negativos e abordaram principalmente a questão do tamanho do apartamento como um todo, além de especificamente apontarem o tamanho da área de serviço e o fato da pia ser num lavabo externo ao banheiro. Esta última característica não condiz com a tipologia habitacional em que os moradores estão acostumados a habitar, tanto é que alguns moradores acabaram transferindo a pia para dentro do banheiro ou agregaram o lavabo e o banheiro em um só ambiente. O que também foi relatado pelos moradores como um aspecto negativo e que está relacionado a esta característica analisada é a condição de não se ter privacidade para se escovar os dentes, principalmente por este lavabo ficar próximo a sala.

Vinte e quatro por cento, relataram aspectos positivos, tais como: a tamanho estar adequado ao número de ocupantes (geralmente nesses casos eram 2 moradores) e em comparação com o tamanho da moradia anterior. Dois moradores (3%) ainda fizeram comentários que abordavam aspectos positivos e negativos.

Ao se analisar as respostas relativas à divisão interna, ou seja, a maneira como os espaços estão organizados entre si, obteve-se que 50% dos entrevistados afirmaram que os apartamentos do DSUP são bem divididos (**TABELA 9**), porém ao avaliar os comentários emitidos verificou-se que 82% destes eram negativos. As características mais presentes nestes comentários negativos foram as relacionadas com: a posição das vigas que atrapalha a arrumação/decoração do imóvel; a divisão da cozinha com a área de serviço; e o fato da presença do lavabo. Quinze por cento dos moradores fizeram comentários positivos e estes estavam ligados com o tamanho da sala do apartamento de canto, que apresenta uma metragem maior quando comparada com os demais apartamentos. Como referido nos exemplos anteriores, novamente é um aspecto positivo relacional, pois o é positivo em comparação a situação anterior ou próxima e nem sempre a um ideal. Quatro por cento dos comentários foram compostos ao mesmo tempo por aspectos positivos e negativos.

Tabela 9 – Qualificação dos moradores do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ, quanto ao apartamento, ao tamanho e a divisão interna. n=104

ASPECTO AVALIADO	RESPOSTA							
	ÓTIMO		BOM		RAZOÁVEL		RUIM	
	n	%	n	%	n	%	n	%
APARTAMENTO	25	24	51	49	25	24	3	3
TAMANHO DOS CÔMODOS	17	16	35	34	37	36	15	14
DIVISÃO INTERNA	12	12	52	50	26	25	14	13

Atendimento das necessidades dos moradores

Ao serem questionados se os apartamentos atendiam às suas necessidades e de sua família, 82% dos entrevistados disseram que os apartamentos do PAC, no DSUP, os atendem (**GRÁFICO 7**), mas 72% dos comentários emitidos posteriormente a esse questionamento apresentaram um aspecto negativo, como por exemplo: a impossibilidade de expansão e a falta de espaço, ou seja, o tamanho do apartamento.

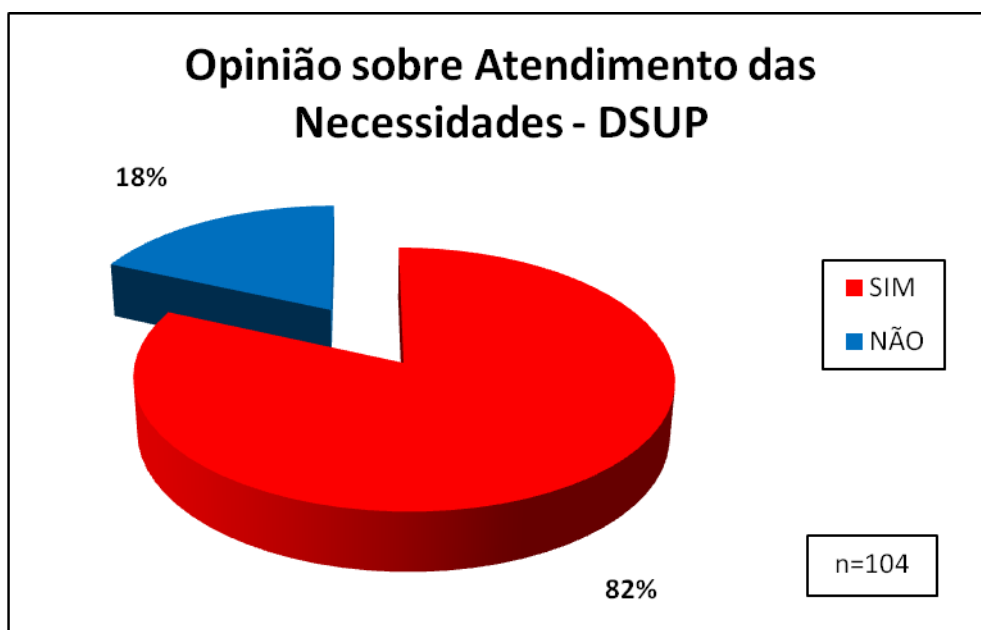


Gráfico 7 – Opinião sobre atendimento das necessidades dos moradores do DSUP, Complexo de Manginhos, RJ.

Alterações executadas nos apartamentos

As alterações realizadas pelos moradores nos apartamentos do DSUP estão apresentadas na **Tabela 10**.

Tabela 10 – Alterações realizadas nos apartamentos do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.

ALTERAÇÕES	FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS	
	n	%
PISO	69	14
PINTURA INTERNA	67	13
INSULFILM	53	10
AR CONDICIONADO	37	7
PIA DA COZINHA	24	5
PINTURA DA FACHADA	21	4
TROCOU O BASCULANTE	21	4
GRADEAMENTO	20	4
PORTAO NO CORREDOR	20	4
REVESTIMENTO NA COZINHA	18	4
FECHAMENTO DAS LATERAIS DO CORREDOR	14	3
MAQUINA DE LAVAR ROUPA NO LUGAR DA PIA DO LAVABO	12	2
PEDRA NA SOLEIRA	11	2
PIA DO LAVABO	10	2
REVESTIMENTO NO BANHEIRO	9	2
RETIROU A TEXTURA DAS PAREDES	8	2
OUTRAS	88	17
SEM MODIFICAÇÃO	4	1
TOTAL	507	100

As alterações que representam menos de 2% e que na tabela estão apresentadas como outras alterações foram: fechamento do box em alumínio e vidro temperado (7); máquina de lavar roupa no lugar do tanque (6); pintura de portas e portais (6); portas sanfonadas (5); piso no corredor externo (4); porta sanfonada no banheiro (4); revestimento no lavabo (4); janela no corredor externo (3); rampa de acesso para a moto (3); tanque no lugar da pia do lavabo (3); tridente (3); trocou o vaso sanitário (3); pedra no box (2); retirou o tanque (2); revestimento na sala (2); trocou a descarga (2); trocou a torneira da pia da cozinha para uma com filtro (2); abriram parede do quarto da frente com a sala (1); bancada americana (1); barreira na porta sala (1); buraco na parede da cozinha para escoar a água (1); cerâmica no guarda corpo do corredor (1); colocou a pia da cozinha no lugar do tanque (1); fechamento do vão entre o platô da varanda e o quarto dos fundos (1); fecharam a porta do quarto dos fundos, aumentaram o banheiro e incluíram o lavabo (1); instalou um tanque no corredor (1); ligação hidráulica dentro do quarto dos fundos (1); mudou a

entrada para a cozinha (1); pia do lavabo foi pra dentro do banheiro (1); pintura no piso (1); prolongou o cano do chuveiro (1); quebrou a parede perto da janela por causa do vazamento (1); rebaixamento do teto da sala (1); rebaixou o teto da cozinha (1); retirou as portas (1).

As motivações das alterações foram categorizadas em: adequação ao modo de vida dos moradores; adequação à funcionalidade do apartamento; adequação ao tamanho da família; adequação à privacidade e, por último, adequação estética, conforme o adotado por Villa (2009). Assim pode observar que 50% dos tipos de alterações estavam relacionados à funcionalidade do apartamento; 17% à estética; 3% à privacidade; e 1% ao modo de vida dos moradores. Nenhuma alteração foi considerada como um tipo de modificação que estivesse relaciona com o tamanho da família, apesar de o **Gráfico 5** mostrar que tantas pessoas vivem em uma unidade habitacional que não possui as dimensões adequadas com relação ao número de seus ocupantes. Estas alterações são resultado da tentativa de apropriação e até mesmo de adaptação a estes produtos habitacionais.

Destas 61 modificações executadas verificou-se que seis se configuram como um potencial fator de risco ou como uma característica que afeta, de certa forma, a qualidade de vida dos habitantes. A seguir apresentam-se as modificações e o porquê julga-se que representam um componente que poderia afetar a saúde destes indivíduos: (1) ao se retirar a pia do lavabo para a instalação da máquina de lavar, provavelmente diminuísse o hábito de lavar as mãos após a utilização do banheiro, o que pode aumentar a probabilidade de contaminação via oro-fecal; (2) ao se construir as barreiras na entrada dos apartamentos do 1ª andar para tentar impedir a entrada da água das chuvas, os moradores acabam dificultando ou impossibilitando a acessibilidade e aumentando a chance de quedas da própria altura, e cabe novamente ressaltar que estes apartamentos são os que foram destinados, em sua maioria, aos PNEs e aos idosos; (3) com um buraco na parte inferior da parede, próximo ao piso da cozinha e na reta dos basculantes/janelas da cozinha, o morador acaba eliminando de forma inadequada a água contendo resíduos e esta acaba escorrendo para os apartamentos de baixo. Esta água pode entrar pela cozinha, sujando as outras residências e também pode afetar a qualidade dos basculantes, já que pode conter resíduos químicos oriundos da limpeza do apartamento de cima; (4) o fechamento do vão existente entre o platô da sacada e o piso do apartamento impede que a água da chuva ou a água proveniente do apartamento de cima escoe. Este fato aumenta a chance da entrada de água

no quarto dos fundos, principalmente se este piso do platô estiver com o caimento inadequado em relação ao piso do quarto; (5) a ligação hidráulica dentro do quarto dos fundos a fim de mitigar o problema no abastecimento de água além de ser uma adaptação irregular, pode levar ao alagamento do cômodo ou do apartamento como um todo caso ocorra o rompimento da ligação e o fato desta mangueira percorrer do quarto até a cozinha pode propiciar a ocorrência de quedas; (6) com a retirada das portas considera-se que se diminui a privacidade dos componentes da família.

Dos apartamentos visitados apenas 2 apresentaram grande mudanças em termos de layout quando comparados com a planta *as built*. Em um deles houve a retirada da parede que divide os ambientes da sala e do quarto e com isso criou-se uma grande sala, além de também incluir o lavabo no banheiro (**FIGURA 21**). No outro apartamento houve uma redistribuição da cozinha, aonde pode-se observar que as instalações de água e esgoto também tiveram que ser remodeladas, além também de terem rebaixado o teto com gesso. Os proprietários destes imóveis afirmaram que tiveram a liberação dos técnicos da EMOP para fazer estas alterações.

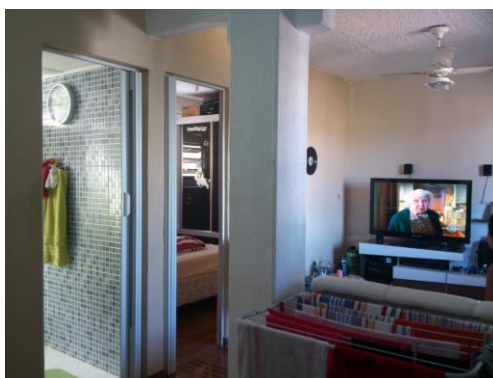


Figura 21 – Alterações de *layout* em dos apartamentos do DSUP. Complexo de Manguinhos, RJ.

Outro fator importante a ser ressaltado é que muitos moradores se viram obrigados a se proteger porque havia uma época em que tinham os bailes. Estes bailes foram extintos, antes mesmo da instalação da UPP. Sem contar na presença dos usuários de crack que representavam uma ameaça constante. Segundo os moradores, eles não podiam deixar nada do lado de fora que os “crackudos” levavam. Vários foram os apartamentos que tiveram seus hidrômetros roubados e muitos foram os corredores que tiveram as mangueiras dos hidrantes levadas por eles.

Incômodo com barulho

Cinquenta e um por cento (51%) dos entrevistados relataram que se sentem incomodados com algum tipo de barulho que vem do lado de fora do apartamento. Dentre os fatores de incomodo mais frequentes estão o som alto (21); o trem (16); arrumação ou algum tipo obra nos apartamentos vizinhos (7); crianças correndo no corredor (5); o barulho do vizinho do lado (3); vizinho fazendo churrasco no corredor (2); vizinhos pulando no apartamento de cima (2). Outro fator que foi apontado, mas que não ocorre atualmente, foi o som do baile funk (8).

Quanto ao barulho de dentro do próprio apartamento, 87% dos moradores afirmaram não se sentir incomodados e os outros 13% afirmaram que o incomoda é: *“consigo escutar tudo o que os outros falam no outro quarto”*; *“o barulho da TV na hora de dormir”*; *“falta de intimidade”*; *“se um fala de um lado, os outros escutam”*; *“se alguém estiver na cozinha, mesmo com a porta do quarto dos fundos fechada incomoda”*; *“quando as meninas brincam no quarto a gente não consegue dormir”*; *“escuto muito as coisas que falam no outro quarto”*; *“é tão pequeno que dá para ouvir”*.

Em termos de conforto acústico, estes apontamentos podem afetar principalmente o sono e a relação entre os vizinhos. Outro apontamento relevante é que a condição de ausência de um bom isolamento acústico afeta também a privacidade dos moradores.

Utilização de luz artificial

Em relação à questão da necessidade de se manter alguma luz acesa durante o dia, 12% entrevistados afirmam que precisam manter as luzes acesas. O cômodo mais citado foi a cozinha (8), seguido do quarto da frente (2), da sala (2) e do quarto dos fundos (2).

Em alguns apartamentos os moradores reclamaram que o basculante da cozinha diminui a entrada da luz natural. Nos apartamentos com basculantes novos a percepção que se tem é de um ambiente muito mais claro e arejado e esta percepção foi muitas vezes confirmada pelos próprios moradores.

Além disso, para aumentar a privacidade e diminuir a entrada da água de chuva, em muitas residências foram instaladas cortinas ou até mesmo papelão ou pedaços de madeira. O uso de películas solares, principalmente, nas janelas da sala e do quarto da frente

provavelmente representa um fator que leve muitos moradores a utilizarem a luz artificial durante o dia.

Ventilação

Nos apartamentos visitados todos os cômodos apresentam algum tipo de abertura para o ambiente externo, seja basculante, janela ou as portas da sala e da varanda (única abertura do quarto dos fundos).

Em 20% das residências foi realizada a troca do basculante da cozinha por uma janela²⁸. Quando questionados sobre o porquê da troca, muitos entrevistados afirmaram que o basculante original era ruim, pois eles não podiam fechá-lo e quando ocorria uma chuva de vento a água entrada cozinha adentro. É importante lembrar que essa água não tinha pra onde escorrer, já que nestes apartamentos não possuem ralo na cozinha.

Além deste motivo, no item acima também já foi relatado que a sensação é de que os basculantes originais comprometem a boa ventilação. Outro aspecto importante é que a falta de privacidade faz com que muitos moradores se obriguem a ficar enclausurados em seus apartamentos.

Qualidade do ar

Foram questionados se os moradores apresentavam algum tipo de problema com a qualidade do ar. A maioria respondeu que os problemas mais comuns são com a poeira e com o cheiro, principalmente, o cheiro de esgoto vindo da parte de trás dos blocos e/ou que sobe pela tubulação (**TABELA 11**). Ou seja, mesmo após tantas mudanças o morador ainda convive e vive na insalubridade.

²⁸ Esta prática é irregular segundo consta no Manual do Proprietário elaborado pela equipe do Trabalho Social do PAC.

Tabela 11 – Problemas relacionados à qualidade do ar nos apartamentos do DSUP, Manginhos, RJ.

ASPECTO AVALIADO	RESPOSTAS			
	SIM		NÃO	
	n	%	n	%
UMIDADE	40	38	64	62
SECURA	1	1	103	99
POEIRA	52	50	52	50
CHEIRO	55	53	49	47
FUMO	2	2	102	98
CIRCULAÇÃO DE AR INSUFICIENTE	3	3	101	97
CIRCULAÇÃO DE AR EXCESSIVA	1	1	103	99
POLUIÇÃO	0	0	104	100

Conforto térmico

Como no Rio de Janeiro têm-se apenas duas estações bem definidas, quis ser verificado qual era a opinião dos moradores acerca da sensação térmica durante os meses de verão e os meses de inverno, as respostas podem ser verificadas na **Tabela 12**.

Tabela 12 – Opinião sobre o conforto térmico dos moradores entrevistados do DSUP, Complexo de Manginhos, RJ.

ASPECTO AVALIADO	RESPOSTAS											
	MUITO QUENTE		QUENTE		RAZOÁVEL		FRIO		MUITO FRIO		NÃO INFORMADO	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
VERÃO	70	67	19	18	15	15	0	0	0	0	0	0
INVERNO	0	0	11	11	50	48	1	17	24	23	1	1

A partir destes dados pode-se analisar que os apartamentos do PAC não apresentam bom desempenho com relação ao conforto térmico²⁹, não atendendo muitas vezes as exigências dos usuários no tocante a zona de conforto.

²⁹ Situação em que o usuário está em equilíbrio térmico com o ambiente, onde a troca de calor se dá de forma natural, sem estresse orgânico (Martucci & Basso, 2002).

Dificuldades na realização de tarefas

Setenta e dois entrevistados (69%) afirmaram que apresentam algum tipo de dificuldade na realização de tarefas no apartamento. Das dificuldades mais citadas, a principal foi a de lavar e estender as roupas.

Dos noventa e quatro entrevistados que moravam com seus parentes, setenta e nove moradores (84%) afirmaram que estes não apresentavam dificuldade alguma na realização de tarefas. Mas quinze moradores relataram algum tipo de dificuldade, tais como: *“minha filha tem dificuldade em guardar a bicicleta”*; *“meu marido tem dificuldades de subir até o quarto andar”*; *“minha filha tem dificuldade de se locomover dentro do apartamento e para dar banho nela, eu coloco ela no tanque”*; *“meu filho tem dificuldade de locomoção não consegue sentar no vaso, pois levou um tiro”*; *“minha mãe tem dificuldade de lavar roupa”*; *“os meninos tropeçam em tudo porque é pequeno”*; *“a arrumação é difícil por causa das pilastras para fora”*; *“dificuldade de dormir por causa do som”*; *“falta de espaço para as meninas brincarem dentro do apartamento”*; *“pendurar roupa e instalar o ar condicionado”*; *“minha filha tem problema quando ela sobe as escadas, pois ela tem problema de falta de ar”*; *“as crianças têm dificuldade de dormir não tem aonde botar a cama ai dorme todo mundo no chão”*;

Duas moradoras afirmaram que seus parentes não têm dificuldades, mas comentaram: *“... mas quando meu filho era pequeno era difícil de subir com o carrinho”*; *“... minha mãe colocou uma corda no corredor para pendurar a roupa senão não tinha lugar para estender”*.

A dificuldade relatada de lavar e estender a roupa se configura como um reflexo do tamanho do apartamento e da ausência de uma área de serviço adequada. É importante ressaltar que o projeto original não previa uma sacada e esta foi colocada posteriormente para utilização de varal de chão (Freire & Souza, 2010).

Ao se atentar para a questão da acessibilidade, o fato destas edificações possuírem apenas escadas como opção de acesso para os apartamentos pode ser um fator limitador, principalmente, para idosos e para mães que precisam utilizar os carrinhos de bebê, como foi citado por alguns moradores. Durante esses comentários, chegou a ser comentada a possibilidade de se ter elevador ou até mesmo rampas para facilitar o acesso.

Problemas no apartamento

Foram levantados todos os problemas citados pelos entrevistados em relação aos seus apartamentos. A **Tabela 13** apresenta os respectivos resultados.

Tabela 13 – Problemas relatados pelos moradores do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.

PROBLEMA	FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS	
	n	%
INFILTRAÇÃO	57	21
OXIDAÇÃO DOS MATERIAIS	54	20
RACHADURA	53	19
INFESTAÇÃO DE INSETOS	50	18
PORTA ESTUFADA/DESCASCADA/EMPERRADA	10	4
CHUVA DE VENTO*	8	3
PROBLEMA COM O ABASTECIMENTO DE ÁGUA	7	3
PISO DESNIVELADO	9	3
VAZAMENTO	6	2
INSTALAÇÃO ELÉTRICA	5	2
MURO DO CORREDOR BAMBO	2	1
OUTROS	15	4
TOTAL	276	100

*Esta categoria relata a dificuldade que os moradores apresentam quando ocorrem chuvas de vento. Eles não conseguem impedir que a água entre pela cozinha já que o basculante não pode ser fechado e também pela soleira da porta do quarto dos fundos.

Nota-se que infiltração, oxidação dos materiais, rachadura e infestação de insetos são os principais problemas apontados pelos entrevistados e cabe ressaltar como um simples detalhe que é o não fechamento dos basculantes da cozinha impacta no cotidiano dos moradores ao lidar com as intempéries da natureza.

Na categoria “OUTROS” encaixam-se os seguintes comentários: “a parede do corredor de circulação externo deveria ser mais alta por causa das crianças”; “falta de iluminação na área coletiva”; “forro estufado”; “grade da varanda descascando”; “inundação do apartamento”; “janela da sala descascando”; “não tem segurança porque não tem portão no corredor”; “o forro está se afastando”; “o piso do banheiro é escorregadio”; “o revestimento do banheiro já caiu”; “quando a caixa de água vaza”; “rejunte do banheiro já esta soltando”; “revestimento da parede soltando”; “torneira e

registro não funcionam”; “vaso encadirdo desde que entregaram parecia que tinha sido usado”.

Outro problema verificado foi o excesso de peso sobre a varanda. Em alguns casos o espaço serve para colocar alguns pertences e também foi observado que alguns moradores estão colocando placas de cerâmica para evitar que o piso do platô, que está com ferrugem, fique exposto.

O que se nota é que o sistema construtivo utilizado é muito precário, o que facilita a deterioração rápida do imóvel.

Qualidade dos materiais e instalações

A qualidade dos materiais utilizados e das instalações executadas foi duramente criticada pelos diversos atores entrevistados. Este fato, no que tange os materiais utilizados no revestimento, foi ratificado pelas respostas dos moradores ao questionário aplicado (TABELA 14).

Tabela 14 – Opinião dos moradores sobre a qualidade dos materiais e instalações existentes nos apartamentos do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.

ASPECTO AVALIADO	RESPOSTAS									
	ÓTIMA		BOA		RAZOÁVEL		RUIM		NÃO SABE	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
MATERIAIS DE REVESTIMENTO	3	3	23	22	26	25	52	50	0	0
PORTAS E JANELAS	2	2	45	43	25	24	32	31	0	0
INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS	7	7	48	46	19	18	29	28	1	1
FACILIDADE DE LIMPEZA	18	17	59	57	13	13	14	13	0	0
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	10	10	62	60	15	14	17	16	0	0
INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	4	4	64	62	14	13	22	21	0	0

Ainda em relação aos materiais de revestimento, os moradores relataram que a tinta utilizada na parede sempre suja as roupas e que o piso solta muita poeira. Outro item bastante comentado foi a utilização dos tijolos de encaixe, que *“esfarelam com facilidade”*.

Com relação aos outros aspectos avaliados, os moradores em sua maioria consideram os como bons, embora comentassem que muitas portas e janelas estivessem apresentando manifestações patológicas, como ferrugem e estufamento da madeira. Quanto

às instalações hidráulicas, não há muitos comentários que se refiram a instalação propriamente dita e sim a qualidade dos componentes do sistema hidráulico, como torneiras, registros, chuveiros.

Quanto ao aspecto “FACILIDADE de LIMPEZA” se concentra o fato do apartamento só apresentar um ralo, que fica situado na área molhada do banheiro. Parte desta dificuldade foi superada após a instalação de placas de cerâmica no piso por parte dos residentes. Além de ter sido ressaltado o fato de ser fácil limpar o apartamento, pois este é bem pequeno.

Uma das características mais comentadas sobre as instalações elétricas é o fato das lâmpadas não estarem instaladas com seus respectivos bocais, o que acabou deixando a fiação exposta. Também alguns moradores relataram que o número de tomadas e a posição das mesmas não atende as suas necessidades. Estas características revelam que o apartamento foi planejado sem a flexibilidade de opção para a disposição dos móveis.

O último item avaliado foram as instalações sanitárias, que segundo os moradores apresentam diversas ocorrências de entupimento, vazamento e em algumas situações até mesmo refluxo. Em algumas residências houve o relato de que as descargas também estariam tendo problemas.

Santos (2012) ressalta um tópico de suma importância que é o fato do Manual do Proprietário não possuir informações sobre procedimentos para emergência, o que vai na contramão do que é preconizado pela norma técnica. Segundo a ABNT em sua norma 14.037:

“O Manual deve conter instruções sobre procedimentos a serem adotados em casos típicos de emergências, como incêndios e vazamentos de gás, e em falhas de instalações e equipamentos julgados críticos ao funcionamento da edificação, como elevadores, instalações de ar condicionado, instalações hidráulicas e sanitárias, instalações elétricas, etc..” (ABNT, 2008)

Resíduos sólidos

Quando questionados sobre o hábito de deixar o lixo nos corredores, 53% dos moradores disseram não deixar o lixo no corredor. Sobre a periodicidade, 86% jogam o

lixo todos os dias nos contêineres; 11% três vezes na semana; 2% uma vez na semana e 1% duas vezes na semana.

Também foi verificado em que áreas da residência os moradores tinham algum tipo de lixeira e se esta possuía tampa ou não. Vinte e sete por cento das lixeiras que estavam na cozinha tinham tampa e 10% estavam sem; no banheiro, 25% possuíam tampa e 17% não; 9% dos moradores utilizam sacola na cozinha e 2% no banheiro; 3% das pias tinham lixeira com tampa e 2% sem; 2% eliminam o papel higiênico no vaso sanitário; 2% deixam uma lixeira no corredor; e outros 1% colocam uma lixeira sem tampa no lavabo.

Estes dados são relevantes, pois num local aonde há um grande problema que é a infestação de baratas, muitos moradores não costumam tapar suas lixeiras, o que poderia diminuir a presença deste tipo de vetores.

Satisfação com o apartamento

O nível de satisfação com os apartamentos do DSUP foi questionado perante aos moradores e verificou-se que 57% destes estão satisfeitos e 25% muito satisfeitos (**GRÁFICO 8**). Vale a pena ressaltar que uma pergunta semelhante foi feita logo no início do questionário e quando comparamos as duas, o percentual se manteve. Outro fator relevante, que já foi citado anteriormente, é o fato de que 43% dos entrevistados viviam em barracos e ao comparar a situação anterior com a atual eles não ponderam a situação ideal.

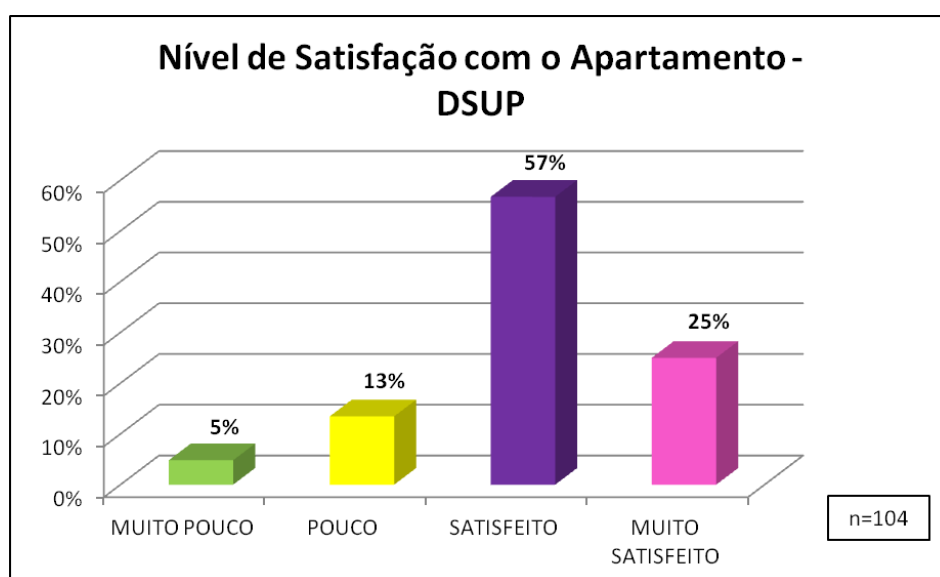


Gráfico 8 – Nível de satisfação dos moradores com os apartamentos do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.

Apesar dos problemas relatados anteriormente, a maioria dos comentários são favoráveis, confirmando o que foi respondido na pergunta fechada. Eles valorizam a posse e fuga do aluguel, além de ressaltar a diferença das condições sanitárias em relação a moradia anterior, mesmo que reconheçam que as “*obras foram feitas de qualquer jeito*”.

3.2.2.3 O entorno e a infraestrutura

Além das características sócio-demográficas e das características do apartamento foi questionado aos moradores quanto o entorno e a infraestrutura do DSUP. Para esta avaliação foram levantadas informações em relação à qualificação das áreas livres, utilização dos equipamentos comunitários, falta de serviços na comunidade, meios de transporte, qualificação dos serviços, grau de satisfação em morar na comunidade e de relação de vizinhança.

Qualificação das áreas livres

Foi questionado como os entrevistados consideram a qualidade das áreas livres pertencentes ao DSUP. Trinta e três por cento afirmaram que essas áreas são ótimas e 30% que são boas, mas chama a atenção que 21% as consideram como espaços ruins (GRÁFICO 9).

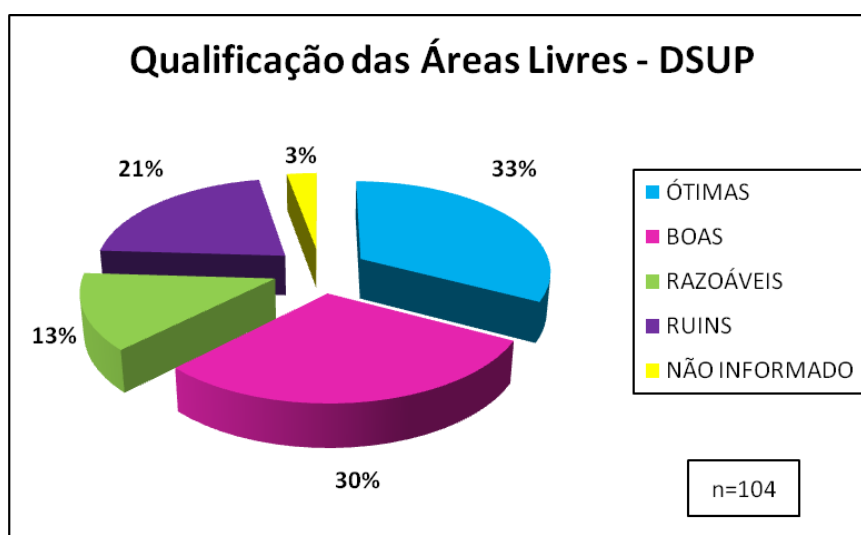


Gráfico 9 – Qualificação das áreas livres pelos moradores do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.

Com relação aos apontamentos positivos, essas áreas se destacam “*como um espaço para as crianças ficarem a vontade*” e para as pessoas fugirem do calor de seus apartamentos. Ao se verificar os comentários emitidos após a qualificação das áreas livres percebeu-se que os moradores que comentaram que essas áreas eram ruins, as consideravam assim pelo mau uso dos próprios usuários e que as áreas livres mais deterioradas eram as que ficavam na parte mais escondida do Centro Cívico.

Romero & Viana (2002) chamam atenção para a diferença de comportamento dos moradores em relação aos seus apartamentos e aos espaços públicos do conjunto. Eles citam Newman (1996) para explicar tal fenômeno, já que este considera que “*os moradores mantêm controladas unicamente aquelas áreas que são claramente demarcáveis e identificáveis como sua propriedade...observa-se praticamente a ausência de manutenção dos espaços exteriores...*”.

Utilização dos equipamentos comunitários

Com relação à utilização dos equipamentos comunitários, os equipamentos que apresentam maior uso foram a biblioteca (77%), a Clínica da Família (86%) e a UPA 24h (89%) (TABELA 15). Estes dados confirmam as impressões descritas no subcapítulo anterior onde é relatada a movimentação de usuários nestes espaços. Outra informação que é relevante é a pouca utilização da academia e da Casa da Mulher, o que indica que estes serviços devem ser mais bem estruturados para que tenham uma maior aproximação com a comunidade.

A categoria “CASA AMARELA” foi adotada, pois é o nome que os moradores utilizam para denominar o galpão onde ficam o Canteiro do PAC Social, o Centro de Apoio e de Geração de Renda e o Apoio Jurídico. Muitos moradores relataram que iam ou que ainda vão a este “equipamento”, que neste caso era especificamente o Canteiro do PAC, para resolver diversas demandas do apartamento, como documentação e pedido de vistoria pela EMOP.

Tabela 15 – Utilização dos equipamentos comunitários do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.

EQUIPAMENTO	RESPOSTAS			
	SIM		NÃO	
	n	%	n	%
BIBLIOTECA	80	77	24	23
CLINICA DA FAMILIA	89	86	15	14
UPA 24H	93	89	11	11
QUADRAS POLIESPORTIVAS	39	38	65	62
CRJ	34	33	70	67
ACADEMIA	10	10	94	90
FAMACIA POPULAR	45	43	59	57
CASA AMARELA	48	46	56	54
CASA DA MULHER	8	8	96	92

Além dos equipamentos relatados na **Tabela 15** também foram citados a Fundação de Apoio a Escola Técnica (FAETEC), que fica localizada na Avenida Leopoldo Bulhões (1) e hidroginástica, que é oferecida na Escola Estadual Compositor Luiz Carlos da Vila (2).

Falta de serviços na comunidade

Os entrevistados relataram que os tipos de serviço que eles mais sentem faltam no DSUP são os relacionados com o comércio e com a educação (**TABELA 16**).

Tabela 16 – Tipos de serviços ausentes no DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.

CATEGORIA	FREQUÊNCIA DAS RESPOSTAS	
	n	%
COMÉRCIO	158	55
EDUCAÇÃO	40	14
MANUTENÇÃO	25	9
ESPORTE	20	7
ESTRUTURA	13	4
SAÚDE	9	3
CULTURA E LAZER	8	3
INTERNET	7	2
EMPREGO E RENDA	6	2
SERVIÇO SOCIAL	2	1
MOBILIDADE URBANA	1	>1
TOTAL	289	100

É importante ressaltar o que compõe as onze categorias adotadas para demonstrar a diversidade de informações coletadas acerca deste questionamento. A categoria “COMÉRCIO” foi composta por: padaria, hortifruti, açougue, mercadinho/mercado/supermercado, feira, correios, casa de material de construção, farmácia, banca de jornal; casa lotérica, banco, caixa eletrônico, shopping; “EDUCAÇÃO” por: maior aproveitamento da escola, cursos, creche, escola de nível fundamental, reforço escolar, programa para crianças especiais; “MANUTENÇÃO”: manutenção das áreas coletivas, gari, síndico, limpeza, manutenção da caixa de gordura, *“se acontecer alguma coisa não tem um responsável. a EMOP disse que não se responsabiliza por mais nada”*; “ESPORTE”: maior aproveitamento da piscina, vila olímpica, hidroginástica, academia aberta na praça; “ESTRUTURA”: salão de festas, fechamento do condomínio, igreja católica, estacionamento, bicicletário e *“sinto falta de minha casa modelo tinha quintal”*; “SAÚDE”: melhor atendimento na saúde; “CULTURA E LAZER”.; “INTERNET”: internet banda larga e internet gratuita; “EMPREGO E RENDA”: mais oportunidade de emprego renda; “SERVIÇO SOCIAL”: o próprio; “MOBILIDADE URBANA”: integração para o metrô.

Ao se comentar da ausência da figura de um síndico para gerenciar as demandas do condomínio, uma das responsáveis pelo Trabalho do PAC Social, afirmou que todo o processo desenvolvido pela equipe em conjunto com os moradores nas reuniões foi realizado e os respectivos síndicos e subsíndicos foram eleitos, porém estes no dia posterior a eleição foram despossados pelo poder paralelo que à época atuava firmemente na localidade. Até hoje, mesmo com a pacificação, a discussão em torno deste aspecto só fica no campo das ideias. O que pode ser observado durante o trabalho de campo foi na verdade a construção de uma sede da Associação de Moradores do DSUP 1 e DSUP 2 (**FIGURA 22**). Vale a pena ressaltar três características relativas a esta Associação: (1) sua construção é irregular; (2) sua principal função é receber e distribuir as cartas (a distribuição é apenas para os sócios, os demais têm que ir à sede buscar suas correspondências); (3) muitos moradores têm dúvidas quanto a sua legitimidade.



Figura 22 – Construção da sede da Associação dos Moradores do DSUP, Complexo de Manginhos, RJ.

Perante a este cenário, o que se nota é uma discreta resolutividade das questões coletivas, o que acarreta principalmente no abandono dos espaços coletivos, como já descrito anteriormente. Também foi relatado que alguns dos problemas que conseguem ser resolvidos possuem algum tipo de vínculo com políticos da região, fazendo com que este moradores continuem vivenciando um fenômeno muito característico das regiões mais carentes, que é a troca de voto por algum tipo de benfeitoria.

Meios de transporte

Os meios de transportes mais utilizados pelos moradores são os ônibus (92%) e as kombis ou vans (78%) (**TABELA 17**).

Tabela 17 – Utilização dos meios de transporte pelos moradores do DSUP, Complexo de Manginhos, RJ.

MEIO DE TRANSPORTE	RESPOSTAS			
	SIM		NÃO	
	n	%	n	%
ÔNIBUS	96	92	8	8
TREM	20	19	84	81
METRO	18	17	86	83
CARRO	16	15	88	85
BICICLETA	26	25	78	75
KOMBI VAN	81	78	23	22
MOTO TÁXI	25	24	79	76
TÁXI	17	16	87	84
MOTO	9	9	95	91
MARÍTIMO	1	1	103	99

É interessante notar que 25% dos entrevistados afirmaram usar bicicleta para se locomover o que reforça a necessidade de construção de ciclovias, porém mesmo previstas no projeto, nenhuma foi construída até o presente momento.

Quando questionados se eles tinham alguma dificuldade na utilização dos meios de transporte setenta e sete entrevistados (74%) afirmaram que não há dificuldades e que no DSUP eles têm várias opções. Alguns moradores comentaram que para muitos é só atravessar a rua, que o ônibus passa na porta de casa e que eles têm a opção de ir para a Avenida Dom Helder Câmara (antiga Avenida Suburbana) ou para a Avenida Leopoldo Bulhões, o que aumenta a variedade de linhas que podem ser utilizadas. Mas, 25% dos entrevistados relataram que apresentam algum tipo de dificuldade, tais como: *“ônibus não para no ponto e demora”*; *“o ônibus demora e quando vêm é lotado”*; *“tenho dificuldade quando saio com a minha filha cadeirante, pois o motorista do ônibus não ajuda e até se recusa a sair do lugar dele”*; *“com a pacificação as crianças não podem andar de moto táxi”*; *“antes da pacificação o 350 não parava”*; *“o metrô é distante”*.

Qualificação dos serviços

Os serviços oferecidos no DSUP foram qualificados pelos entrevistados e seus resultados estão expressos na **Tabela 18**.

Tabela 18 – Qualificação dos moradores perante aos serviços prestados no DSUP, Complexo de Mangunhos, RJ.

ASPECTO AVALIADO	RESPOSTAS											
	ÓTIMO		BOM		RAZOÁVEL		RUIM		NÃO TEM		NÃO INFORMADO	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
ENERGIA	34	33	54	52	9	9	7	7	0	0	0	0
AGUA	2	2	11	11	32	31	59	57	0	0	0	0
ESGOTO	5	5	35	34	22	21	42	40	0	0	0	0
ESCOAMENTO CHUVA	5	5	34	33	24	23	41	39	0	0	0	0
COLETA LIXO	36	35	61	59	3	3	4	4	0	0	0	0
SEGURANCA	9	9	37	36	22	21	35	34	0	0	1	1
TELEFONIA FIXA	1	1	10	10	7	7	4	4	82	79	0	0
INTERNET	2	2	8	8	4	4	13	13	77	74	0	0
TELEFONIA MÓVEL	12	12	46	44	19	18	21	20	4	4	2	2
TV A CABO	9	9	25	24	2	2	2	2	59	57	7	7

Verificou-se que água, escoamento da chuva e esgoto ainda representam um grande problema para estes moradores, já que estes em sua maioria os qualificaram como ruins.

Também nota-se uma alta prevalência de famílias que não possuem serviços de telefonia fixa, internet e TV a cabo. O motivo de muitas residências não possuírem telefonia fixa é que não foi instalado, no DSUP, o cabeamento necessário para oferecer este tipo de serviço; já em relação à internet, o serviço que o governo oferecia de forma gratuita não funciona mais e há mais de dois anos. Além disso, quem possui acesso à internet é por meio de modem 3G. Esse serviço não tem uma velocidade de taxa de transferência alta, o que acarreta em conexão bem lenta. Os moradores não possuem acesso à internet banda larga pelo mesmo motivo da ausência da telefonia fixa, que é a falta de cabeamento.

O que se observa é um grande domínio de uma operadora de telefonia e pouco investimento para tentar resolver esta questão da ausência de estrutura para o estabelecimento do serviço, mesmo representando uma demanda de mercado.

Grau de satisfação em morar na comunidade

Foi questionado aos entrevistados o quanto eles gostavam de morar no DSUP. A maioria destes (69%) afirmou gostar muito de morar nesta localidade (**GRÁFICO 10**).

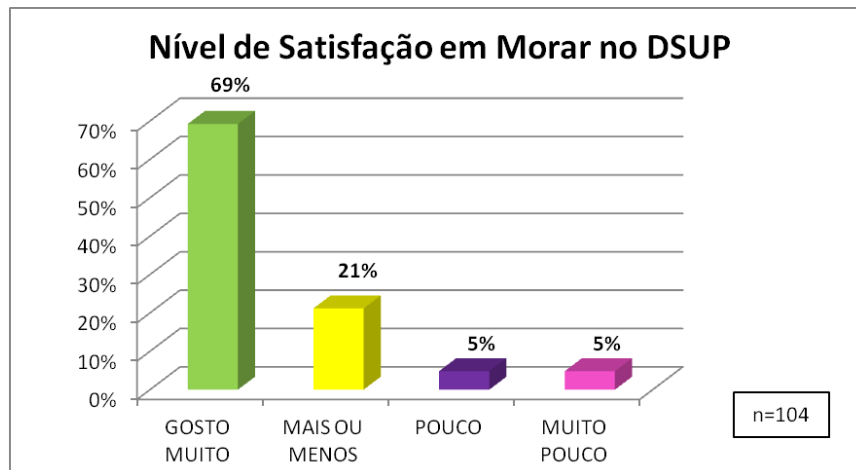


Gráfico 10 – Nível de satisfação dos entrevistados em morar do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.

Os relatos mais frequentes estavam relacionados com a tranquilidade e a facilidade de transporte. Esta última revela que o DSUP tornou a cidade mais acessível para os moradores, já que estes não precisam caminhar longas distâncias para ter acesso aos meios de transporte e às áreas comerciais. Além disso, alguns moradores afirmaram que hoje em dia os táxis os deixam próximo às suas residências.

Relação de vizinhança

Buscou-se avaliar a relação de vizinhança e verificou-se que quarenta e cinco por cento dos moradores afirmaram que a relação com os vizinhos é boa, seguido de 35% que afirmaram que é ótima (**GRÁFICO 11**), apesar dos problemas como som alto e barulho, falta de privacidade.

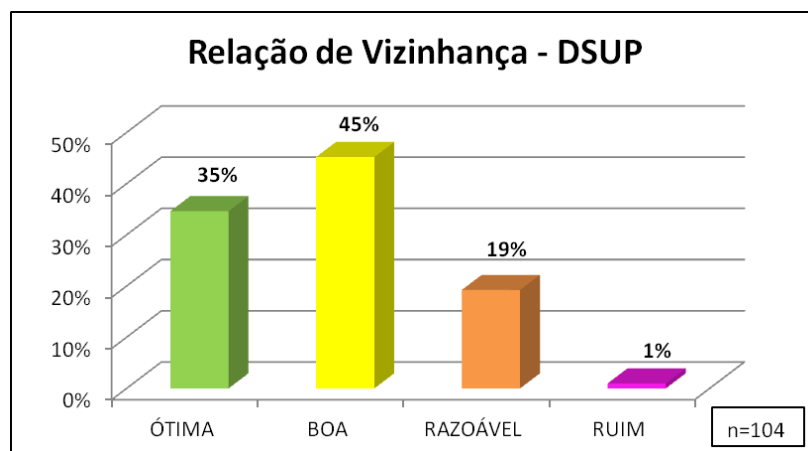


Gráfico 11 – Qualificação da relação de vizinhança dos moradores do DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.

Geralmente os vizinhos apresentam bom relacionamento. Os problemas são pontuais, tais como: lixo no corredor; crianças brincando no corredor; sujeira dos animais; e música alta; porém outro fato detectado é que a tentativa de se apropriar do espaço ofertado pelo Governo também pode gerar situações que produzem desavenças, como por exemplo: quando os moradores tentam resolver o problema de abastecimento de água e acabam provocando problemas/danos/prejuízos para os demais.

CAPÍTULO 4 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Da época das cavernas até os dias atuais, a moradia sempre teve um papel primordial para o desenvolvimento do indivíduo. Se antes a caverna proporcionava apenas segurança e abrigo, hoje a habitação expandiu suas potencialidades, desempenhando as funções: social, ambiental e econômica; e portando diversas dimensões (física, sanitária, psíquica). Tal fenômeno leva à discussão deste *habitat* como um espaço promotor da promoção da saúde.

Dentro deste contexto, no Brasil, as políticas habitacionais nunca conseguiram dar conta das reais necessidades e demandas da população, principalmente no que tange às HIS. Em sua grande maioria, estas sempre estiveram vinculadas aos interesses mercadológicos, tais como: produção de moradias em larga escala a custos e qualidade reduzidos, adotando modelos padronizados como se representasse uma linha de montagem da era industrial; mudanças legais sobre o uso e ocupação do solo, como por exemplo, a especulação da construção de um conjunto habitacional dentro do terreno da Refinaria de Mangueiras, território totalmente contaminado e sem condições de receber esse tipo de ocupação. Tal característica contribui para o cenário atual que revela um grande déficit habitacional tanto em termos quantitativos quanto qualitativos.

O PAC tem o objetivo de estimular a retomada do desenvolvimento no país e afirma que para se alcançar este patamar há que superar os gargalos da economia, estimular a produtividade e diminuir as desigualdades regionais e locais, logo se faz

premente o estímulo em investimentos nas áreas de infraestrutura urbana e social, e com isso a questão da habitação é recolocada em xeque.

Num cenário em que se propõe a redução da miséria, a política de HIS atua como protagonista (junto com as políticas da transferência de renda) prevendo a inclusão do indivíduo como sujeito participante de sua própria história, já que tem o intuito de dar condições de vida além da simples e precária sobrevivência que tinham anteriormente. Porém, o que foi observado neste estudo é que o PAC Manguinhos continua reproduzindo as mesmas falhas que os programas anteriores, embora tenha investido um grande aporte de recursos que permitiu diversas modificações e intervenções neste território.

Ao se analisar o desenrolar deste Programa pode-se verificar diversos aspectos que limitam ou até mesmo desconsideram a legitimidade e a real importância da participação da população nas instâncias decisórias e de fiscalização das intervenções realizadas. O que foi observado é que além de não considerar as demandas da população local, outras falhas que comprometem a sustentabilidade destas intervenções e reafirmam uma fragilidade deste Programa, enquanto política pública habitacional, foram recorrentes. Apontam-se aqui como falhas, principalmente, o emprego de materiais de baixa qualidade ou inadequados perante ao público a que se destinam, a ausência de projetos executivos, o superfaturamento de projetos ou projetos que estouraram o orçamento e a falta de continuidade dos processos iniciados no território (assistência social, manutenção dos espaços coletivos e orientação técnica para os moradores, principalmente com o intuito da preservação dos espaços habitacionais).

Reconhece-se também a presença de um cunho político eleitoral onde os interesses privados e individuais foram fenômenos transversais durante todo o processo, e tiveram um peso maior do que os interesses da população local, que se inibia com as possibilidades de perda do investimento na região. Além disso, foi constatado que a lógica do processo de financiamento em todas as instâncias não permitiu uma ação compartilhada entre as partes, por vezes motivados pelos limites e prazos burocráticos, assim houve a manutenção da lógica de projetos impostos de forma verticalizada. O que de fato se percebe é que atividades como as do Trabalho Social, as audiências públicas e outras reuniões que envolvem a população muitas vezes ocorrem *pró forma*, pois sem estas não haverá liberação de recursos, e em sua maioria resultam em relatórios que não tem força para provocar a mudança nas intervenções.

Tecnicamente o estudo não teve como prioridade verificar se as intervenções do PAC Manguinhos contemplaram as legislações e atenderam as normas vigentes. Seu objetivo foi entender o processo deste Programa para que se pudesse lançar uma discussão acerca da pós-ocupação na área de estudo, que foi o DSUP. O real interesse era conhecer a percepção dos moradores em relação aos espaços ofertados por esta política pública e como estes estavam se apropriando destes locais.

Com base nos resultados alcançados, afirma-se que os moradores do DSUP estão satisfeito com os seus apartamentos, embora estes admitam que essas residências pudessem possuir um tamanho mais concernente com o número de ocupantes e com o estilo de vida de seus próprios habitantes. Muitos entrevistados também não deixaram de demonstrar a satisfação com estes espaços quando os comparavam com as condições anteriores de moradia, porém é fato que estes espaços são bem distantes do que pode ser considerado como ideal, em termos de habitação saudável, já que apresentam características que ferem aos princípios de privacidade e habitabilidade, tais como: a utilização de materiais de baixa qualidade, baixo desempenho térmico, subdimensionamento dos cômodos, entre outros.

Ao se analisar a apropriação das unidades habitacionais e do seu entorno foram verificadas diversas alterações. Nos apartamentos as mais recorrentes estavam relacionadas à funcionalidade da moradia e nos espaços coletivos, a necessidade de se possuir pontos comerciais. Afirma-se aqui que algumas destas alterações são consideradas como irregulares, porém muitas são frutos da não participação efetiva da população durante todas as etapas do PAC em Manguinhos. As reais demandas dos moradores não foram consideradas e estes ao tentar usufruir destes espaços, começam a impregná-los conforme suas aspirações, necessidades e cultura.

Ainda no contexto dos espaços públicos pode-se verificar a ausência de manutenção tanto pelas instâncias governamentais quanto pelos próprios moradores, o que tem gerado diversos problemas, sendo algum destes relacionados à salubridade destes espaços.

Conforme os moradores relataram, os problemas mais recorrentes nos apartamentos estão relacionados com infiltração, oxidação dos materiais e rachaduras. O que se percebe, principalmente, com relação às rachaduras é uma constante sensação de incertezas e insegurança. Mesmo que os técnicos da EMOP façam a verificação nos apartamentos e determinem que estas manifestações patológicas não sejam fatores que influenciem a

estrutura da edificação, estes moradores não conseguem abandonar a preocupação, principalmente porque consideram que as obras foram executadas de qualquer jeito.

No tocante aos equipamentos comunitários, verificou-se que a Biblioteca, a UPA 24h e a CFVV são os equipamentos mais utilizados pelos moradores, embora houvesse manifestações de que os serviços referentes à saúde precisam ser aprimorados. Além disso, quando questionados a respeito da falta de serviços, muitos moradores afirmaram que no DSUP deveria haver um espaço destinado a pontos comerciais, como padarias e mercados, pois estes relataram que precisam se deslocar em uma distância considerável para acessar estes tipos de serviços.

Com relação à qualidade dos serviços, conclui-se que água, drenagem pluvial e esgotamento sanitário ainda continuam configurando um grande entrave no cotidiano desses indivíduos. Porém, quando questionados da satisfação de morar no DSUP 69% afirmaram gostar muito de viver nesta localidade, principalmente por esta oferecer facilidade de acesso aos meios de transporte, ser um local tranquilo e possuir os equipamentos comunitários bem próximos às residências, além de apresentar uma boa relação entre os vizinhos.

Sendo assim, ao se transcorrer uma análise do PAC, como um programa de efetivação de uma política pública habitacional, pode-se afirmar que ele não foi capaz, em sua totalidade, de construir ambientes saudáveis, sustentáveis e seguros, considerando os preceitos referenciados pelos campos da Promoção da Saúde e da Habitação Saudável.

Diante das reflexões elaboradas durante todo este estudo, apresentam-se a seguir algumas recomendações que podem contribuir para que este Programa (ou os futuros projetos no campo da política habitacional) busque o ideário da construção de moradias dignas e promotoras de saúde:

- 1 - Necessidade da realização de um estudo técnico baseado nas normas vigentes com o objetivo de confrontar com o que foi avaliado/percebido pelos moradores, já que essas habitações apresentam problemas relacionados com conforto técnico, privacidade, qualidade das materiais empregados, e principalmente para verificar se estas unidades habitacionais possuem as dimensões que correspondem de fato ao que é preconizado pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

- 2 - Retomada de responsabilidade nos pontos referentes à infraestrutura e serviços, pois percebe-se que essa população ainda convive com problemas que impactam diretamente na qualidade de vida;

3 - Avaliação do uso dos equipamentos sociais a fim de verificar se estes estão cumprindo sua função dentro do contexto da comunidade e promovendo o empoderamento do território. Ressaltando aqui a necessidade de delineamento de propostas que tenham como público alvo crianças, jovens e adolescentes;

4 - Acompanhamento social das famílias, já que muitas possuem dívidas devido aos novos custos gerados pela legalização da distribuição de energia elétrica e abastecimento de água na região. Além da verificação do que fato ocorreu com os verdadeiros proprietários dos apartamentos, bem como o reconhecimento dos atuais usuários destas unidades habitacionais, a fim de promover uma continuidade do trabalho proposto.

BIBLIOGRAFIA

Abiko AK. Introdução à gestão habitacional. São Paulo: Escola Politécnica da USP, Departamento de Engenharia de Construção Civil, 1995.

Adorno TW. Indústria cultural e sociedade. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

Agenda 21. Conferencia das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED/Rio 92). Brasília: Senado Federal, 1992.

Aragão JM. Sistema Financeiro da Habitação: uma análise sociojurídica da gênese, desenvolvimento e crise do sistema. Curitiba: Juruá Editora, 3ª ed, 2006.

Banco Mundial. Informe sobre o Desenvolvimento Mundial. Washington: Banco Mundial, 1991.

Bardin L. Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

Bezerra D. Alagados, mocambos e mocambeiros. Recife: Imprensa Universitária, 1965.

Binotto GA. O Estado e a política habitacional: um estudo da região conurbada de Florianópolis no período de 1964/1992. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

Bolaffi G. A casa das ilusões perdidas: aspectos socioeconômicos do Plano Brasileiro de Habitação. São Paulo: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 1977.

Bonduki N. Origens da habitação social no Brasil. São Paulo: Estação Liberdade/FAFESP, 1998.

Bonduki N. Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais – Uma metodologia para avaliar programas de habitação. São Paulo:IEE/PUC-SP, 2002.

Botega LR. A política habitacional no Brasil (1930-1990). Revela. Periódico de Divulgação Científica da FALS. Ano I - Nº. 02, 2008. Disponível em <<http://www.fals.com.br/revela11/politicahabitacional.pdf>>. Acesso em: 02 de abril de 2012.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 10 de janeiro de 2011.

_____ (2005) Lei nº. 11.124 de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111124.htm>. Acesso em: 10 de janeiro de 2011.

_____ (2007a) PAC: Infraestrutura social e urbana terá R\$ 170,8 bilhões. Disponível em <<http://www.fomezero.gov.br/noticias/pac-infra-estrutura-social-e-urbana-tera-r-170-8-bilhoes/>> Acesso em: 12 de dezembro de 2011.

_____ (2007b) Primeiro balanço do PAC: janeiro a abril de 2007. Disponível em <<http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/0c80da2335c2de4bd3b74308a1018f55.pdf>> Acesso em: 12 de dezembro de 2011.

_____ (2007c) Programa de Aceleração do Crescimento: Apresentação do Governo Federal em 22 de janeiro de 2007. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/pac/070122_PAC_meditas_institucionais.pdf. Acesso em: 12 de dezembro de 2011.

_____ (2007d) Investimentos em Infraestrutura para o Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/pac/investimentos/investimentos-em-infra-estrutura-para-o-desenvolvimento-economico-e-social/print>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2011.

_____ (2008) Manual de instruções para contratação e execução dos programas e ações do Ministério das Cidades - Exercício de 2008. p.4

_____ (2009) FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Disponível em <http://www.fgts.gov.br/quem_administra.asp>. Acesso em: 10 de janeiro de 2012.

_____ (2011) Sobre o PAC. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em 12 de dezembro de 2011.

_____ (2010a). Ministério da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. Disponível em <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf>. Acesso em 20 de janeiro de 2012.

_____ (2010b). 10º Balanço das obras do PAC: Janeiro a Abril de 2010. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/pac/relatorios/estaduais/rio-de-janeiro-1/rio-de-janeiro-10o-balanco-janeiro-a-abril-de-2010>> Acesso em: 12 de dezembro de 2011

Buss, PM; et. al. Promoção da Saúde e a Saúde Pública – Contribuição para o debate entre as Escolas de Saúde Pública da América Latina. Rio de Janeiro: ENSP, 1998 (Mimeo.).

Buss PM. Uma introdução ao conceito de promoção da saúde. In: Czeresnia D, Freitas CM, organizadores. Promoção da Saúde: conceitos, reflexões e tendências. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

CEPAL. El Desarrollo Sustentable: Transformación Productiva, Equidad y Medio Ambiente. Doc. LC/G 1698. Santiago de Chile: CEPAL, 1991.

CNS. Conselho Nacional de Saúde. Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos. Resolução 196/96. Disponível em <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_96.htm>. Acesso em: 22 de novembro de 2011.

Cohen SC. Reabilitação de Favela: Até que ponto a Tecnologia Empregada é Apropriada? Dissertação. Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 1993.

_____. Habitação Saudável como um Caminho para a Promoção da Saúde. Rio de Janeiro. Tese [Doutorado em Saúde Pública] - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 2004.

CONSÓRCIO PAA AGRAR. Plano de Desenvolvimento Urbanístico do Complexo de Manguinhos – Relatório de Diagnóstico. 2004 (mimeo).

Cynamon SE. Globalização: Uma Proposta de Pacto Social Rural. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz, 1996.

Duarte CR; Silva OL; Brasileiro A. Favela, um bairro: propostas metodológicas para intervenção pública em favelas do Rio de Janeiro. São Paulo: Pro-Editores, 1996.

Fathy H. Construindo com o povo: arquitetura para os pobres. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

Fernandes M. Agenda Habitat para os municípios. Rio de Janeiro: IBAM, 2003.

Fernandes TM; Costa RGR. História de pessoas e lugares: memórias das comunidades de Manguinhos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. 232 p.

FINEP-GAP. Habitação Popular: inventário da ação governamental. Rio de Janeiro/São Paulo: FINEP, 1985.

Fisher GN. Psychologie des Espaces de Travail. Paris: Ed. Armand Colin, 1989.

Freire LL; Souza MD. Trocando o pneu com o carro andando: Uma etnografia do processo de intervenção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo de Manguinhos (Relatório Final). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2010.

Gil AC. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1991.

Gomes RCC; Silva AB; Silva VP. Política habitacional e urbanização no Brasil. Scripta Nova. Revista electrónica de geografia y ciencias sociales, vol. 3, nº. 146(083), 2003. Disponível em <[http://www.ub.es/geocrit/sn-146\(083\).htm](http://www.ub.es/geocrit/sn-146(083).htm)>. Acesso em: 24 de janeiro de 2012.

Goode W; Hatt P. Métodos em pesquisa social. São Paulo: Nacional, 1979.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sinopse dos Resultados do Censo 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/default.php?cod1=0&cod2=&cod3=&frm=hom_mul>. Acesso em: 01 de fevereiro de 2013.

Instituto Pereira Passos (IPP). Relatório sobre a situação das favelas na Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPP, 2002.

Kaztman R. Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social. Aguascalientes, México. Santiago de Chile: CEPAL; 2000. Disponível em <<http://www.eclac.cl/deype/mecovi/docs/TALLER5/24.pdf>>. Acesso em: 26 de maio de 2010.

Lay, MCD; Reis AT. Satisfação e comportamento do usuário como critérios de avaliação pós-ocupação da unidade e do conjunto habitacional. In: ENTAC 93 – Qualidade e Tecnologia na Habitação. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Tecnologia na Habitação (ANTAC), 1993

Lima CM; Bueno LB (Orgs). Território, participação popular e saúde: Manguinhos em debate. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2010.

Lopes RO; Martins GP. As Simetrias e Assimetrias dos Projetos Favela Bairro / PAC no Espaço Favelado Carioca, 2010. Disponível em: <www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=2537>. Acesso em: 24 de janeiro de 2013.

Maiolino ALG; et. al. O uso do solo urbano: históricas desigualdades, novas leis e algumas percepções de moradores da favela da Rocinha. Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, 7(2):243-256, 2007.

Marconi MA; Lakatos EM. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

Mascarenhas MDM; Silva MMA; Malta DC; et. al. Atendimentos de emergência por acidentes na Rede de Vigilância de Violências e Acidentes – Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, 14(5):1657-1668, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n5/07.pdf>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2013.

Melo MA. Política de habitação e populismo: o caso da Fundação da Casa Popular. In: Revista de Arquitetura e Urbanismo, 1990.

Menezes HC; Eloy S. Segurança das crianças nos ambientes construídos: Responsabilidade e boas práticas. LNEC, 26/27 Novembro 2009. Disponível em: <https://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/3002/1/HCM-SE_APSI_AdUrbem2009.pdf>. Acesso em 25 de fevereiro de 2013.

Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2007.

Minayo MCS; Miranda AC. Saúde e ambiente sustentável: estreitando nós. Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 2002.

Moraes A. Ergodesign do ambiente construído e habitado: ambiente urbano, ambiente público e ambiente laboral. Rio de Janeiro: iUER, 2004.

Morais MP. Breve Diagnóstico sobre o Quadro Atual da Habitação no Brasil. Revista Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/bpsociais/bps_04/BREVE.pdf>. Acesso em: 06 de março de 2012.

Neves JL. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. In: Caderno de Pesquisas em Administração. São Paulo, v.1, nº. 3, 2º sem., 1996.

Newman O. Defensible space: a new physical planning tool for urban revitalization. In: EDRA 27 – Public and Private Places, Environmental Design Research Association, Edmond, Oklahoma, 1996.

OMS (Organização Mundial da Saúde). Planos locais de Acção em Habitação e Saúde: manual de projectos. Geneva: World Health Organization; 2009.

Onibokun AG. Environmental issues in housing habitability. Environmental and Planning, vol. 5, p. 461-476, 1973.

Ornstein SW. A avaliação pós-ocupação (APO) como metodologia de projeto. Sinopses, Nº. 9, FAUUSP, São Paulo: Nobel, 1986.

_____. Ambiente construído e comportamento: a avaliação pós-ocupação e a qualidade ambiental. FAUUSP: FUPAM, São Paulo: Studio Nobel, 1995.

Ornstein SW; Roméro MA. Avaliação pós-ocupação do ambiente construído. São Paulo: EDUSP, Studio Nobel, 1992.

Pandolfo A; Pandolfo LM; Saúgo A; et al. Avaliação e comparação de projetos de habitação com base no valor percebido pelo usuário. Porto Alegre: SGE, 2010.

Pivetta F; Guimarães G; Almeida MG; et al. Saúde, Ambiente & Políticas Públicas: uma leitura do PAC Mangueiras-RJ, 2011. Disponível em: <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307712353_ARQUIVO_textocompleto_CONLAB2011_PIVETTA.pdf>. Acesso em: 29 de abril de 2013.

PNAD. Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios 2008. IBGE. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1455&id_pagina>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2012.

Ponte VMR; Oliveira MC; Moura HJ; Barbosa JV. Análise das metodologias e técnicas de pesquisas adotadas nos estudos brasileiros sobre balanced scorecard: um estudo dos artigos publicados no período de 1999 a 2006. Disponível em <<http://www.anpcont.com.br/site/docs/congressoI/03/EPC079.pdf>>. Acesso em: 24 de março de 2011)

Preiser WFE; Ostroff E. Universal Design Handbook. Nova York: Mc Graw Hill, 2001.

PROJETO GEO CIDADES. Relatório ambiental urbano integrado: informe GEO, Rio de Janeiro: Consórcio Parceria 21, 2002.

Rapoport A. *Vivienda y cultura*. Barcelona: Editora Gustavo Gili S. A., 1972.

Reis ATL; Lay MCD. Principais fatores afetando a satisfação e o comportamento dos usuários em conjuntos habitacionais. In: ENTAC 95 – Qualidade e Tecnologia na Habitação. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído (ANTAC), 1995.

Roméro MA; Ornstein SW. Avaliação pós-ocupação: métodos e técnicas aplicados à habitação social. Porto Alegre: Coleção Habitare/FINEP, 2003. Disponível em http://habitare.infohab.org.br/publicacao_colecao1.aspx. Acesso em: 09 de janeiro de 2012.

Santos ALF. Análise crítica do manual do proprietário do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Manguinhos. Trabalho de Conclusão de Curso [Especialização em Promoção de Espaços Saudáveis e Sustentáveis] – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, 2012.

Sennett R. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Tradução de Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.

Silva e Silva MO. *Política habitacional brasileira: verso e reverso*. São Paulo: Editora Cortez, 1989.

Souza RCF. *A Rua e sua Habitabilidade – Moradores e Espaço Urbano em Situação de Conflito: estudo de caso*. Dissertação. Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, 1998.

Stumpf R; Santos ZM. Habitação: novos enfoques e perspectivas. In: PAVIANI, A. (Org). *Brasília: moradia e exclusão*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

Teixeira PP. *Atenção Primária Ambiental: O foco na experiência local*. Debates Sócio-Ambientais 3 (8): 6-7, 1997.

Tomé CA. Avaliação pós-ocupação da quadra econômica Lúcio Costa em Brasília – DF: estudo das alterações ocorridas na quadra e nos edifícios. Dissertação. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, 2009.

Trabalho Social do PAC. *Manguinhos: Plano de Desenvolvimento Sustentável*. s.d.

Trindade, CP. *Não se faz omelete sem quebrar ovos: Política pública e participação social no PAC Manguinhos*. Rio de Janeiro. Tese [Doutorado em História] – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2012.

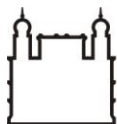
Turner JFC. *Housing by People. Towards autonomy in building environments*. London/New York: Marion Boyars Publishers Ltd, 1991.

Vilarouco VM. Modelo de avaliação de projetos: enfoque cognitivo e ergonômico. Tese. Florianópolis: Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2001.

Zaluar A; Alvito M. (Orgs). Um século de favela. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998.

ANEXO I

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA
INFORMANTE-CHAVE (TCLEIC)**

**Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental (DSSA) / Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) / Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) / Ministério da Saúde (MS)****Projeto de Pesquisa: Habitação Saudável nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento na Comunidade DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.**

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada “Habitação Saudável nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento na Comunidade DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ”. O objetivo desta pesquisa é analisar se as obras do PAC, realizadas na Comunidade DSUP, Manguinhos, RJ, foram, pela perspectiva da habitação saudável, capazes de criar ambientes saudáveis, sustentáveis e seguros.

O convite a sua participação se deve por você ter desenvolvido um papel ativo perante ao PAC em Manguinhos. A sua participação nesta pesquisa consistirá em ser entrevistado pelos pesquisadores do projeto. O tempo de duração da entrevista será de aproximadamente 1 hora e esta será gravada. Esta entrevista será previamente marcada conforme a sua disponibilidade e a do pesquisador. Sua participação será inteiramente voluntária e gratuita. A qualquer momento você poderá desistir de participar do estudo sem qualquer prejuízo.

Sua entrevista deverá ser identificada, devido ao seu papel/função representado no PAC/Manguinhos. Mas será divulgado somente o conteúdo que você permitir.

Os resultados obtidos nesse estudo serão divulgados na forma de comunicação científica. Ao final desta pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 196/96 e orientações do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da ENSP/FIOCRUZ.

Estes resultados não irão lhe beneficiar diretamente, mas poderão no futuro, beneficiar os moradores de Manguinhos, RJ e fornecer informações relevantes para a construção de novas moradias para pessoas de baixa renda.

Esta pesquisa foi aprovada pelo CEP da ENSP/FIOCRUZ, que procura garantir que os participantes da pesquisa estejam protegidos de qualquer dano. E se você quiser ter mais informações sobre esse comitê, você poderá entrar em contato pelo telefone: (21) 2598-2863, pelo e-mail: cep@ensp.fiocruz.br ou pelo site: <http://www.enso.fiocruz.br/etica>. Além disso, os pesquisadores responsáveis estarão à disposição para responder eventuais perguntas.

Você receberá uma cópia deste termo de consentimento, a outra cópia ficará com os pesquisadores, elas conterão a sua autorização para que o procedimento descrito acima seja executado e para confirmar a sua participação voluntária neste estudo.

Assinatura da(s) pesquisadora(s) responsável(veis): _____
Contato com as pesquisadoras responsáveis: Mestranda Adriana Paula Macedo Ferreira Pereira e Dr ^a Simone Cynamon Cohen; Telefone (21) 2598-2577; E-mail: apereira.ioc@gmail.com ou cohen@ensp.fiocruz.br; Endereço: Escola de Saúde Pública Sérgio Arouca FIOCRUZ Rua Leopoldo Bulhões, 1480 – 5º Andar - Manguinhos - Rio de Janeiro – RJ - CEP: 21041-210
Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar. <input type="checkbox"/> Permito () Não permito o uso de minha imagem. <input type="checkbox"/> Permito () Não permito a gravação de áudio e vídeo.
Assinatura do participante: _____
Nome do participante: _____
Endereço do participante: _____
Data: ____/____/____ Local: _____
Se Analfabeto: Na presença de uma Testemunha independente alfabetizada (Se possível indicada pelo participante).
Nome da testemunha: _____
Endereço da testemunha: _____
Assinatura da testemunha: _____
Data: ____/____/____ Local: _____

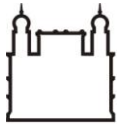
ANEXO II

ROTEIRO DE ENTREVISTA AO INFORMANTE-CHAVE

- 1 - Apresentação do projeto ao entrevistado.
- 2 – Apresentação do entrevistado.
- 3 – Relação do entrevistado com o PAC em Manguinhos, mais especificamente com as obras do DSUP.
- 4 – Apontamento dos aspectos positivos.
- 5 – Apontamento dos aspectos negativos.
- 6 – As obras do PAC no DSUP foram capazes de construir ambientes saudáveis, sustentáveis e seguros? Por quê?
- 7 – Outras considerações que o entrevistado indica como relevantes.

ANEXO III

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MORADOR (TCLEM)



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental (DSSA) / Escola Nacional de Saúde Pública(ENSP) / Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) / Ministério da Saúde (MS)

Projeto de Pesquisa: Habitação Saudável nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento na Comunidade DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ.

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa intitulada “Habitação Saudável nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento na Comunidade DSUP, Complexo de Manguinhos, RJ”. O objetivo desta pesquisa é analisar se as obras do PAC, realizadas na Comunidade DSUP, Manguinhos, RJ, foram, pela perspectiva da habitação saudável, capazes de criar ambientes saudáveis, sustentáveis e seguros.

O convite a sua participação se deve por você ser morador dos apartamentos do DSUP. A sua participação nesta pesquisa consistirá em responder perguntas de um questionário aos pesquisadores do projeto. O tempo de duração da entrevista será de aproximadamente 1 hora. Esta entrevista será previamente marcada conforme a sua disponibilidade e a do pesquisador e não será gravada. Sua participação será inteiramente voluntária e gratuita. Existe a possibilidade de que algumas perguntas provoquem constrangimento, neste caso, a qualquer momento você poderá desistir de participar do estudo sem qualquer prejuízo.

Os resultados obtidos nesse estudo serão considerados estritamente confidenciais, podendo, no entanto serem divulgados na forma de comunicação científica e em atividades em sua comunidade, mas não será permitida a sua identificação, que será sob a forma de código, garantindo assim a sua privacidade. Ao final desta pesquisa, todo material será mantido em arquivo, por pelo menos 5 anos, conforme Resolução 196/96 e orientações do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da ENSP/FIOCRUZ.

Estes resultados não irão lhe beneficiar diretamente, mas poderão no futuro, beneficiar outros moradores de Manguinhos, RJ e fornecer informações relevantes para a construção de novas moradias para pessoas de baixa renda.

Esta pesquisa foi aprovada pelo CEP da ENSP/FIOCRUZ, que procura garantir que os participantes da pesquisa estejam protegidos de qualquer dano. E se você quiser ter mais informações sobre esse comitê, você poderá entrar em contato pelo telefone: (21) 2598-2863, pelo e-mail: cep@ensp.fiocruz.br ou pelo site: <http://www.enso.fiocruz.br/etica>. Além disso, os pesquisadores responsáveis estarão à disposição para responder eventuais perguntas.

Você receberá uma cópia deste termo de consentimento, a outra cópia ficará com os pesquisadores, elas conterão a sua autorização para que o procedimento descrito acima seja executado e para confirmar a sua participação voluntária neste estudo.

Assinatura da(s) pesquisadora(s) responsável(veis): _____

Contato com as pesquisadoras responsáveis: Mestranda Adriana Paula Macedo Ferreira Pereira e Dr.^a Simone Cymamon Cohen; Telefone: (21) 2598-2577; E-mail: apereira.ioc@gmail.com ou cohen@ensp.fiocruz.br; Endereço: Escola de Saúde Pública Sérgio Arouca FIOCRUZ Rua Leopoldo Bulhões, 1480 – 5º Andar - Manguinhos - Rio de Janeiro – RJ - CEP: 21041-210

Declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

() Permito () Não permito o uso de minha imagem.

Assinatura do participante: _____

Nome do participante: _____

Endereço do participante: _____

Data: ____/____/____ Local: _____

Se Analfabeto: Na presença de uma Testemunha independente alfabetizada (Se possível indicada pelo participante).

Nome da testemunha: _____

Endereço da testemunha: _____

Assinatura da testemunha: _____

Data: ____/____/____ Local: _____

ANEXO IV

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO (APO)

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO

Apresentação: Este questionário tem o objetivo de verificar quais foram as modificações que sua família fez em seu apartamento, suas motivações e seu grau de satisfação com as obras do PAC em sua comunidade.

Código do apartamento: _____ Data da entrevista: ____ / ____ / ____

1. Característica do entrevistado

- a) Nome: _____
- b) Sexo: () Masculino () Feminino c) Idade: _____
- d) Escolaridade: _____
- e) Naturalidade: _____ f) Estado Civil: _____
- g) Profissão: _____
- h) Qual a sua situação de trabalho? () Carteira Assinada () Autônomo(a) () Aposentado
() Desempregado(a) () Outros: _____
- i) Em que bairro você trabalha? _____
- j) Número de ocupantes do apartamento: _____
- k) Este apartamento é: () Próprio () Alugado () Emprestado () Outro: _____
- l) A quanto tempo sua família mora aqui? _____
- m) Antes de morar aqui onde você e sua família moravam? _____
- n) Quanto tempo moravam neste local? _____
- o) Qual tipo de unidade habitacional? () Casa () Apartamento () Outro: _____

2. O Apartamento

- a) O que você acha do seu apartamento? () Ótimo () Bom () Razoável () Ruim () Não sei () NR

- b) E quanto ao tamanho dos cômodos? () Ótimo () Bom () Razoável () Ruim () Não sei () NR

- c) O que você acha da divisão interna do seu apartamento? () Ótima () Boa () Razoável () Ruim () Não sei () NR

- d) O apartamento atende as suas necessidades? () Sim () Não () Não sei () NR

- e) Sua família já fez obra(s) neste apartamento? Qual(is) e por quê?

f) Você se sente incomodado com algum tipo de barulho que vem do lado de fora da casa? Qual?

g) E de um cômodo para o outro, tem barulho?

h) Em algum cômodo do apartamento a luz precisa ficar acesa durante o dia? _____.
Qual(is)? () Sala () Quarto Casal () Quarto Solteiro () Cozinha () Área de Serviço () Lavabo
() Banheiro _____

i) Todos os ambientes têm janela?

j) Em algum cômodo há mais de uma janela? Caso sim, elas ficam uma de frente para a outra?

k) Você tem observado algum dos seguintes problemas com a qualidade do ar na sua casa?

() Umidade () Secura () Pó () Cheiro () Fumo () Circulação de ar insuficiente, ar envelhecido () Circulação excessiva de ar, corrente de ar () Poluição do ar exterior
() Outros: _____

l) Durante o verão, como você considera a temperatura ambiente do seu apartamento?

() Muito quente () Quente () Razoável () Frio () Muito Frio () NR

m) E no inverno? () Muito Frio () Frio () Razoável () Quente () Muito Quente () NR

n) Você tem dificuldade em realizar alguma atividade na sua casa? Qual(is)?

o) E seus parentes?

p) Existem rachaduras, infiltrações e outros problemas em seu apartamento?

(Se o morador permitir, neste momento o técnico também poderá fazer sua avaliação)

q) Como você considera a qualidade da construção de seu apartamento:

q.1) quanto aos materiais de revestimento (pisos e paredes)? () Ótima () Boa () Razoável () Ruim () Não sei () NR. Por quê?

q.2) quanto às portas e janelas? () Ótima () Boa () Razoável () Ruim () Não sei () NR. Por quê?

q.3) quanto às instalações hidráulicas (torneira, registros e válvula)? () Ótima () Boa () Razoável () Ruim () Não sei () NR. Por quê?

q.4) quanto à facilidade de limpeza? () Ótima () Boa () Razoável () Ruim () Não sei () NR. Por quê?

q.5) quanto às instalações elétricas? () Ótima () Boa () Razoável () Ruim () Não sei () NR. Por quê?

q.6) quanto às instalações sanitárias? () Ótima () Boa () Razoável () Ruim () Não sei () NR. Por quê?

q.7) quanto às instalações de gás? () Ótima () Boa () Razoável () Ruim () Não sei () NR. Por quê?

(Se o morador permitir, neste momento o técnico também poderá fazer sua avaliação)

r) Aonde você coloca seu lixo para esperar a coleta?

s) Quantas vezes por semana você o coloca neste lugar?

t) Quanto tempo antes da coleta você coloca o lixo para fora do seu apartamento? _____

u) O quanto você está satisfeito com seu apartamento? () Muito Pouco () Pouco () Satisfeito () Muito Satisfeito () Não sei () NR

3) O entorno e infraestrutura

a) Como você qualifica as áreas livres (áreas de convivência e lazer) aqui no DSUP?
() Ótimas () Boas () Razoáveis () Ruins () Não sei () NR. Por quê?

b) Você e sua família utilizam () Biblioteca () Clínica da Família () UPA 24h () Quadra Poliesportiva
() Centro de Referência da Juventude () Outros: _____

c) Você sente falta de algum serviço ou equipamento em sua comunidade? Qual(is)? Por quê?

d) Qual(is) o(s) meio(s) de transporte que mais sua família utiliza? () Ônibus () Trem () Metrô () Carro () Bicicleta () Kombi/Van () Moto-táxi () Táxi () Marítimo () Caminhão () Outros: _____

f) Como você considera:

f.1) o fornecimento de energia? () Ótimo () Bom () Razoável () Ruim () Não sei () NR

f.2) o abastecimento de água? () Ótimo () Bom () Razoável () Ruim () Não sei () NR

f.3) o esgoto sanitário? () Ótimo () Bom () Razoável () Ruim () Não sei () NR

f.4) o escoamento da água das chuvas? () Ótimo () Bom () Razoável () Ruim () Não sei () NR

f.5) a coleta de lixo? () Ótima () Boa () Razoável () Ruim () Não sei () NR

f.6) a segurança? () Ótima () Boa () Razoável () Ruim () Não sei () NR

f.7) a telefonia fixa? () Ótima () Boa () Razoável () Ruim () Não sei () NR

f.7.1) Qual(is) operadora(s)? _____

f.8) o serviço de internet? () Ótimo () Bom () Razoável () Ruim () Não sei () NR

f.8.1) Qual(is) operadora(s)? _____

f.9) o sinal de telefonia móvel (celular) () Ótimo () Bom () Razoável () Ruim () Não sei () NR

f.9.1) Qual(is) operadora(s)? _____

g) O quanto que você gosta de morar no DSUP? () Muito Pouco () Pouco () Mais ou Menos () Gosto Muito () Não sei () NR. Por quê?

h) Como você qualificaria sua relação com a vizinhança e/ou moradores do DSUP? () Ótima () Boa () Razoável () Ruim () Não sei () NR

4) Dados socioeconômicos dos familiares

Morador 2) 4.1) Nome: _____
4.2) Sexo: () Masculino () Feminino 4.3) Idade: _____
4.4) Grau de Parentesco: _____ 4.5) Escolaridade: _____
4.6) Naturalidade: _____ 4.7) Estado Civil: _____
4.8) Profissão: _____
4.9) Situação de trabalho: () Carteira Assinada () Autônomo(a) () Aposentado () Desempregado(a)
() Outros: _____
4.10) Bairro em que trabalha/estuda: _____

Morador 3) 4.11) Nome: _____
4.12) Sexo: () Masculino () Feminino 4.13) Idade: _____
4.12) Grau de Parentesco: _____ 4.13) Escolaridade: _____
4.14) Naturalidade: _____ 4.15) Estado Civil: _____
4.16) Profissão: _____
4.17) Situação de trabalho: () Carteira Assinada () Autônomo(a) () Aposentado ()
Desempregado(a) () Outros: _____
4.18) Bairro em que trabalha/estuda: _____

Morador 4) 4.19) Nome: _____
4.20) Sexo: () Masculino () Feminino 4.21) Idade: _____
4.22) Grau de Parentesco: _____ 4.23) Escolaridade: _____
4.24) Naturalidade: _____ 4.25) Estado Civil: _____
4.26) Profissão: _____
4.27) Situação de trabalho: () Carteira Assinada () Autônomo(a) () Aposentado ()
Desempregado(a) () Outros: _____
4.28) Bairro em que trabalha/estuda: _____

Morador 5) 4.29) Nome: _____
4.30) Sexo: () Masculino () Feminino 4.31) Idade: _____
4.32) Grau de Parentesco: _____ 4.33) Escolaridade: _____
4.34) Naturalidade: _____ 4.35) Estado Civil: _____
4.36) Profissão: _____
4.37) Situação de trabalho: () Carteira Assinada () Autônomo(a) () Aposentado ()
Desempregado(a) () Outros: _____
4.38) Bairro em que trabalha/estuda: _____

a) Qual a renda familiar? () Menor de 1 salário () Entre 1 e 2 salários () Entre 2 e 3 salários () Entre 3 e 5 salários () Acima de 5 salários () Não sei () Não respondeu

b) Vocês recebem algum tipo de benefício social? _____

TELEFONES PARA CONTATO: _____